



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E CONTAS - 2019

I. Relatório de atividades

As contas de 2019 corresponderam à consolidação da transição na situação económico-financeira do município. Encerramos o ano de 2019 com as contas no verde, ou seja, cumprindo os limites de endividamento impostos pela lei (artigos 52º e 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro). Esta não é apenas uma questão formal ou contabilística. É muito mais do que isso. É um instrumento fundamental de desenvolvimento, de viabilização de futuro, porque retira Vila Nova de Gaia da lista das cidades incumpridoras, com penalizações legais (retenções financeiras, obrigações fiscais, impossibilidade de decidir sobre contratações ou incapacidade de endividamento para projetos estruturantes, etc.) e com consequências orçamentais (juros de mora, penalizações judiciais, contencioso executivo, entre outras).

Conseguimos isto ao mesmo tempo que reduzimos por três vezes a fatura da água e o IMI.

Conseguimos isto ao mesmo tempo que pagamos integralmente as sentenças das ações judiciais e os acordos judiciais (não houve nenhum acordo extrajudicial), todos vindos de mandatos anteriores e sem provisões contabilísticas para o efeito, em montantes superiores a 40 milhões de euros.

Conseguimos isto ao mesmo tempo que pagamos dívidas em atraso, anteriores a 2013, no montante de quase 30 milhões de euros.

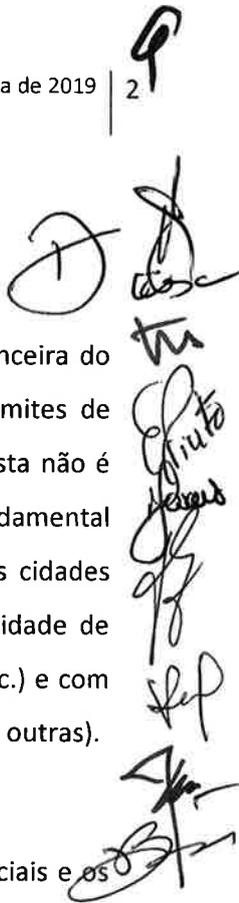
Conseguimos isto ao mesmo tempo que assumimos políticas para as pessoas, políticas de coesão social, seja no âmbito da educação ou da ação social.

Conseguimos isto ao mesmo tempo que optamos pelo modelo de investimento inteligente, de que é exemplo o Hospital de Gaia ou as Encostas do Douro, só para evidenciar dois casos.

Conseguimos isto ao mesmo tempo que assumimos valores avultados de comparticipação em domínios de parceria com o Estado, mesmo fora do leque formal de competências municipais, como o Centro de Emprego e Formação Profissional de Gaia ou o nosso Hospital central.

Conseguimos isto ao mesmo tempo que conseguimos estabilizar as empresas municipais e internalizar o pessoal e o passivo financeiro da empresa municipal Gaianima.

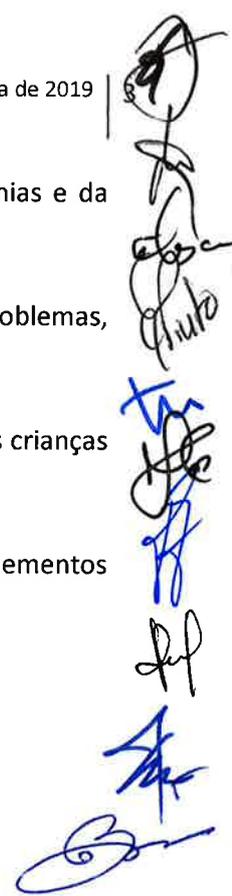
É verdade que se tem gerado a ideia da incompatibilidade entre investimento forte e contas em dia. Esta falsa incompatibilidade resulta do modelo ultrapassado de gestão autárquica, onde o futuro é visto como um instrumento de financiamento das megalomanias do presente. O nosso país é sustentável. Temos as fronteiras mais estabilizadas da Europa e resistimos a momentos difíceis da nossa História. Em muitos



casos, sobrevivemos como país, apesar do desnorte e da má gestão, apesar das megalomanias e da hipoteca coletiva.

A prioridade mantém-se centrada na cidade humanista e com políticas sociais adequadas aos problemas, enérgicas e inovadoras. Disso são exemplo alguns programas e medidas:

- **Gaia Aprende+**: oportunidades de aprendizagem educativa nos tempos não-letivos a todas as crianças do pré-escolar e alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública;
- Programa de **reforço alimentar** para todas as crianças, com pequenos-almoços gratuitos e suplementos alimentares vespertinos igualmente gratuitos;
- **Transporte escolar**;
- Apoio à aquisição dos **livros escolares e material escolar**, com cheque-oferta até ao 12º ano;
- **Reabilitação** do parque escolar;
- Reabilitação do **equipamento digital**, através da afetação de novos computadores e quadros interativos;
- Oferta das **Bolsas Universidade Júnior**;
- Oferta de acesso à plataforma **Escola Virtual**;
- Promoção da participação dos alunos na elaboração do **orçamento participativo**;
- Dinamização do projeto "**Cantinho do Estudo**";
- **Gaia Aprende+(i)**: programa de apoio a alunos com deficiências, com oferta de terapias (cinoterapia, hidroterapia, hipoterapia).
- **Apoio no sobre-endividamento**: resposta a dificuldades financeiras e apoio na resolução de problemas de sobre-endividamento (rendas, água, luz, entre outros);
- **Apoio na carência económica e emergência social**: resposta a situações de carência económica com recurso a instituições sociais da Rede Social;
- **Apoio na Educação, no Emprego e Formação**: resposta na procura de emprego e formação profissional;
- **Apoio à Habitação e ao Arrendamento**: apoio ao arrendamento, à execução de obras em habitações degradadas e resposta a pedidos de habitação social;



- **Apoio na área da Saúde:** vacinação e cedência de medicamentos;
- **Apoio às pessoas com deficiências:** respostas destinadas a alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e a situações de deficiências nos grupos etários e sociais;
- **Apoio às IPSS:** programa destinado ao apoio às instituições da economia social para obras, reabilitação, ajudas técnicas, apoio técnico dos serviços municipais, entre outros;
- **Apoio económico a estudantes do ensino superior:** atribuição de Bolsas de Estudo a cidadãos de elevado potencial e em precária situação socioeconómica.

De entre os vários objetivos municipais, assumimos grandes projetos sustentáveis estratégicos e prioridades muito claras, também na negociação com o Estado central. Eles são definidos como “grandes projetos”, não por serem caros ou excessivos, mas por serem relevantes para a comunidade. Haverá sempre quem diga que alguns dos projetos não são suficientemente caros. Mas a sua importância não advém do custo final, mas da importância para a vida das pessoas.

Hospital de Gaia

O Hospital de Gaia é um investimento estratégico. O abandono político que o assolou durante anos (no meio de promessas incumpridas e de compromissos ignorados) hipotecou o seu desenvolvimento e a sua afirmação no exterior. A situação só não se tornou irremediável devido ao trabalho de excelência dos corpos clínico e auxiliar, que foram criando serviços de excelência, apesar da progressiva degradação infraestrutural que estava em curso. Aliás, este abandono foi servindo os interesses de muitos atores sociais que pretendem ver o Hospital desqualificado no quadro da oferta de serviços médicos e de investigação na Área Metropolitana do Porto.

Um conjunto de compromissos rápidos e empenhados foi decisivo para que a obra arrancasse, numa lógica de etapas e de financiamentos faseados, que importa reforçar. O início da obra deu-se pelo novo serviço de Ambulatório e desenvolve-se atualmente por todas as demais infraestruturas.

A evolução do número de médicos no concelho mostra a progressiva valorização dos recursos humanos, para além da dimensão infraestrutural.

Neste domínio, assumimos a comparticipação municipal de 3 milhões de euros de investimento direto, para além do financiamento integral da reabilitação externa do edifício do polo 2 do Hospital de Gaia (Pediatria, Neonatologia, Ortopedia, etc.).

A gestão do Centro de Reabilitação do Norte passou a ser um elemento valorizador do nosso Hospital de Gaia. A Misericórdia do Porto fez um grande trabalho, mas a necessidade de procedimentos concursais atirou-nos definitivamente para a defesa da inclusão desta unidade de reabilitação para a gestão do Hospital de Gaia.

Expansão da linha do Metro (linha Amarela)

O Metro viveu, por uns tempos, o equívoco dos burocratas centralistas. Sendo uma infraestrutura decisivamente relevante para a Área Metropolitana, cumprindo os requisitos da mobilidade eco-eficiente e da intermodalidade, reforçando a qualidade de vida dos cidadãos e marcando melhores lógicas de pendularidades intrametropolitanas, o Metro foi excluído dos investimentos estratégicos do País com financiamento comunitário. Este erro histórico foi corrigido pelo Primeiro-Ministro, António Costa, e pelo Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, que recuperaram a centralidade deste investimento.

É inequívoca a importância que os transportes públicos assumem no dia a dia das populações, facilitando a mobilidade, racionalizando recursos e descarbonizando as cidades.

Recentemente, foram celebrados os contratos para as obras de alargamento da linha amarela, entre Santo Ovídio e Vila d'Este, em Gaia, e a construção de uma nova linha, a rosa, que vai fazer a ligação entre São Bento, Cordoaria/Hospital de Santo António, Galiza/Centro Materno-Infantil e Casa da Música/Rotunda da Boavista, no Porto.

São mais 5,7 quilómetros de linha e sete estações, estimando-se que transporte mais de 33 mil passageiros por dia. No caso de Vila Nova de Gaia, cidade com mais de 300 mil habitantes servida por uma única linha, assumiu-se o compromisso do alargamento da rede e conseguimos, todos juntos, assegurar, para já, a linha amarela até Manuel Leão, Hospital Santos Silva e Vila d'Este. São mais 2,5 quilómetros de um transporte acessível a todos e com um impacto considerável no

quotidiano de cada um, tornando a nossa cidade cada vez mais competitiva no contexto metropolitano e nacional.

Finalmente, e depois de tantos anos, foi possível repor em cima da mesa a expansão do Metro do Porto. Assim, teremos uma nova realidade que irá resolver problemas de mobilidade que afetam milhares de pessoas diariamente, mas, para já, a assinatura dos contratos para a elaboração dos projetos de expansão da linha amarela e da nova linha rosa foi mais um momento histórico para Gaia, para a Área Metropolitana, para a região e para o país.

Os concursos públicos foram lançados a 27 de março de 2019. A adjudicação da obra será feita até ao final do primeiro semestre de 2020.

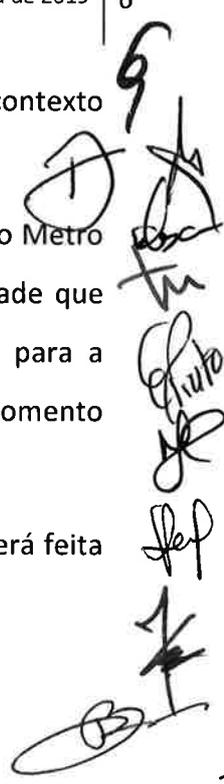
Expansão da linha do Metro (linha das Devesas)

A nova fase da expansão do Metro do Porto inclui a nova e estruturante ligação das Devesas ao Campo Alegre, via VL8, com uma ponte dedicada, alavancando a mobilidade sustentável e valorizando essa zona do território. Ao mesmo tempo, esta linha criará uma ligação das Devesas a Santo Ovídio, permitindo derivar a linha amarela para uma ligação direta à Boavista, fundamental para uma verdadeira rede urbana de transportes públicos.

Ponte Dom António Francisco dos Santos

Importa projetar o modelo de desenvolvimento dos territórios ribeirinhos e das suas potencialidades, como corolário do trabalho iniciado de requalificação das margens do Rio Douro. A ligação a eixos viários, seja para a outra margem, seja para a rede local existente, permitirá um desenvolvimento inteligente dos territórios ribeirinhos, salvaguardando as suas identidades, mas abrindo-os a novos desafios.

A construção da Ponte Dom António Francisco dos Santos, entre a Marginal do Porto e o Cais do Areinho de Gaia, é um primeiro exemplo de um projeto estruturante, capaz de redesenhar a malha urbana da zona e de abrir esse território a novos desafios. Este potencial surge associado a uma das mais extraordinárias figuras do nosso tempo, o Bispo do Porto, que nos deixou de forma prematura.



A parceria entre o município de Gaia e do Porto, sem dependências de financiamentos externos, assume esta obra como prioritária e estruturante.

Centro Cultural e de Congressos

Foi assumida a prioridade de construção do novo Centro Cultural e de Congressos de Vila Nova de Gaia, criando um polo cultural, económico e turístico, capaz de promover a diversificação de atividades e novas lógicas de atratividade do concelho e da região.

É uma opção estratégica que visa garantir a presença do concelho de Gaia no mapa da atratividade económica, académica e empresarial.

A 17 de maio de 2019 foi apresentado o projeto e assinado o protocolo entre a Câmara Municipal de Gaia e o Grupo Skyline. O modelo de execução deste espaço foi aprovado em reunião de Câmara de 18 de maio de 2020, num modelo de peri-equação de uma unidade de execução urbanística, com contrapartidas de capacidade construtiva para compensar a construção do Centro de Congressos, que não terá custos financeiros para o município.

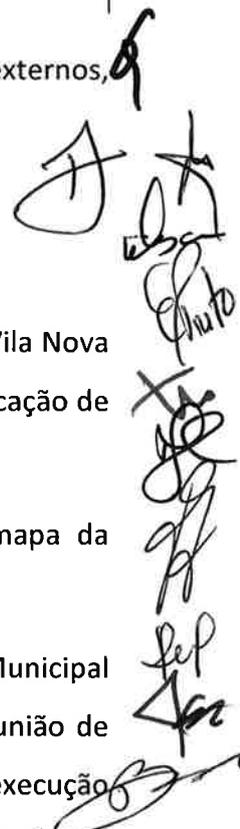
Ponte D^a Maria Pia

A requalificação da Ponte D^a Maria Pia é fundamental enquanto elemento patrimonial, mas também como fator de regeneração do espaço público envolvente, criando lógicas de valorização patrimonial e novas funções urbanas, ligadas ao lazer, ao turismo, ao desporto e à cultura.

A requalificação deste fundamental elemento patrimonial é uma vontade conjunta dos municípios de Gaia e do Porto, ainda que implique uma negociação complexa com a dona da obra de arte, as Infraestruturas de Portugal.

Avenida do Atlântico

A Avenida do Atlântico (VL3) continua a ser um elemento decisivo na ligação da Avenida da República à orla marítima, estruturando a malha urbana, melhorando as acessibilidades e



reforçando a coesão territorial neste novo desenho de cidade, seguindo a sua construção por fases.

Elétricos no Centro Histórico de Gaia

O transporte elétrico histórico é um elemento de mobilidade, mas também um fator de valorização patrimonial da cidade e do Centro Histórico. A sua presença na cidade de Gaia fez-se durante décadas pelo tabuleiro superior da Ponte Luís I.

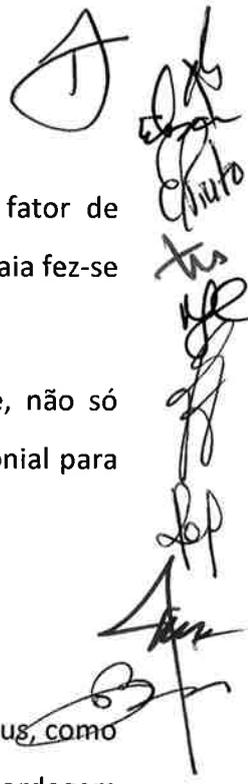
Neste contexto atual, o seu retorno pelo tabuleiro inferior revela-se determinante, não só enquanto fator de mobilidade dos autóctones, mas também como elemento patrimonial para quem nos visita.

Passé único/transportes e mobilidade sustentável

A Europa das regiões tem permitido a afirmação regional em muitos dos países europeus, como fator de coesão territorial e de desenvolvimento integrado, a partir de uma abordagem policêntrica e sustentável. O conceito de policentrismo, isto é, da possibilidade de coexistirem várias centralidades dentro de um país em contexto de competição cooperativa, pode promover o desenvolvimento nacional, já que a soma das partes transcende a aritmética simples da adição dos diferentes contributos de cada localidade.

O Norte de Portugal foi sempre uma região com capacidade de progresso e afirmação que se revelou, em muitos momentos da nossa História, como fator determinante na recuperação do país das diferentes crises que atravessou e contribuiu, de forma decisiva, para muitos dos melhores momentos do desenvolvimento nacional.

Nas últimas duas décadas, a região Norte perdeu relevância em quase todos os indicadores de desenvolvimento económico e social. Alguns dizem: isto, apesar do enorme investimento público; eu digo: isto, pelo efeito cumulativo de muito investimento público desnecessário e arbitrário, logo, pela insuficiência de investimento. Impõe-se, por isso, uma atuação inteligente para o Norte do País, reforçando o papel da região, não apenas perante a realidade nacional, mas também o seu papel no contexto da Europa das regiões.



A afirmação da região Norte no contexto europeu implica uma melhor distribuição dos recursos do País e um ambicioso programa de investimento infraestrutural (sobretudo na reabilitação do existente, mas também em novos e comprovadamente necessários equipamentos), que corrija alguns dos erros cometidos nas últimas décadas, nomeadamente o abandono da infraestrutura ferroviária e da mobilidade sustentável nas malhas mais densamente ocupadas, de que o Metro de superfície é elemento central.

É, por isso, fundamental que este programa de investimento infraestrutural assegure a mobilidade inteligente, através de uma rede de transportes públicos regionais que tornem o Norte mais coeso, sendo também evidente que um dos investimentos prioritários é o alargamento da rede de metropolitano do Porto e a sua articulação com a ferrovia e com as redes locais de transportes urbanos e interurbanos, e também com uma rede eficiente de transporte rodoviário urbano em autocarro, com bilhética adequada e sustentável e devidamente assumida como prioridade pelas políticas públicas.

Esta é uma questão económica. É uma questão social. Pode até ser assumida como uma questão política. Mas o Metro de superfície e a intermodalidade, associada a um modelo de bilhética racional, é desde logo uma questão ambiental decisiva para o cumprimento de metas internacionais e para a cidade sustentável que ambicionamos.

E nunca atingiremos este desiderato enquanto se perderem duas a três horas por dia em pendularidades intrametropolitanas, com todas as consequências económicas, sociais e ambientais. Ou enquanto se reforçar um isolamento estrutural e geoestratégico da região, que alguns dissimulam confundindo as companhias de aviação *low-cost* com a participação estrutural da região nas grandes redes de comunicação e, logo, de atividade económica europeia.

A articulação das universidades da região, dos centros de I&D e das empresas exige uma rede de infraestruturas que terá de ser construída para criar as condições de desenvolvimento vitais para o Norte.

O país, a região e os municípios necessitam de investimento, mas de investimento seletivo e inteligente. Este é o caminho para a avaliação rigorosa e crítica da gestão local e nacional dos recursos públicos.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including the name "Auro" and other illegible marks.

Aqueles que vociferam contra o betão e contra o investimento público não são apenas dogmáticos hipotecadores do futuro; são também complexados de um passado de megalománias e de investimento desnecessário que, pela sua indisponibilidade para a crítica dessa realidade, preferem abdicar do futuro em nome da preguiça intelectual e dos complexos políticos para avaliarem e corrigirem os erros do passado.

A bilhética é um elemento central da mobilidade viável e inclusiva. O modelo de passe único, explorado no âmbito dos trabalhos conjuntos entre as duas Áreas Metropolitanas e concretizado em abril de 2019, é um ponto de partida para uma cidade onde o transporte seja um direito de todos e um verdadeiro elemento de inclusão, seja no mercado de trabalho, seja nos territórios.

O trabalho desenvolvido (e todo aquele que falta desenvolver) afirmará este modelo de bilhética como um elemento central das cidades inclusivas, das cidades do presente e das cidades com futuro. Pode evoluir no reforço do enquadramento metropolitano ou, ao invés, tornar-se um modelo tendencialmente mais intermunicipal (mas não metropolitano), dada a necessidade de compromisso político e financeiro. Só o tempo o dirá.

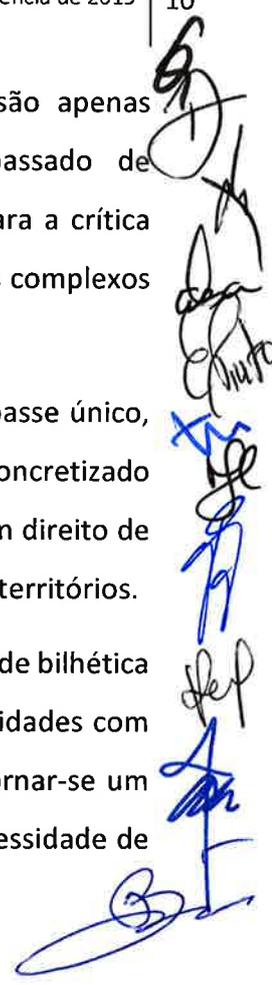
Centro Escolar Fernando Guedes

A finalização e o pagamento integral da obra do Centro Escolar Fernando Guedes permitiram culminar uma infraestrutura educativa, mas igualmente optar pela construção de um equipamento desportivo há muito tempo ambicionado para a freguesia de Avintes. O equipamento foi inaugurado a 20 de setembro de 2014.

A opção pela construção do Pavilhão Municipal Salvador Guedes – inaugurado a 8 de setembro de 2018 pelo Presidente da República – significou um dos mais importantes equipamentos da freguesia e do concelho, pago integralmente pelo orçamento municipal e com uma importância estratégica para o desenvolvimento de Avintes e de Vila Nova de Gaia.

Escola EB 2/3 de Valadares - requalificação integral

A candidatura do município à reabilitação integral da escola EB 2/3 de Valadares foi concretizada no âmbito das negociações do PDCT da Área Metropolitana do Porto. O município de Gaia obteve



o financiamento parcial. Assumimos o valor da comparticipação local/nacional, diretamente do orçamento municipal, como forma de agilização do investimento, num montante que ultrapassa globalmente os 3 milhões de euros de orçamento da Câmara.

A obra dotou a escola de condições de conforto térmico, acústico e de segurança, com a remodelação das salas de aulas, a criação de novas instalações sanitárias (na escola e no pavilhão desportivo), a melhoria das acessibilidades, pinturas exteriores e a construção de parques infantis.

Os trabalhos de reabilitação desta escola estão concluídos, tendo sido vistoriados para efeito de receção provisória no final do mês de abril de 2020. Neste momento, esto a decorrer alguns trabalhos complementares, arrancando em pleno funcionamento em setembro de 2020.

Escola EB 2/3 Sophia de Mello Breyner - requalificação integral

A candidatura do município à reabilitação integral da escola EB 2/3 Sophia de Mello Breyner foi concretizada no âmbito das negociações do PDCT da Área Metropolitana do Porto. O município de Gaia obteve o financiamento parcial. Assumimos o valor da comparticipação local/nacional, diretamente do orçamento municipal, como forma de agilização do investimento, num montante que ultrapassa globalmente os 3 milhões de euros de orçamento da Câmara.

Construído em 1987, o edifício apresentava uma falta de fluidez espacial, uma deficiente interligação funcional, algumas áreas não proporcionais, falta de instalações sanitárias, deficiente articulação entre o bufete e a cozinha, instalações sem luz direta, alguns incumprimentos nas áreas regulamentares e a inexistência de um polidesportivo coberto. Este processo de reabilitação vem colmatar este conjunto de falhas, dando melhores condições à comunidade educativa.

Os trabalhos estão concluídos, arrancando em pleno funcionamento em setembro de 2020.

Escola EB 2/3 Dr. Costa Matos - requalificação integral

A candidatura do município à reabilitação integral da escola EB 2/3 Dr. Costa Matos foi concretizada no âmbito das negociações do PDCT da Área Metropolitana do Porto. O município de Gaia obteve o financiamento parcial. Assumimos o valor da comparticipação local/nacional, diretamente do orçamento municipal, como forma de agilização do investimento, num montante que ultrapassa globalmente os 3 milhões de euros de orçamento da Câmara.

A reabilitação decorreu ao nível das coberturas, fachadas, paredes interiores, vãos, instalações sanitárias, infraestruturas e arranjos exteriores. Esta escola tem desempenhado um papel fundamental na inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e, por isso, a vertente das acessibilidades não foi esquecida.

A obra de requalificação já está concluída, mas apresentou algumas anomalias que terão de ser retificadas, arrancando em pleno funcionamento em setembro de 2020.

Escola Secundária de Oliveira do Douro - requalificação integral

A Câmara elencou ainda a requalificação de outras escolas definidas como prioritárias. Na perspetiva de vir a beneficiar do financiamento comunitário no contexto do *overbooking*, importa garantir todo o trabalho preparatório de estudos e projetos para imediato arranque do concurso público, logo que haja financiamento. Foi o que iniciamos com a Escola Secundária de Oliveira do Douro. Em causa está um equipamento escolar cuja remodelação é considerada prioritária pela Câmara Municipal de Gaia.

Escola EB 2/3 Padre António Luís Moreira - Carvalhos - requalificação integral

A Câmara elencou ainda a requalificação de outras escolas definidas como prioritárias. Na perspetiva de vir a beneficiar do financiamento comunitário no contexto do *overbooking*, importa garantir todo o trabalho preparatório de estudos e projetos para imediato arranque do concurso público, logo que haja financiamento. Foi o que iniciamos com a Escola EB 2/3 dos

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Carvalhos. Em causa está um equipamento escolar cuja remodelação é considerada prioritária pela Câmara Municipal de Gaia.

Centro de Saúde de Vilar de Andorinho

No âmbito do PDCT da AMP para a Saúde foi construído o Centro de Saúde de Vilar de Andorinho. No atual edifício, além do Serviço de Atendimento Complementar de Gaia, está instalada uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, bem como a Unidade de Saúde Familiar (USF Vilar Saúde), ficando assim todo o Centro de Saúde de Soares dos Reis reconfigurado no modelo da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários que o atual Governo está a implementar.

Este investimento, orçamentado na ordem dos 1,5 milhões de euros, teve apoio dos fundos comunitários e foi inaugurado a 1 de outubro de 2018.

Centro de Saúde da Madalena

No âmbito do PDCT da AMP para a Saúde foi construído o Centro de Saúde da Madalena. Este novo investimento (cerca de 1,75 milhões de euros) contou com fundos comunitários (Programa Operacional Norte 2020) e envolveu o Ministério da Saúde/ARS Norte e a Câmara Municipal de Gaia que, entre outros apoios, cedeu o terreno com uma área de, aproximadamente, 3.500 m², em regime de direito de superfície.

A unidade vai servir 5 mil utentes residentes nas freguesias da Madalena e Valadares. O equipamento entra em funcionamento pleno em outubro de 2020.

Centro de Saúde dos Carvalhos

A Câmara elencou o Centro de Saúde dos Carvalhos como uma obra prioritária. Para o efeito, disponibilizamos um terreno junto à Feira dos Carvalhos e assumimos uma parceria com o Ministério da Saúde, competindo ao mesmo fazer os projetos e sendo da responsabilidade do município o lançamento e financiamento integral da obra.

Centro de Reabilitação do Norte

A Câmara acompanhou todo o processo de afirmação do Centro de Reabilitação do Norte, sob a égide da Misericórdia do Porto. Encerrado o período desta gestão, decorrente do ajuste direto feito pelo Ministério da Saúde, o mesmo passou para a jurisdição do Hospital de Gaia, reforçando a sua capacidade de resposta. A mudança de gestão foi aprovada em Conselho de Ministros a 8 de novembro de 2018.

Terreno da Fábrica de Cerâmica e Fundição das Devesas

A Câmara decidiu adquirir o terreno da Cerâmica das Devesas, com uma área de 13.500 m². Esta decisão justifica-se pela criação de um novo polo de desenvolvimento cultural, de lazer e fruição pública. Implica a construção de um Museu da Cidade, com enfoque nas questões ambientais, complementar da atratividade turística, cultural e patrimonial (cerca de 30% da capacidade construtiva), com sala de conferências e zona pública de lazer. Esta proposta foi visada pelo Tribunal de Contas a 4 de junho de 2018. O concurso público internacional de conceção foi lançado em maio de 2020.

A sua localização, próxima do novo interface de Metro das Devesas e na linha de extensão do Centro Cívico de Gaia, determina um interesse extraordinário para o futuro da cidade.

Ao mesmo tempo, consegue-se a extinção da pesada urbanização prevista desde 2010 (aprovada em 2005 e com alvará de construção emitido em 2010), com uma brutal área de construção de 18.944 m², dos quais 17.714 m² acima do solo, composta por 137 habitações de tipologia diversa, 10 frações destinadas ao comércio e 215 lugares de garagem privativa. Este modelo de urbanismo é incompatível com a cidade moderna e sustentável que defendemos.

O novo projeto implica igualmente a construção de um parque de estacionamento público subterrâneo, suportando a dinâmica de viaturas que aflui ao centro de cidade e preparando infraestruturas para o próximo interface de transporte público, que ligará as Devesas ao Campo Alegre.

“Praça”

A criação de um novo e moderno edifício de atendimento e apoio administrativo e financeiro do Município, numa lógica de “Loja do Cidadão”, por aí concentrar um conjunto alargado de serviços municipais e outros, tornou-se uma prioridade, dada a exiguidade do edifício atual e a grande desconcentração dos serviços de atendimento.

Esta construção tornou-se uma oportunidade para a criação de uma nova centralidade de eventos e de lazer, num modelo de grande praça, capaz de criar um verdadeiro Centro Cívico de Vila Nova de Gaia.

A Praça foi inaugurada pelo Primeiro-Ministro, António Costa, a 23 de junho de 2018. O novo edifício do atendimento municipal abriu ao público a 26 de março de 2019.

Estação General Torres

A reabilitação da Estação General Torres teve uma grande importância. Por um lado, trata-se de uma das principais interfaces intermodais e de transportes, consumando a utilização do Andante em comboio (linha do Norte) e Metro (Avenida da República). Por outro lado, trata-se de uma estação sem condições mínimas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiências motoras. Esta reabilitação incluiu a instalação de elevadores e a melhoria das condições gerais da estação, numa parceria entre a Câmara de Gaia, as Infraestruturas de Portugal e a Metro do Porto, contribuindo cada uma das entidades com 145 mil euros para a reabilitação, cuja inauguração foi feita em novembro de 2018 pelo Ministro Pedro Marques.

Reabilitação integral da Linha do Norte e passagens desniveladas

A reabilitação da Linha do Norte começa e prioriza Gaia. Trata-se de uma obra de requalificação integral de toda a linha e de desnivelamento das travessias da linha, imperando as condições de segurança e a fluidez. É um investimento superior a 50 milhões de euros. Este projeto, já aprovado pela Câmara, em articulação com as Infraestruturas de Portugal (dona da obra), foi já levado a concurso público, criando as condições para solucionar décadas de problemas.

Infraestruturação conexa ao alargamento da A1

O alargamento da A1, entre Grijó e Santo Ovídio, com um custo de mais de 40 milhões de euros, foi adjudicado ainda no final de 2012. O Município deixou passar esse momento sem qualquer intervenção que integrasse a obra no território, cerzindo o território e resolvendo a barreira histórica que a A1 sempre significou para o concelho.

Logo após o início do primeiro mandato, lançámo-nos num trabalho junto das entidades envolvidas (nomeadamente a Estradas de Portugal, EP e a Brisa) no sentido de promover duas intervenções estratégicas no alargamento da A1, entre Grijó e Santo Ovídio, com um custo de mais de 40 milhões de euros, e que foi adjudicado ainda no final do mandato anterior: a rotunda dos Carvalhos e a dupla rotunda de Santo Ovídio. São obras decisivas para resolver os impactos da A1 nas acessibilidades locais e na ligação da malha territorial outrora dividida pela autoestrada. Foi possível, com denodo e competência técnica, alterar os projetos e o investimento previsto e construir estas novas ligações. A não ser feito, estaríamos perante um erro histórico que marcaria negativamente o concelho e, em particular, algumas freguesias (Mafamude, Vilar do Paraíso, Canelas, Vilar de Andorinho, Madalena, Pedroso, etc.) para as próximas décadas.

Parte destes investimentos foi assumido pela Câmara Municipal, como aconteceu com a Rotunda dos Carvalhos.

Recentemente apresentámos o projeto de linha Metro-Bus entre os Carvalhos e Santo Ovídio. Trata-se de uma estratégia inovadora de mobilidade, reconhecendo a impossibilidade financeira de alargar a linha em carril a todo o concelho, mas assumindo estratégias alternativas, assentes na mesma bilhética e em corredores dedicados. É um projeto para assumir e avançar.

PATA - Plataforma de Acolhimento e Tratamento Animal

A Plataforma de Acolhimento e Tratamento Animal é uma nova infraestrutura de acolhimento, adoção e tratamento de animais, que substituirá o atual canil, que dispõe de condições minimalistas.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word "Auto" and several illegible signatures.

Trata-se de um investimento estritamente municipal, orçamentado em mais de 1,3 milhões de euros, em zona contígua ao Parque Biológico e ao Rio Febros. Concluída a primeira fase da construção, nomeadamente os trabalhos de modelação do terreno, de execução do arruamento de acesso e de criação das estruturas de suporte da plataforma, já arrancou a segunda e última etapa deste processo. Esta inclui a construção dos edifícios, atualmente em curso, estando previsto que a estrutura esteja terminada em fevereiro de 2021.

Habitação e novo modelo de arrendamento

A Câmara encetou, em parceria com a Gaiurb, um programa de reabilitação de todas as urbanizações sociais, com criação de novos espaços de lazer e melhores condições de mobilidade.

Para além disso, no âmbito do Programa Gaia+Inclusiva foi criado um programa de apoio ao arrendamento, alterando o paradigma de apoio à habitação. De facto, tenta-se criar um apoio direto aos jovens e às classes médias, numa lógica alternativa aos tradicionais bairros sociais, cuja tipologia e modelo estão desfasados face às necessidades diversificadas dos tempos atuais.

Igreja da Afurada

A Igreja da Afurada, da autoria do arquiteto Siza Vieira, é um projeto municipal e de parceira com a comunidade local, criando um complemento à atual Igreja, que apresenta múltiplas vulnerabilidades, enquanto se gera um polo de atratividade arquitetónica e turística. Estando concluído o projeto de arquitetura, cuja materialização passará sempre pelo diálogo local e pela avaliação de impactos, avançar-se-á com o seu concurso público ainda em 2020.

Parque Ambiental de São Paio

A Câmara assumiu a criação de um Parque Ambiental no Vale de São Paio, em Canidelo, numa lógica de complementaridade com a Reserva Natural do Estuário do Douro e com toda a orla marítima do concelho. O equipamento tem o seu projeto assumido pelo Arquiteto Sidónio Pardal. A sua conclusão está prevista para julho de 2021.

Parque de Santa Luzia

A Câmara assumiu a gestão do Parque de Santa Luzia, num modelo de arrendamento com opção de compra, visando criar nesse local um equipamento desportivo, ambiental e de lazer, contíguo ao Parque da Lavandeira e representando mais um espaço de fruição pública.

Requalificação do Jardim do Morro

A requalificação do Jardim do Morro revelou-se muito importante. Trata-se de um espaço importante em termos patrimoniais e históricos, com uma marca ambiental relevante. É, ainda, um espaço propício para atividades de lazer, culturais, entre muitos outros.

As intervenções municipais realçaram o potencial deste espaço e transformaram o Jardim do Morro numa verdadeira 'varanda para o rio Douro'. Neste novo espaço, a autarquia tem levado a cabo momentos de demonstração das potencialidades deste anfiteatro ao ar livre, nomeadamente aos fins de semana, assumindo-se como um espaço digno para jovens artistas de Gaia e da região. Estes momentos musicais têm como objetivo animar um espaço reabilitado e que é uma verdadeira porta de entrada no município, com vistas únicas e que assumimos valorizar e dinamizar.

Aquisição da Estufa de Ferro Fundido da Lavandeira e alargamento do Parque da Lavandeira

A Estufa da Lavandeira é uma peça rara da arquitetura do ferro em Portugal. É uma peça de interesse municipal (até mesmo nacional), que foi adquirida e integrada no Parque da Lavandeira, projeto que assume uma prioridade central para o município, dado o adiantado estado de degradação da Estufa e a necessidade de uma intervenção imediata. De referir que a estufa é feita em ferro fundido (uma das duas existentes na Península Ibérica), cuja técnica de engenharia é a mesma do antigo Palácio de Cristal que foi demolido no Porto. A estrutura pesa 38 toneladas, tem 24 metros de frente, 12 de altura no centro e 12 de fundo.

A aquisição foi validada com o Visto do Tribunal de Contas de 13 de fevereiro de 2020.

[Handwritten signatures and notes in the right margin]

A aquisição da quinta permitirá alargar significativamente o Parque da Lavadeira e reabilitar a estufa foi feita no início de 2020. Antes do verão de 2021, o espaço verde estará aberto, sendo que a requalificação da estufa também avançará em breve.

Requalificação do Monte da Virgem

A Câmara encetou o projeto de requalificação do Monte da Virgem, numa parceria estratégica com a Diocese do Porto. Assume-se a criação de um dos principais Santuários Marianos da região e do país. O projeto de requalificação, que inclui a construção de um novo templo, deverá estar pronto em 2020, para lançar a concurso em 2021.

Revitalização do Parque das Camélias

O Parque das Camélias é um espaço municipal com enormes potencialidades turísticas, culturais e de lazer. A sua utilização impõe um domínio da gestão de equipamentos que o município não dispõe, abrindo a porta a um modelo de concessão da exploração, garantindo nas obrigações da concessão a total reabilitação do espaço edificado, atualmente em ruínas.

Centro de Emprego e Formação Profissional de Gaia

O Centro de Emprego e Formação de Vila Nova de Gaia é um equipamento que há muitos anos se tornou necessário para responder à situação dramática que muitos milhares dos nossos concidadãos atravessam: uma situação de desemprego, associada a um nível de desqualificações ou de qualificações desadequado às exigências crescentes do mercado de trabalho.

Serve, ao mesmo tempo, o processo de autonomização das estratégias de formação de Gaia, atentas as suas especificidades, enquanto integra os agentes económicos numa estratégia comum de formação.

É uma verdadeira escola de profissões, com cerca de 7800 m² e uma oferta formativa adequada às necessidades e às dinâmicas do mundo do trabalho, nomeadamente no setor do turismo, da hotelaria e da restauração, que, como todos sabemos, atravessam uma fase de franco



crescimento na região que não tem sido possível fazer acompanhar de formação à escala das necessidades.

O equipamento foi inaugurado a 19 de abril de 2017.

Mercado da Afurada

O Mercado da Afurada foi assumido como um elemento estratégico do desenvolvimento da Afurada. Foi retomada a obra, paga a mesma e lançada a concessão que torna aquele espaço uma referência da freguesia e do concelho, criando mais fatores de atratividades para o território.

O equipamento foi inaugurado a 14 de julho de 2017.

Mercado da Beira-Rio

O Mercado da Beira-Rio é um ícone da marginal de Gaia e um elemento arquitetónico e histórico de grande relevância. Assumiu-se o modelo de concessão, visando a requalificação integral do equipamento e a sua gestão numa ótica moderna e sustentável.

A requalificação do equipamento foi inaugurada a 13 de setembro de 2017.

Beira-Rio / Marginal de Gaia

A requalificação do Mercado da Beira-Rio e da marginal de Gaia impunha-se como elemento de atratividade turística, mas sobretudo como mais um foco de lazer e de fruição dos gaienses, com segurança e modernidade, mantendo fatores de identidade, mas não ignorando os novos desafios que a realidade atual coloca. A opção municipal passa pela pedonalização da frente ribeirinha, devolvendo a cidade às pessoas. Para evitar prejuízos para a população local, sobretudo para os mais idosos, foi criado um serviço *shuttle on demand*, com um veículo elétrico e motorista que conduzirá as pessoas entre o Centro Histórico e os pontos de paragem dos autocarros, a pedido dos mesmos. Este serviço está em funcionamento desde 26 de julho de 2018.

Ao longo de cerca de um ano, promovemos, de forma faseada, as obras de beneficiação das avenidas de Diogo Leite e Ramos Pinto. A última fase desta empreitada foi concluída em junho de 2018. A intervenção passou pela melhoria do pavimento, pela alteração do desenho das baias de estacionamento e pela instalação de nova iluminação com leds. A zona da beira-rio de Gaia ganhou, assim, um novo desenho, com a transformação destas duas avenidas num arruamento-passeio, o que permitiu criar melhores condições de espaço “praça” e de circulação de peões, bem como do próprio usufruto das muitas esplanadas ao longo desta zona. Para isso, muito tem contribuído, também, a retirada do trânsito automóvel destas avenidas e a pedonalização generalizada do local e a respetiva devolução às pessoas.

Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal de Gaia está a ser intervencionada e atualizada em termos infraestruturais, técnicos e bibliográficos, tornando-se um espaço aprazível e cativante para estudantes e investigadores.

O projeto implica um investimento de cerca de 1,1 milhões de euros, com participação financeira no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Além dos arranjos interiores e exteriores do edifício, a intervenção vai incidir na troca de caixilharia, arranjo do telhado e atualização do espólio, com a criação de um núcleo monográfico ligado à literatura local e regional.

A intervenção iniciou-se em junho de 2020 e tem a duração de 10 meses.

PACUG

Em parceria com a Confraria Queirosiana e inúmeros investigadores de renome, a Câmara avançou para a criação do roteiro do Património Cultural de Vila Nova de Gaia (PACUG), uma obra em 10 volumes, que tenciona marcar a identidade histórica de Gaia. O primeiro volume foi apresentado a 5 de outubro de 2018.

Os volumes têm vindo a ser concretizados por uma equipa composta por patrimoniólogos, historiadores, arqueólogos, geógrafos, sociólogos, biólogos e outros profissionais com um bom entendimento teórico e prático do que é o Património Cultural nas suas diversas vertentes.

Via alternativa ao pórtico de Gulpilhares

A construção da via alternativa ao pórtico de Gulpilhares foi uma resposta a um erro original (a construção do pórtico e o pagamento de portagens naquele local concreto) e uma demonstração da importância do poder local na defesa das populações.

Parques de estacionamento *Park and Ride*

A prioridade dada ao transporte público deve ser acompanhada por parques de estacionamento acessíveis e localizados em estreita articulação com as estações de transporte público. É o caso do modelo de gestão de parques numa lógica *Park and Ride*, com utilização do Andante para pagamento da tarifa e sempre localizado nas imediações de *interfaces* intermodais.

Quartel da GNR de Lever

A Câmara elencou como prioritárias as infraestruturas de segurança, a par da saúde, educação e justiça. Assim, afetamos recursos municipais à participação nas obras do poder central, como o caso da reabilitação do quartel da GNR de Lever.

Quartel da GNR de Arcozelo

Em abril de 2020, foram aprovados, em reunião de Câmara, protocolos com o Ministério da Administração Interna para edificação ou requalificação de quartéis da GNR e da PSP.

O quartel da GNR de Arcozelo será construído num terreno cedido pela junta de freguesia, sendo pago a 100% pela Câmara Municipal, num orçamento a rondar os 1,6 milhões de euros.

Quartel da GNR dos Carvalhos

Em abril de 2020, foram aprovados, em reunião de Câmara, protocolos com o Ministério da Administração Interna para edificação ou requalificação de quartéis da GNR e da PSP.

O atual quartel da GNR dos Carvalhos merecerá uma reabilitação integral interior e exterior, a iniciar em 2020, sendo que a obra relacionada com o espaço público (ruas e acessos) deverá custar cerca de 300 mil euros, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal. A requalificação do quartel, por sua vez, custará cerca de um milhão de euros, 50% pagos pela autarquia e 50% pela tutela.

Divisão Policial / Esquadra da PSP

A Câmara elencou como prioritárias as infraestruturas de segurança, a par da saúde, educação e justiça. Assim, afetamos recursos municipais à comparticipação nas obras do poder central, seja na reabilitação dos quartéis da GNR (Lever, Carvalhos e Arcozelo), seja na requalificação da Divisão policial da PSP.

Em abril de 2020, foram aprovados, em reunião de Câmara, protocolos com o Ministério da Administração Interna para edificação ou requalificação de quartéis da GNR e da PSP. Estão em curso as obras de recuperação do exterior do edifício, considerando-se necessário reabilitar parcialmente o seu interior. Prevê-se que o projeto de execução fique concluído até ao início de 2021 para posterior lançamento do concurso público da obra.

Construção da Esquadra de Canidelo (PSP)

Esta obra foi concluída e para no mandato anterior e significou a dignificação da PSP.

Construção da Esquadra de Valadares (PSP)

Esta obra foi concluída e para no mandato anterior e significou a dignificação da PSP.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word "tutela" and several illegible signatures.

Escarpa da Serra do Pilar

A requalificação ambiental da Escarpa da Serra do Pilar implica a total renaturalização e consolidação do espaço, inibindo a construção (e o licenciamento do edificado) na zona em questão e criando um espaço extraordinário, acoplado à zona classificada como Património Mundial da Humanidade.

Trata-se de uma obra decisiva para garantir a centralidade de Gaia no contexto do turismo e da fruição dos autóctones da região.

A obra de pregagem e consolidação da escarpa da Serra do Pilar, no valor de 3,5 milhões de euros, estará concluída no verão de 2020.

Incubadora de empresas nas oficinas municipais

A Câmara está a ultimar o lançamento de um programa de execução para a transformação das oficinas municipais numa incubadora de empresas, devolvendo ao município esse espaço que não é propriedade da Câmara e que nos custa mais de 50 mil euros de renda mensal.

Retirada integral do amianto das escolas do 1.º ciclo

Num investimento de 5,4 milhões de euros, exclusivamente municipal, este conjunto de obras – divididas por três lotes – inclui a remoção de amianto e será concretizado ao longo de três anos letivos. Permitirá, ao mesmo tempo, levar a cabo uma otimização destes edifícios escolares, reduzindo os custos energéticos e assegurando uma melhoria substancial do conforto térmico e das condições de ensino-aprendizagem.

Reabilitação integral do edifício dos Paços do Concelho

A Câmara está a ultimar o projeto de execução para a reabilitação integral do edifício dos Paços do Concelho.

A vertical column of handwritten signatures and initials in black ink, located on the right side of the page. The signatures are somewhat stylized and difficult to read, but they appear to be official marks.

Capela do Senhor d'Além

O projeto de recuperação da Capela do Senhor d'Além está totalmente conciliado com a Diocese do Porto, a quem pertence o edifício religioso. As obras de beneficiação deverão ter início em junho de 2020, tendo uma duração prevista de 12 meses. O restauro incluirá um monumento em forma de garrafa, que servirá para homenagear o vinho do Porto.

A obra terá o valor de 300 mil euros, sendo participada em 30% pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Feira dos Carvalhos

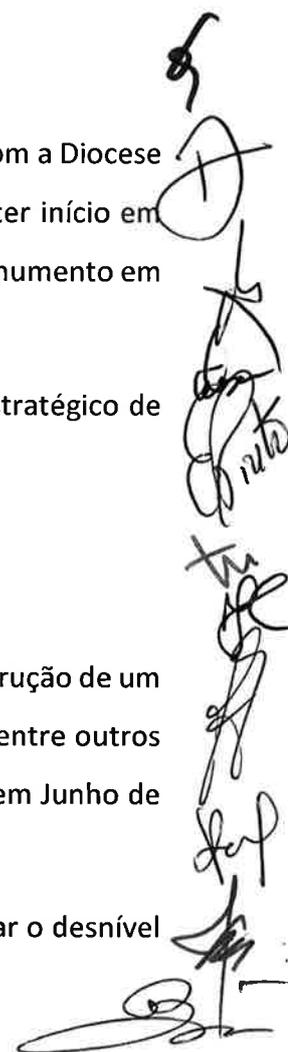
Além da utilização do referido espaço como feira, a reabilitação inclui, ainda, a construção de um anfiteatro natural (para espetáculos e atividades desportivas), um parque infantil, entre outros equipamentos. O projeto está orçado em cerca de 3 milhões de euros a arrancar em Junho de 2020.

Neste local, está, também, planeada a colocação de ligações mecânicas para superar o desnível de cota existente entre espaços, nomeadamente no acesso à EN-1.

Metro-Bus

Trata-se de um sistema de transporte público que visa combinar a capacidade e a velocidade do metro com a flexibilidade, o baixo custo e a simplicidade de um sistema de linhas de autocarros. Opera numa faixa de rodagem exclusiva, para evitar o congestionamento do trânsito, e inclui estações, veículos e sistemas inteligentes de tráfego num sistema integrado e flexível.

O metrobus, que já existe em mais de duzentas cidades em todo o Mundo, é um serviço moderno, confortável, fácil de utilizar e acessível, que é, ao mesmo tempo, um paradigma da integração urbana, seguro e amigo do ambiente. Em Gaia, este serviço terá material circulante novo, com capacidade para cerca de 130 pessoas, com modo de bilhética Andante e níveis de velocidade e frequência superiores a um autocarro. Quer no que se refere ao consumo



energético, quer às emissões, a solução tem impactos positivos, implicando menor utilização do transporte individual.

Em fevereiro de 2020, foram aprovadas expropriações na freguesia de Oliveira do Douro que visam a abertura de um corredor de metrobus na Avenida Vasco da Gama. A obra na EN222 – entre a Avenida D. João II e os Arcos do Sardão - está em fase arranque dos trabalhos.

Aterro Sermonde

Foi concretizado o encerramento do Aterro de Sermonde. Atualmente, os lixos domésticos são depositos no novo aterro de Canedo.

Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão

A saturação dos equipamentos municipais na zona mais central do concelho é evidente. Por outro lado, a ausência de equipamentos polivalentes inibe um calendário coerente de eventos. A construção de um pavilhão multiusos, associando a prática desportiva e a dinâmica dos eventos, pode ser um elemento central da afirmação desportiva e cultural de Gaia. A localização associa o potencial da centralidade urbana com a possibilidade de criação de uma escola de formação desportiva, aproveitando o terreno municipal da urbanização da Quinta da Seara (Vilar de Andorinho e Oliveira do Douro).

Está previsto o início da construção para setembro de 2020.

Pavilhão Municipal Carlos Resende

O Pavilhão Municipal Carlos Resende funciona numa lógica de congregação, no mesmo espaço, de atividades de lazer, cultura e desporto, refletindo a aposta da autarquia no investimento inteligente e sustentável, com benefícios diretos para a comunidade escolar e para a população.

O investimento municipal de 1,3 milhões de euros, com uma área de implantação de 1.515 metros quadrados, resultou num espaço que reúne condições para a prática das modalidades de

andebol, futsal, basquetebol e ténis, nas vertentes de formação e competição, e de voleibol, apenas na vertente de formação.

O Pavilhão serve a Escola Básica de São Paio, a APPACDM, a CerciGaia e a comunidade em geral. O equipamento foi inaugurado a 4 de janeiro de 2020, com a presença do ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.

Pavilhão de São Félix da Marinha

A dinâmica desportiva e social do Clube Andebol de São Félix da Marinha e a ausência deste tipo de equipamentos nesta freguesia de Gaia implica a necessidade de priorizar um pavilhão municipal nesta zona do concelho, servindo a formação desportiva e abrindo a possibilidade de alargamento da prática do desporto para todos.

Pavilhão Municipal Salvador Guedes

A finalização e o pagamento integral da obra do Centro Escolar Fernando Guedes permitiram culminar uma obra educativa, mas igualmente optar pela construção de um equipamento desportivo há muito tempo ambicionado para a freguesia de Avintes.

A opção pela construção do Pavilhão Municipal Salvador Guedes significa um dos mais importantes equipamentos da freguesia e do concelho, pago integralmente pelo orçamento municipal e com uma importância estratégica para o desenvolvimento de Avintes e de Vila Nova de Gaia. Este é um dos primeiros equipamentos construídos na última década exclusivamente a partir do orçamento municipal.

O equipamento foi inaugurado a 8 de setembro de 2018, com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Pavilhão Municipal de Olival

Com uma área de cerca de 5.200 metros quadrados, o Pavilhão Municipal de Olival será construído num terreno contíguo à escola. A proposta de intervenção divide o edifício em três áreas distintas: uma reservada ao público, uma desportiva e uma área complementar de

apoio. Numa lógica de investimento inteligente e sustentável, o pavilhão foi projetado na perspectiva de uma utilização racional de energia, recursos naturais e recursos às energias renováveis.

A obra arranca em meados de 2020.

Pavilhão Municipal de Santa Marinha

O desporto é um pilar fundamental na qualidade de vida dos cidadãos. Centrado na máxima de que o desporto é para todos, o concelho continua a apostar, de forma continuada, na reabilitação e criação de infraestruturas desportivas, quer para o desporto escolar, quer para a formação desportiva.

Este pavilhão servirá o desporto escolar durante as horas letivas, estando prevista a sua utilização pela comunidade local após o horário escolar e fins-de-semana. Dada a sua localização central, admite-se a possibilidade de servir também os clubes do concelho de Gaia e de proximidade.

Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso

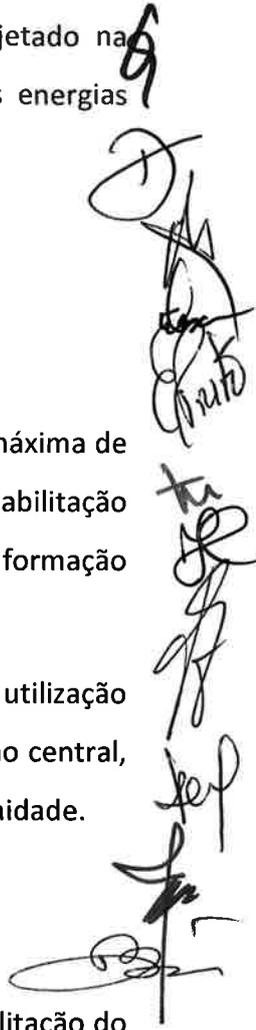
A Câmara encerrou o concurso para lançamento da obra, bem como da integral reabilitação do espaço verde do Parque.

Pavilhão Municipal das Pedras “Nelson Cardoso”

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Polidesportivo de Seixezelo

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.



Sede da Junta de Freguesia de Canelas

Esta primeira fase de uma requalificação mais abrangente – Fórum de Cidadania de Canelas – implicou um investimento municipal de cerca de 600 mil euros e contempla a junta de freguesia, os serviços sociais e administrativos, o salão nobre, o Espaço Cidadão, o Gabinete de Inserção Profissional e o Gabinete de Apoio Social.

O Fórum de Cidadania de Canelas contempla, ainda, uma segunda fase, ainda em curso, que incluirá um auditório com cerca de 350 lugares, com condições para acolher as necessidades de várias instituições, e terá, ainda, uma praça e um centro cívico, reorganizando toda a área envolvente e tornando este novo espaço mais aprazível para todos.

O equipamento foi inaugurado a 19 de fevereiro de 2020, com a presença da ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, que igualmente lançou a 1.ª pedra do Auditório local. Recorde-se que, desde 2001, a junta de freguesia de Canelas funcionava em instalações provisórias.

Sede da Junta de Freguesia de Arcozelo

A construção da nova sede da junta de freguesia de Arcozelo está incluída no *masterplan* da freguesia, que inclui o prolongamento da Avenida João Paulo II, a reformulação da rede viária adjacente e a construção do novo edifício da GNR.

Centro Cívico no Adro da Igreja de Mafamude

O objetivo do projeto passa por dignificar o espaço de fruição pública, estando em causa, entre outros aspetos, a ampliação do adro frontal, a criação de uma praça e a otimização de múltiplas atividades de âmbito cultural, recreativo e religioso. Pretende-se, ainda, melhorar de forma significativa a relação do adro frontal à igreja, com a via principal de acesso (rua Raimundo de Carvalho), permitindo acesso digno e desafogado e melhores articulações de espaços, anulando a atual conflitualidade com o estacionamento automóvel e a reduzida dimensão dos passeios.

O projeto está, neste momento, a aguardar a entrega das peças procedimentais para lançamento de concurso.

Centro Cívico de Oliveira do Douro

O projeto foi desenvolvido de forma a criar diferentes espaços de permanência, de convívio e de lazer, bem como zonas de transição e de circulação, contemplando um parque infantil, um parque geriátrico, um auditório exterior, que prolonga o auditório interior existente na Junta de Freguesia.

Construção da Loja Interativa de Turismo

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Centro de formação desportiva de São Tiago

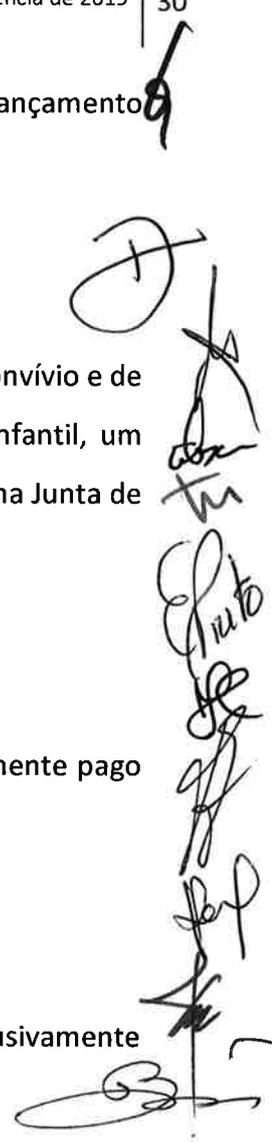
Projeto em fase de concurso público para a criação de um centro desportivo exclusivamente dedicado à formação de jovens.

Centro de Alto Rendimento (CAR)

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Piscina Municipal de Maravedi

Projeto em fase de concurso público para a reconstrução integral da Piscina, com novas e modernas valências.



Piscina Aurora Cunha

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Posto Náutico do Areinho

Projeto em fase de auscultação das entidades com jurisdição, para lançamento do projeto.

Sede da Polícia Municipal

A Câmara localizou nas antigas instalações da Gaianima a sede provisória da Polícia Municipal.

Casa-Atelier Arq. Oliveira Ferreira

Estamos a falar de um espaço ligado à imagem e ao trabalho do arquiteto que projetou, entre outros, o edifício da Câmara Municipal de Gaia. Pretende-se, com esta reabilitação, devolver o imóvel à comunidade, através de um protocolo assumido com a Associação Amigos de Gaia.

A Casa-Oficina estará pronta em 2021, sendo objetivo a sua abertura ao público como casa da cultura e centro de artes tradicionais com uma forte aposta no artesanato local.

Museu das Causas

Projeto em análise para definições das condições técnicas.

Atelier Soares dos Reis

Parceria com a Universidade do Porto, em fase de avaliação da candidatura pela entidade de gestão do PT2020.

Campo de Jogos do FC Canelas

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Campo de Jogos do FC Lever

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Campo de Jogos do FC Pedroso

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Parque de jogos de Sermonde

Este equipamento foi concluído e inaugurado no mandato anterior, sendo integralmente pago nesse período.

Sede e Auditório da Junta de Freguesia de Grijó

Sede da Junta em pleno funcionamento e auditório em fase de concurso.

Auditório Municipal

A requalificação técnica e infraestrutural do Auditório Municipal de Gaia foi um desígnio concluído em 2017, visando a criação de um espaço de cultura com qualidade, mas, ao mesmo tempo, garantindo a viabilidade de uma programação municipal própria, respondendo aos objetivos socioeducativos de um equipamento desta importância.

Num momento protagonizado pelo Maestro Rui Massena, o Auditório Municipal de Gaia reabriu a 9 de setembro de 2017 ao público, totalmente requalificado, assumindo-se, assim, como a nova

sala de espetáculos de Vila Nova de Gaia, agora com novas valências. Trata-se de um investimento assumido pela Câmara Municipal de Gaia, cujo valor ronda os 700 mil euros.

Das principais intervenções destacam-se o revestimento da fachada principal com uma segunda pele, o reposicionamento do alinhamento das portas e bilheteira, a reformulação integral dos tetos (substituindo toda a iluminação por LED), a renovação das cadeiras na sala de espetáculos ou o tratamento acústico da torre de palco.

Auditório Manuel Menezes de Figueiredo

Iniciou-se o estudo e programa de intervenção no Auditório da Assembleia Municipal, visando modernizá-lo e criar as condições para as suas funções originais, mas também para novas e diversificadas funções.

A intervenção tem um custo aproximado de 900 mil euros e o objetivo de alargar as valências existentes, possibilitando a realização de seminários, conferências, pequenos congressos, ações de formação, entre outros eventos de carácter idêntico, abrindo o espaço à comunidade e às instituições do concelho. Ao nível das áreas exteriores será também levada a cabo uma intervenção significativa, eliminando-se barreiras e dotando-as de uma imagem mais contemporânea.

A obra começou em fevereiro de 2020 e tem uma conclusão prevista para o final de 2020.

Anfíbio – Transporte público

Procedimentos legais concluídos para o lançamento do concurso público.

Cineteatro Almeida e Sousa

A passagem da raiz do terreno e das ruínas do Teatro Almeida e Sousa para a jurisdição da Câmara Municipal permite consumir um projeto cultural e associativo de relevância para a freguesia de Avintes e para o concelho. É uma prioridade até 2021, resolvendo neste mandato um problema de duas décadas.

Auditório de Canelas

O Fórum de Cidadania de Canelas contempla uma segunda fase, atualmente em curso, que irá nascer ao lado do edifício da junta de freguesia. Incluirá um auditório com cerca de 350 lugares, com condições para acolher as necessidades de várias instituições, e terá, ainda, uma praça e um centro cívico, reorganizando toda a área envolvente e tornando este novo espaço mais aprazível para todos.

Tem conclusão prevista para março de 2021.

Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

Projeto de reabilitação e modernização.

Auditório da Junta de Freguesia de Gulpilhares

Projeto de reabilitação e modernização.

Auditório da Junta de Freguesia de Olival

Projeto de reabilitação e modernização.

Auditório de Santo Ovídio

Projeto de construção com projeto pronto a lançamento de concurso.

Auditório de Lever

Projeto de reabilitação e modernização.

Lar do Centro Social Paroquial São Salvador de Grijó

Desde a sua génese que o Centro Social da Paróquia de S. Salvador de Grijó tinha o sonho de construir um lar para a terceira idade. Foi em 2012 que teve início a construção de uma Estrutura Residencial para Idosos com capacidade prevista para 42 camas, com quartos individuais e duplos.

O equipamento foi inaugurado em 30 de março de 2019, com a presença do Bispo do Porto, D. Manuel Linda.

Espaços do Cidadão

Desde novembro de 2018 que os 15 Espaços do Cidadão dispersos por todas as freguesias e uniões de freguesia de Gaia já se encontram em pleno funcionamento. Com origem num protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Gaia e a Agência para a Modernização Administrativa, estas estruturas concentram vários serviços num único balcão, numa aposta na descentralização e na proximidade com as necessidades dos cidadãos.

Ao disponibilizarem os seus funcionários e os seus espaços para a implementação destas estruturas, as juntas de freguesia foram parceiras fundamentais na concretização deste projeto.

Elevadores na Urbanização D. Manuel Martins

Projeto concluído.

Casa Mortuária de Perosinho

A Casa Mortuária de Perosinho é uma obra que corresponde a um anseio antigo da população. A primeira maquete apresentada à população remonta a 2001.

6

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Casa Mortuária de Seixezelo

Para a realização desta obra, há muito desejada pela população local, a Câmara Municipal de Gaia disponibilizou um apoio financeiro no valor de 100 mil euros.

Casa Mortuária Arcozelo

O valor global desta obra ascendeu os 200 mil euros, sendo que a Câmara Municipal apoiou financeiramente com 150 mil euros.

Portinho da Aguda

Em causa, um porto que, atualmente, está a perder areia, sobretudo na sua parte norte, o que faz com que os barcos tenham dificuldade em entrar com maré baixa. A reformulação do portinho da Aguda pretende preservar a vertente piscatória e somar ao espaço uma vertente de recreio.

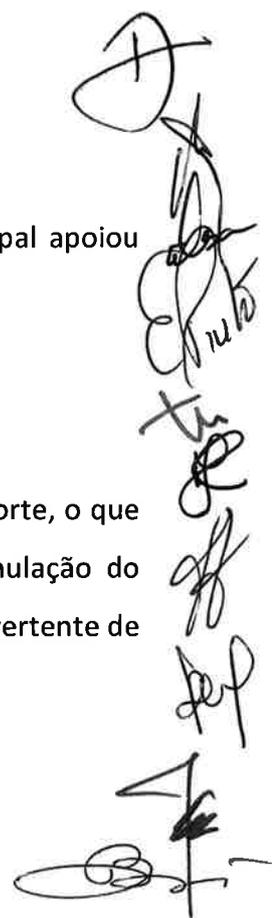
Neste momento o projeto está a aguardar abertura de fundos comunitários.

Viaduto da Misericórdia

No início de agosto de 2014 foi inaugurada a Via da Misericórdia, que, com 1,2 quilómetros e um investimento de 1,1 milhões de euros, veio concluir a obra da Circular do Centro Histórico da cidade. O viaduto da Via da Misericórdia, empreitada cofinanciada pelo ON.2, faz a ligação entre a Rua General Torres e a Via Rosa Mota, permitindo a quem chega a Vila Nova de Gaia pelo tabuleiro inferior da ponte Luís I aceder a toda a parte superior do Centro Histórico de Gaia e ainda à VL8, com ligação à ponte da Arrábida ou ao Cais do Cavaco, junto ao rio Douro.

Posto de abastecimento de hidrogénio

Foi já aprovada a candidatura ao Fundo Ambiental para a construção deste posto, o primeiro do país. O investimento será de cerca de 1,5 milhões de euros, metade pago pelo Fundo Ambiental



e outra metade distribuída pela autarquia (que também cede o espaço em regime de direito de superfície) e pelos parceiros da candidatura. O acesso ao posto será feito através de uma via dedicada exclusiva e a infraestrutura estará enquadrada na legislação europeia em vigor.

Associação Caminhos de Fátima

Vila Nova de Gaia, em conjunto com mais 13 municípios, desenvolveu um projeto com a Associação Caminhos de Fátima para a criação de um itinerário alternativo e com melhores condições de segurança para os peregrinos que se dirigem a Fátima. As intervenções visam diminuir a sinistralidade, sobretudo em alturas de grandes peregrinações, com um caminho alternativo ao IC2 e à EN1.

Encostas do Douro

O projeto Encostas do Douro visa a reabilitação de toda a extensão das margens do rio Douro, criando condições de desenvolvimento, de mobilidade e de conciliação da natureza com atividades de rio, passíveis de valorizar este belíssimo território ribeirinho. Numa primeira fase, a intervenção passa pelas seguintes ações:

- Requalificação do tabuleiro inferior da ponte Luís I e introdução de passeios exteriores;
- Consolidação e requalificação ambiental da Escarpa da Serra do Pilar;
- Reabilitação urbana e regularização do Bairro da Serra do Pilar;
- Adaptação do Laboratório Edgar Cardoso para Museu/Centro Interpretativo das Pontes;
- Construção de passadiço ciclopedonal entre o Cais de Quebrantões e o Areinho de Oliveira do Douro e requalificação da Frente Fluvial do rio Douro no Areinho de Oliveira do Douro;
- Reforço da proteção da margem do Estuário do Douro no Lugar de Entre Quintas e na Quinta dos Cubos - Oliveira do Douro;

- Reforço da proteção da margem do rio Douro entre a Quinta dos Cubos (Oliveira do Douro) e o Cais do Esteiro (Avintes);
- Requalificação do Cais do Esteiro;
- Valorização dos corredores verdes dos rios Febros e Uíma;
- Requalificação da frente fluvial do rio Douro no Areinho de Avintes - I fase;
- Proposta de classificação das Encostas do Douro como Área de Paisagem Protegida Local;
- Continuação da intervenção para Arnelas e Crestuma.

Bairro da Serra do Pilar – regularização

A 17 de Março de 2008, a governadora Civil do Distrito do Porto declarou a Situação de Alerta para a Escarpa da Serra do Pilar, tendo alertado a autarquia para os perigos existentes, defendendo a necessidade de proceder ao realojamento imediato das pessoas que ali residiam. Nesta altura, na escarpa da Serra do Pilar existiam 68 habitações ilegais, todas elas construídas em terreno pertencente ao Ministério das Finanças e onde viviam cerca de 150 pessoas.

A necessidade de demolição das casas em causa prende-se com duas questões fundamentais: em primeiro lugar, a instabilidade do terreno, que o torna inseguro para a habitação e que, nessa medida, motivou a execução dos trabalhos de consolidação da escarpa; em segundo lugar, a situação de ilegalidade em que se encontram as edificações e a necessidade de proceder à reposição da legalidade urbanística, dada a insusceptibilidade de legalização face à situação de instabilidade do terreno.

Centro Municipal de Atividades Ocupacionais (CAO)

Será o primeiro Centro Municipal de Atividades Ocupacionais (CAO) para jovens com deficiências, criando as condições para a inserção socioprofissional de pessoas com incapacidades físicas e mentais. O investimento municipal na ordem dos 350 mil euros será feito em Avintes, na antiga escola do Magarão.

II. Relatório Financeiro

1. Introdução

Apresentando-se como um concelho de grandes dimensões, Vila Nova de Gaia tem, historicamente, uma diversidade significativa na sua estrutura económica, evoluindo e acompanhando ao longo dos tempos, as alterações impostas pelas mudanças incutidas às grandes cidades. Uma breve incursão pelo seu passado, deixa-nos conhecer melhor este concelho, sendo notáveis as marcas por ele deixadas, desde a sua ocupação por vários povos, como os romanos, os mouros e cristãos, deixando os segundos alguns vestígios na toponímia e na mitologia, e ainda um legado que chegou até aos nossos dias e deixado pelos vikings e normandos, como são os tão afamados barcos rabelo.

Gaia também foi, terra de mareantes, de marinheiros e de mercadores, marcando assim a sua ligação à expansão marítima advinda da sua situação geográfica, constituindo um importante entreposto comercial, instalando-se no seu território a maior parte dos armazéns das empresas exportadoras de vinhos. É sobretudo no século XIX que ocorre uma grande mudança, com particular ênfase nos transportes, destacando-se na segunda metade deste século, a chegada do comboio às Devesas em 1864, a inauguração da ponte ferroviária D. Maria Pia em 1877 e da Ponte Luís I em 1886, a par da contínua renovação das vias rodoviárias regionais e municipais, impulsionando a chegada e o escoamento de matérias primas e de produtos para exportação, assim como a melhoria de circulação das populações entre localidades. Não obstante a construção do porto de Leixões no final do século XIX, com importância capital para toda a região, o rio Douro continuou até aos nossos dias a constituir a via pela qual pequenos e grandes barcos de turismo dão a conhecer aquilo que de melhor tem a região.

Pretendendo continuar na vanguarda do desenvolvimento sustentável, tem sido efetuado um esforço contínuo na integração e harmonização entre vários fatores, nomeadamente a qualidade de vida das populações e das gerações futuras, protegendo-se recursos vitais, aumentando a coesão social e a equidade, garantindo um crescimento económico equilibrado e de apoio ao ambiente e à sociedade. Assim, reproduzindo todo o empenho político efetuado, analisar-se-á neste documento o desempenho financeiro concretizado no quadriénio de 2016-2019, e mais concretamente no ano económico de 2019.

2. Análise da Receita Total

As receitas totais no presente ano económico ascenderam ao montante de 147.682 milhares de euros, evidenciando um ligeiro decréscimo comparativamente a 2018, que somou uma quantia de 149.713 milhares de euros (na ordem de 1,36 p.p.).

De sublinhar que, ao longo dos quatro anos em análise, as taxas de execução orçamental da receita total ficaram acima da fasquia dos 74%, tendo o percentual mais baixo sido registado em 2017 com 74,68%. Em 2019 o grau de execução orçamental da receita total cifrou-se em 78,24%.

Quadro 1 - Evolução Da Receita Total

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Receita Corrente	102 781,56	73,57	107 675,42	82,55	110 766,99	89,36	114 034,84	69,74	124 922,28	93,61	127 059,91	84,87	136 736,62	92,59
Receita de Capital	36 925,94	26,43	22 760,90	17,45	13 185,85	10,64	49 480,22	30,26	8 530,98	6,39	22 653,93	15,13	10 946,02	7,41
Total de Receitas	139 707,50	100,00	130 436,32	100,00	123 952,84	100,00	163 515,06	100,00	133 453,26	100,00	149 713,84	100,00	147 682,64	100,00

Milhares de euros

Torna-se perceptível, por observação do quadro anterior, que no período em estudo, a receita corrente apresenta um crescimento contínuo, em termos absolutos, ilustrando, em 2019, um acréscimo de 9.676 milhares de euros face a 2018, absorvendo a maior fatia do total das receitas 92,59%, face aos 7,41% evidenciado pela sua congénere de capital e materializando-se no ano a que esta gerência se reporta em 136.736 milhares de euros.

Este avolumar da receita corrente muito se ficou a dever, mais uma vez, à supremacia das receitas próprias, patente essencialmente no crescimento da receita fiscal, como se avaliará em capítulo próprio, e pelo elevado grau de execução das mesmas com uma taxa de realização de 106,70%, superando mais uma vez as expectativas.

No que concerne à vertente de receita de capital, é marcante a oscilação na sua evolução que, como se verá mais adiante, tem como estigma os passivos financeiros, concretamente, a contratação de novos empréstimos, que ocorreram em dois períodos distintos, como foram os anos de 2016 e 2018. A receita evidenciou uma forte quebra relativamente a 2018, cerca de 11.707 milhares de euros, consubstanciando-se, no ano em estudo, no valor de 10.946 milhares de euros e um rácio de execução de 27,05%, devido, essencialmente, à inexistência de receitas provenientes dos ativos financeiros.

No entanto, é pertinente referir que, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo ao ano de 2018, e no leque dos 35 Municípios com maior volume de receita bruta cobrada líquida nesse

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'G' and several illegible signatures.

ano, o Município de Vila Nova de Gaia surge na sexta posição, com um montante de 147.466 milhares de euros, revelando-se o segundo valor mais alto registado nos últimos dez anos (2008/2018), traduzindo um acréscimo de 15.881 milhares de euros em relação ao ano de 2017 (aumento de 12,07%).

A evolução destas duas grandezas que compõem o total da receita municipal, encontram-se esquematizadas no seguinte gráfico:

Figura 1 - Evolução da Receita



Sumariamente, avaliar-se-á, de seguida, os *inputs* que estiveram na origem das flutuações evidenciadas na receita total, essencialmente face ao ano transato, pela natureza das suas componentes, nomeadamente:

- ❖ **Receita Corrente** – constata-se que, no decorrer do quadriénio em estudo, a ordem de grandeza dos quatro maiores *inputs* na formação desta componente, se mantiveram constantes, destacando-se pela sua ordem de importância os impostos diretos e as transferências correntes, que somaram em 2019, 122.462 milhares de euros, representando 89,56% do total desta receita.

Realce-se que, como já vem sendo habitual, os impostos locais com um valor absoluto de 88.155 milhares de euros e cujo maior contributo continua a advir do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), têm apresentado um progresso constante, com um encaixe de mais 6.614 milhares de euros, ou seja, uma taxa de crescimento face a 2018 de 8,11%, o que ocorre apesar da redução na taxa aplicada pelo município.

Para este aumento contribuiu, também a receita fiscal proveniente do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que atingiu 25.694 milhares de euros (mais 4.995 milhares de euros face a 2018), bem como na mesma linha, a derrama com 8.424 milhares de euros e um encaixe de mais 1.779 milhares de euros.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name 'Chub' and other illegible markings.

Não se pode descurar a participação das transferências correntes que, em 2019, evidenciaram o maior crescimento dos últimos quatro anos, arrecadando mais 3.036 milhares de euros comparativamente a 2018, totalizando um montante de 34.306 milhares de euros, tendo as mais expressivas sido as transferências oriundas da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, com um aumento de 1.895 milhares de euros, seguidas dos fundos municipais, com um reforço de mais 1.314 milhares de euros;

- ❖ **Receita de Capital** – Neste grupo, as duas componentes que evidenciaram um maior contributo no período em análise foram os passivos financeiros, seguidos pelas transferências de capital (salvo em 2016, em que estas últimas foram relegadas para o terceiro lugar, ocupando a segunda posição a venda de bens de investimento).

No entanto, no presente exercício esta tendência inverte-se, pois as Transferências de Capital apresentam o maior volume arrecadado até à presente data (consubstanciado em 6.297 milhares de euros e revelando o maior crescimento em todo este período, com uma entrada acrescida de 3.060 milhares de euros), tendo como principal pano de fundo as verbas provenientes de fundos comunitários para projetos co-financiados que totalizaram 4.096 milhares de euros, face aos 2.084 milhares de euros de 2018.

Quanto aos passivos financeiros, via empréstimo de curto prazo, apresentaram o mais baixo valor de todo o período, cifrando-se em 3.000 milhares de euros, realçando-se a ausência de recurso ao crédito de médio e longo prazo.

Quadro 2 - Composição da Receita

Receitas Correntes					Receitas Capital				
Descrição	2018		2019		Descrição	2018		2019	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		Valor	Peso %	Valor	Peso %
Impostos Directos	81 540,80	64,18	88 155,24	64,47	Venda bens de Investimento	322,50	1,42	467,99	4,28
- IMI/C.A	45 862,84	36,10	45 168,12	33,03	Transferências de Capital	3 237,36	14,29	6 297,49	57,53
- IUC	8 334,70	6,56	8 868,32	6,49	- Fundos Municipais	1 009,47	4,46	1 904,01	17,39
- IMT/SISA	20 698,13	16,29	25 694,11	18,79	- Outras	2 227,89	9,83	4 393,48	40,14
-Derrama	6 645,13	5,23	8 424,69	6,16	Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indirectos	2 319,97	1,83	2 597,09	1,90	Passivos Financeiros	17 693,72	78,10	3 000,00	27,41
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 606,76	1,26	1 772,68	1,30	- Empréstimos CP	3 000,00	13,24	3 000,00	27,41
Rendimentos de Propriedade	5 405,23	4,25	5 685,46	4,16	- Empréstimos MLP	14 693,72	64,86	0,00	0,00
Transf. Correntes	31 270,09	24,61	34 306,95	25,09	Outras Receitas de Capital	1 327,84	5,86	1 044,98	9,55
- Fundos Municipais	27 475,28	21,62	28 789,35	21,05	Outras Receitas	72,50	0,32	135,55	1,24
- Outras	3 794,81	2,99	5 517,60	4,04					
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 640,13	3,65	3 920,31	2,87					
Outras Receitas Correntes	276,93	0,22	298,89	0,22					
Total de Receitas Correntes	127 059,91	100,00	136 736,62	100,00	Total de Receitas de Capital	22 653,92	100,00	10 946,01	100,00

Milhares de euros

Perante a esquematização anterior da composição da receita no biénio 2018/2019, proceder-se-á a análise mais pormenorizada da receita nas suas duas vertentes – corrente e capital – destacando-se os elementos mais relevantes.

No âmbito do grupo corporizado pelas Receitas Correntes, que têm vindo a somar valores crescentes e contínuos desde 2013, verifica-se que atingiram no ano em estudo o montante de 136.736 milhares de euros, o que representa um peso relativo no total da receita de 92,59 %.

As receitas provindas dos **Impostos Locais**, mesmo depois de se manter uma política de desoneração fiscal, continuam a ser o principal pacote de receita do Município de Vila Nova de Gaia, manifestando um valor na ordem dos 88.155 milhares de euros e com um peso, na receita corrente, próximo dos 65%, isto é, perto de dois terços da receita corrente e uma taxa de execução de 115,55%:

1. **Imposto Municipal sobre Imóveis** – Sendo um pagamento obrigatório devido por quem é proprietário de habitações, terrenos e outras propriedades em território nacional, veio substituir a contribuição autárquica, em vigor até 2003. Apesar de se assumir como o principal tributo dentro dos impostos locais, com uma verba de 45.168 milhares de euros em termos absolutos, tem vindo a perder importância relativa no total da receita corrente, evidenciando no presente ano um percentual de 33,03%, decrescendo, mas satisfazendo plenamente o esperado com uma taxa de execução de 100,64%;
2. **Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis** – este imposto prossegue também uma evolução ascendente, com um encaixe de mais 4.995 milhares de euros, ou seja, uma taxa de crescimento de 24,14 % face a 2018 e materializada em 2019, no valor de 25.694 milhares de euros, constituindo mais do dobro do valor arrecadado em 2016 – 10.905 milhares de euros. Superando a receita perspectivada, concretizou-se numa taxa de realização de 146,66%.

No universo dos 308 Municípios, tem-se verificado, em geral, um crescimento desta receita, sendo que, em 2018, Vila Nova de Gaia foi um dos Municípios que mais contribuiu, depois de Lisboa, Cascais, Porto, Loulé, Oeiras e Sintra;

3. **Imposto Único de Circulação** – Sendo um tributo a que estão sujeitos os proprietários de veículos, este imposto tem vindo a ter uma evolução positiva, no quadriénio em estudo, evidenciando um comportamento ascendente e com uma prestação em 2019, em termos absolutos, de 8.868 milhares de euros e um peso na receita corrente de 6,49% e, igualmente materializada numa execução que superou o inicialmente previsto com 114,06%;

4. **Derrama** – Numa posição semelhante ao IUC, a derrama somou, em 2019, o valor de 8.425 milhares de euros, com um encaixe de mais 1.779 milhares de euros face a 2018 e de 2.644 milhares de euros comparativamente com 2016. O valor inicial foi superado, registando este imposto uma taxa de realização de 138,21%.

O segundo grande grupo de receitas correntes são as **Transferências Correntes**, com um peso relativo de 25,09% no ano em estudo. Estas receitas registaram o maior aumento dos últimos quatro anos, traduzido em 3.036 milhares de euros, com um novo máximo no volume arrecadado (34.306 milhares de euros) e uma taxa de execução de 98,13%, constituídas essencialmente pelos Fundos Municipais, com um montante de 28.789 milhares de euros, pelas verbas transferidas da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, no valor de 5.060 milhares de euros, projetos co-financiados por fundos comunitários, no valor de 206 milhares de euros e, por fim, as verbas provenientes de Serviços e Fundos Autónomos que totalizaram 140 milhares de euros.

Consentâneo com a terceira posição ao longo dos quatro exercícios analisados, com um contributo mais modesto, mas não menos importante, surgem os **Rendimentos de Propriedade** que atingiram o valor de 5.685 milhares de euros, manifestando uma execução elevada (de 86,31%).

Trata-se de rendimentos de propriedade de bens de domínio público, no montante de 5.181 milhares de euros, dos quais 5.120 milhares de euros referentes às rendas de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica da EDP, S.A e 61 milhares de euros da renda dos centros electroprodutores, sendo o remanescente do valor composto por:

- ❖ 105 milhares de euros - Distribuição de dividendos e participação nos lucros das sociedades Águas do Douro e Paiva, SA (46 milhares de euros), Suldouro, S.A (58 milhares de euros) e da PRIMUS-Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. (0,44 milhares de euros);
- ❖ 233 milhares de euros - Rendas de concessão de exploração dos seguintes equipamentos:
 - i. Complexo Turístico Parque da Aguda – 62 milhares de euros;
 - ii. Parque de Campismo da Madalena – 170 milhares de euros.

Concorrendo novamente na quarta posição estão as receitas adstritas à **Venda de Bens e Serviços Correntes**, com um montante de 3.920 milhares de euros e uma execução de 81,54%, tendo, no entanto, apresentado uma ligeira descida de 719 milhares de euros face a 2018, proveniente, essencialmente, da vertente da Venda de Serviços, que apresentou um decréscimo no montante de 649 milhares de euros. Este decréscimo deveu-se, em particular, à ausência de receita respeitante a tarifa de disponibilidade dos

resíduos sólidos urbanos, que em 2014, foi transferida para as Águas de Gaia EM, S.A., por cedência àquela entidade da posição contratual do Município no contrato de entrega e receção de resíduos sólidos com a Suldouro.

Como quinto contributo, aparecem as receitas dos **Impostos Indiretos**. Estas preconizaram o aumento mais significativo (629 milhares de euros), no período 2017/2018 (reflexo do comportamento das verbas provenientes da Ocupação da Via Pública), continuando a evoluir positivamente até 2019, abarcando no exercício em análise uma quantia de 2.597 milhares de euros com um encaixe de mais 277 milhares de euros face a 2018.

Este aumento decorreu, sobretudo, da Taxa de Cidade, a qual entrou em vigor em dezembro de 2018, inculcando o seu maior contributo em 2019 (um acréscimo de 854 milhares de euros relativamente ao ano de 2018).

As **Taxas, Multas e Outras Penalidades** emergem na sexta posição, materializada no valor de 1.772 milhares de euros em 2019, apresentando uma ligeira evolução face ao ano transato (mais 165 milhares de euros).

Destacam-se, dentro destas, as receitas oriundas das taxas, que ascendem a 1.458 milhares de euros, com particular incidência nas taxas provenientes de Loteamentos e Obras (810 milhares de euros), a mais alta do período em estudo.

O último grupo de receitas correntes, tem carácter residual (**Outras Receitas Correntes**), 298 milhares de euros, valor este referente essencialmente a indemnizações diversas e execuções fiscais com uma taxa de execução de 128,40%.

O segundo grande grupo que compõe a receita total são as Receitas de Capital, caracterizadas pelo seu comportamento bastante oscilante, como se pode constatar por observação do quadro da Evolução da Receita Total.

Demonstrando uma forte quebra, na ordem dos 11.707 milhares de euros, e reveladora de uma taxa decrescente de 51,68% relativamente a 2018, estas somaram 10.946 milhares de euros, comparativamente com os 22.653,93 milhares de euros registados no ano passado.

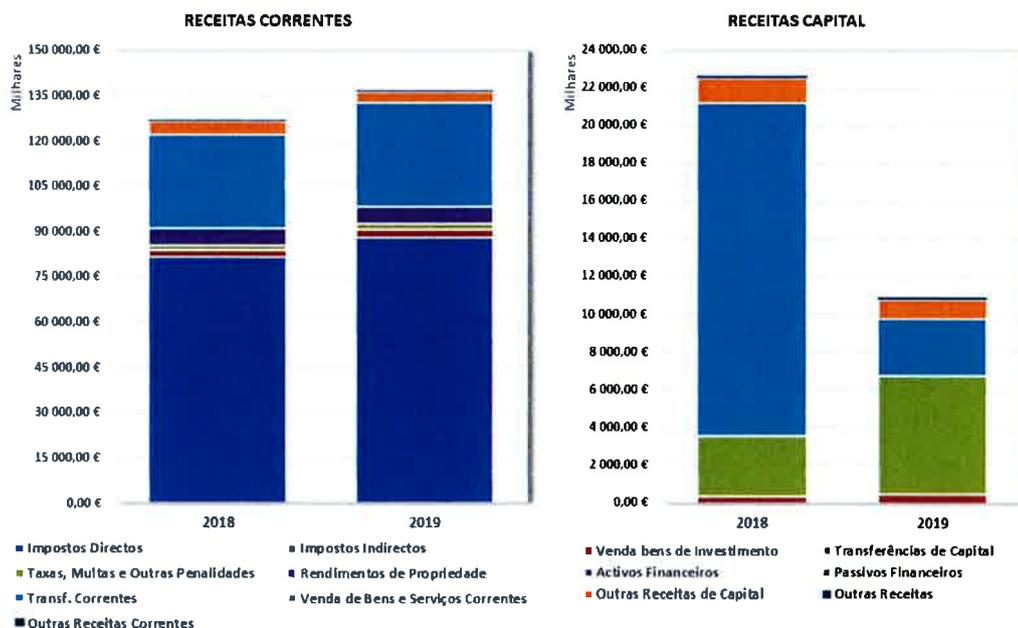
Tal desígnio não deverá ser tido como um fator indicativo de um comportamento menos satisfatório, uma vez que, como analisaremos de seguida, a constituição e a génese daquelas receitas ditam muito sobre o futuro do Município. As suas principais componentes, por ordem de maior contributo, são:

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'A' at the top and several other illegible signatures below it.]

- ❖ **Transferências de Capital** – Apresentam novamente o lugar do pódio e numa retrospectiva dos últimos anos (em 2012 relegaram para segundo plano as receitas provenientes dos passivos financeiros, repetindo o mesmo feito no presente ano), estas receitas somaram o valor mais alto dos últimos quatro anos, traduzido em 6.297 milhares de euros, revelador de um acréscimo considerável (de cerca de 94,53% face a 2018), traduzindo-se em termos absolutos em mais 3.060 milhares de euros. Este facto foi reflexo do aumento nas transferências do Orçamento do Estado no montante de 2.012 milhares de euros respeitante às transferências de capital referentes a projetos cofinanciados por fundos comunitários (com uma taxa de execução, em 2019, de 62,67%);
- ❖ Relegados para a segunda posição, quando foram líderes nos últimos três anos, surgem os **Passivos Financeiros**, reveladores do maior decréscimo dos últimos anos, personificado no valor de 3.000 milhares de euros, marcando a ausência total do recurso ao crédito de médio e longo prazo;
- ❖ A terceira posição, **Outras Receitas de Capital**, tal como no ano anterior, é marcada pelas receitas oriundas de indemnizações, entre outras receitas com carácter residual, que perfizeram em 2019 a quantia de 1.044 milhares de euros, constituindo o segundo valor mais alto do quadriénio (em 2018 o montante ascendeu a 1.327 milhares de euros);
- ❖ A **Venda de Bens de Investimento**, emerge em 2019 na quarta posição, lugar que mantém desde 2017, embora com ligeiros incrementos, consubstanciando-se em 467 milhares de euros, contra o valor de 322 milhares de euros registados em 2018, com destaque para as rubricas de terrenos e edifícios, realizando esta receita uma taxa de execução de 34,04%;
- ❖ Por último, e consentâneo com um comportamento pouco significativo, surgem as **Outras Receitas** que são provenientes, essencialmente, de devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano económico em que ocorreu o pagamento, cuja verba foi de 135 milhares de euros e a execução ascendeu a 108,82%.

Não obstante a esquematização da tabela da composição da receita anteriormente referida, optou-se igualmente pela respetiva representação gráfica permitindo uma melhor perceção da evolução de cada uma das componentes da receita total.

Figura 2 - Composição da Receita



Particularizando a análise, procede-se à desagregação da Receita Total por subgrupos, destacando-se as principais fontes de subvenção do Município, as Receitas Próprias e as Receitas Alheias, escalonadas estas últimas nas receitas creditícias e nas transferências, de acordo com o espelho no quadro seguinte:

Quadro 3 - Fundos Próprios e Alheios

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	Peso %												
Receitas próprias	74 338,74	53,21	79 234,28	60,75	79 903,66	64,46	88 557,11	54,16	94 051,05	70,47	97 512,66	65,13	104 078,19	70,47
Receitas alheias :	65 368,76	46,79	51 202,03	39,25	44 049,19	35,54	74 957,96	45,84	39 402,22	29,53	52 201,18	34,87	43 604,44	29,53
-Transferências	40 720,80	29,15	36 781,87	28,20	36 102,48	29,13	33 551,08	20,52	33 783,56	25,31	34 507,46	23,05	40 604,44	27,49
-Empréstimos	24 647,96	17,64	14 420,16	11,06	7 946,71	6,41	41 406,88	25,32	5 618,66	4,21	17 693,72	11,82	3 000,00	2,03
Total	139 707,50	100,00	130 436,31	100,00	123 952,84	100,00	163 515,07	100,00	133 453,27	100,00	149 713,84	100,00	147 682,63	100,00

Milhares de euros

Tido como um indicador de referência para monitorização do grau de independência financeira dos Municípios, o peso das Receitas Próprias no Total da Receita deverá ser sempre superior a 50%.

Considerando o universo dos 308 Municípios, somente 82 Municípios conseguiram apresentar uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 23 foram Municípios de grande dimensão (cuja população é superior a 100.000 habitantes) de entre os 24 pertencentes a esta categoria. No período dos últimos 10 anos, mais precisamente entre 2008/2018, analisando a evolução deste indicador por grupos de Municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso

relativo nos Municípios de grande dimensão representando estas, um valor médio de 64,20% das receitas totais. Em 2019 a independência financeira do Município de Vila Nova de Gaia situa-se nos 70,47%.

Esclareça-se que o conceito de Independência Financeira não deve ser confundido com o de Autonomia Financeira, preceituado no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), referindo-se, este último ao princípio de que os Municípios dispõem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

Por observação do quadro, é possível constatar-se que este rácio surge pela segunda vez, no quadriénio em estudo, com o percentual de 70,47 %, em paralelo com o registado já em 2017 e com um acréscimo de 5,34 p.p face a 2018, constituindo as Receitas Próprias mais de dois terços do total das receitas arrecadadas, sobejando 29,53 % respeitante às Receitas Alheias, cujo declínio se deveu à forte diminuição do volume de empréstimos de médio e longo prazo.

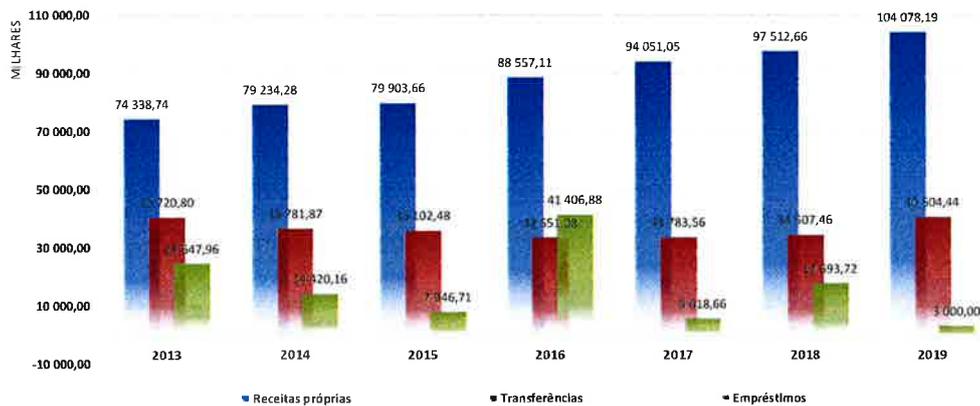
Em 2019, as Receitas Próprias, para além de retratarem o valor mais alto de todo período (104.078 milhares de euros), evidenciaram o maior incremento em termos absolutos (6.565 milhares de euros de 2018 para 2019), contra os 3.461 milhares de euros e os 5.493 milhares de euros, registados de 2017 para 2018 e de 2016 para 2017, respetivamente.

No tocante às Receitas Alheias, verifica-se que os quatro anos em estudo, estão marcados por flutuações constantes (devido principalmente aos empréstimos), ilustrando aquelas uma variação negativa de 16,47% face a 2018, traduzida em termos absolutos em 8.596 milhares de euros. Assim, do volume total destas receitas (43.604 milhares de euros em 2019), 40.604 milhares de euros são referentes a Transferências, que aumentaram 6.096 milhares de euros relativamente ao ano anterior, representando a fatia mais expressiva e 3.000 milhares de euros relativos a empréstimo de curto prazo, constituindo o pilar basilar do declínio das receitas alheias em 2019.

Um outro aspeto pertinente, é o facto de as oscilações na receita total estarem sobretudo relacionadas com as grandes variações no produto das receitas creditícias. Contudo, não é menos verdade que, no presente ano, o decréscimo da receita total na ordem dos 2.031, milhares de euros relativamente a 2018, foi bastante travado com o forte impulso registado, quer nas receitas próprias, quer nas transferências, que, conjuntamente, somaram 12.662 milhares de euros, comparativamente com o decréscimo assinalado nos empréstimos de 14.693 milhares de euros.

Vejamos, de forma esquemática, o que anteriormente foi dito:

Figura 3 – Fundos Próprios e Alheios



No sentido de uma explanação mais exaustiva e individualizada de cada um dos grupos anteriormente referidos, elaborou-se o quadro seguinte permitindo-nos averiguar, de entre as diversas componentes que formam estes grupos de receitas municipais, aquelas que se revestem de maior expressividade, como fonte de financiamento da despesa municipal.

Quadro 4 - Receitas Próprias

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	Peso %	Valor	Peso % RT	Valor	Peso % RT	Valor	Peso % RT	Valor	Peso % RT
Receitas Próprias Correntes	72 201,07	51,68	78 452,15	60,15	79 279,90	63,96	83 084,98	50,81	93 245,89	69,87	95 789,82	63,98	102 429,67	69,35
Impostos Locais Imp. Indirectos, Txs, Multas e Outras Penal.	58 972,67	42,21	63 303,10	48,53	65 663,02	52,97	67 349,26	41,19	75 822,33	56,82	81 540,80	54,46	88 155,24	59,69
Rendimentos de Propriedade	6 823,32	4,88	7 203,29	5,52	6 480,92	5,23	7 827,49	4,79	7 016,27	5,26	5 405,23	3,61	5 685,46	3,85
Venda de Bens e Serviços	3 889,59	2,78	5 252,64	4,03	4 224,48	3,41	4 908,66	3,00	4 580,80	3,43	4 640,13	3,10	3 920,31	2,65
Outras Receitas Correntes	203,93	0,15	443,41	0,34	349,14	0,28	329,95	0,20	224,47	0,17	276,93	0,18	298,89	0,20
Receitas Próprias de Capital	2 137,67	1,53	772,13	0,59	623,76	0,50	5 472,13	3,35	805,16	0,60	1 722,84	1,15	1 648,52	1,12
Vendas Bens de Investimento	231,39	0,17	34,89	0,03	220,37	0,18	3 812,19	2,33	204,78	0,15	322,50	0,22	467,99	0,32
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	529,92	0,32	3,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	1 906,28	1,36	737,24	0,57	403,39	0,33	1 130,02	0,69	597,26	0,45	1 400,34	0,94	1 180,53	0,80
Total de Receitas Próprias	74 338,74	53,21	79 234,28	60,75	79 903,66	64,46	88 557,11	54,16	94 051,05	70,47	97 512,66	65,13	104 078,19	70,47

Milhares de euros

As Receitas Próprias dos Municípios englobam os recursos financeiros gerados pelos mesmos, evidenciando a maior ou menor capacidade de autonomia na sua administração e na gestão racional dos recursos públicos.

A caracterização do Município de Vila Nova de Gaia, atendendo ao seu contexto demográfico, social e económico, demonstra uma economia local marcada pelo desenvolvimento e crescimento contínuo, espelhada na angariação de Receitas Próprias crescentes, materializadas neste ano numa quantia que

ultrapassou a fasquia dos 100.000 milhares de euros (atingindo os 104.078 milhares de euros), o que personifica um incremento de 6.565 milhares de euros face a 2018 e constitui uma importantíssima fonte de financiamento da despesa municipal, com uma participação de 74,59%.

Este revelou-se o maior contributo registado em todo o período em estudo, sendo que em 2016 foi de 58,50%, em 2017 de 72,28% e em 2018 66,35%, demonstrando que pouco mais de um quarto das despesas municipais é que não são efetivamente financiadas pelas receitas próprias.

Mais uma vez, é de primordial importância o papel das Receitas Próprias Correntes como impulsionadoras das receitas próprias, absorvendo 69,36% da receita total do Município, ficando o remanescente de 30,64% a cargo das Receitas Próprias de Capital. De referir que os recursos financeiros provenientes das receitas próprias (que assumem um papel central na estrutura da receita) são os impostos locais e os rendimentos de propriedade de que se destacam os seguintes aspetos:

- ❖ Os Impostos Locais e os Rendimentos de Propriedade são as duas receitas com maior impacto na Receita Própria Corrente, que somou 102.429 milhares de euros em 2019, receitas estas que mantiveram a sua hierarquia na primeira e segunda posição ao longo dos quatro anos em análise e representaram conjuntamente, em 2019, 93.840 milhares de euros.

A maior expressividade nesta liderança vai para os Impostos Locais, que obtiveram 88.155 milhares de euros, assente essencialmente no IMI, cuja receita se cifrou em 45.168 milhares de euros, embora decrescendo cerca de 694 milhares de euros face a 2018, fruto da desoneração inculcida neste imposto.

É importante ressaltar que, no ranking dos 35 Municípios nacionais com maior volume de receita de IMI cobrada e reportado a dados de 2018, esta edilidade ocupou o quarto lugar.

O IMT e a Derrama, impulsionaram ainda mais o incremento registado nos Impostos Locais, com acréscimos de 4.995 milhares de euros e 1.779 milhares de euros, respetivamente.

A evolução destes dois impostos municipais, o IMT criado em 2003 em substituição da SISA e a Derrama, ilustram de uma forma clara o forte dinamismo do mercado imobiliário e empresarial no concelho de Vila Nova de Gaia. Mais uma vez, é pertinente focar a sétima posição, em 2018, desta edilidade no ranking dos 35 Municípios a nível nacional, relativamente a ambas as receitas.

Os rendimentos de Propriedade emergem como o segundo maior contributo das receitas próprias correntes, embora com uma importância mais modesta, na ordem dos 5.685 milhares de euros. Contrariando o declínio que vinham tendo no período de 2016/2018, apresentaram uma ligeira

evolução positiva de 280 milhares de euros relativamente ao ano antecedente, motivado pelo aumento verificado de 464 milhares de euros, essencialmente na rubrica das Rendas, das quais se destacam as rendas de concessão de distribuição de energia elétrica e dos centros electroprodutores da EDP – Distribuição de Energia, S.A no montante de 5.181 milhares de euros.

- ❖ Os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e a Venda de Bens e Serviços, concorrendo, em 2019, com importâncias de 2.597 milhares de euros, 1.772 milhares de euros e 3.920 milhares de euros, respetivamente, sofreram durante o quadriénio de 2016/2019 uma alternância constante.

Salienta-se que as receitas subjacentes às duas primeiras variáveis anteriormente referidas, espelharam um acréscimo de 443 milhares de euros, essencialmente proporcionado pela introdução, em dezembro de 2018, da Taxa de Cidade, a qual teve maior projectividade em 2019, permitindo arrecadar um total de 1.017 milhares de euros, visando financiar despesas adstritas a atividades e investimentos relacionados com o turismo, bem como com a criação de infraestruturas dirigidas aos visitantes em todo o Concelho, mas com especial enfoque nas sua zonas turísticas de excelência, situadas no Centro Histórico e nas extensas orlas marítima e fluvial.

No que concerne às receitas resultantes da Venda de Bens e Serviços, que reduziram cerca de 719 milhares de euros de 2018 para 2019, a principal responsável foi a Venda de Serviços, que somou 3.810 milhares de euros contra os 4.483 milhares de euros, registados em 2018 e ficou a dever-se à ausência de receita proveniente dos resíduos sólidos urbanos, cujas verbas anteriores arrecadadas ainda eram respeitantes a 2014, ano em que a posição contratual foi cedida à Águas de Gaia, E.M S.A.

As Receitas Próprias de Capital, detentoras de uma parcela muito mais modesta no contributo para o Total das Receitas Próprias, atingiram, em 2019, 1.648 milhares de euros, evidenciando um ligeiríssimo decréscimo de 74 milhares de euros face a 2018.

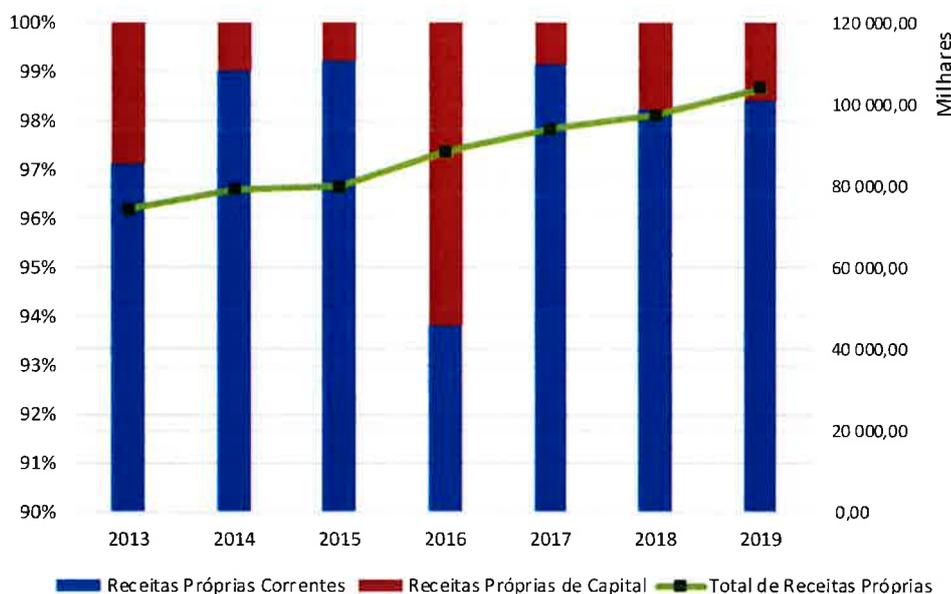
No quadriénio em estudo, as oscilações desta receita devem-se principalmente às Outras Receitas de Capital, com exceção no ano de 2016, em que a principal causa foi a Venda de Bens de Investimento, resultante da venda da Real Companhia Velha, como já se mencionou anteriormente, promovendo um encaixe adicional de 3.812 milhares de euros, elevando a fasquia final daquelas receitas para 5.472 milhares de euros.

Assim, o período de 2017/2019 ficou marcado pelo contributo para as receitas próprias de capital das verbas advindas das taxas municipais de urbanismo, nomeadamente as taxas de compensação.

9
A
C
E
R
T
I
F
I
C
A
D
O

Estruturado de modo a ser possível comparar valores entre as categorias de receita, realçando deste modo os diferentes contributos de cada uma no Total das Receitas Próprias, elaborou-se o seguinte gráfico no qual se consegue aferir o desempenho, quer das Receitas Próprias de Capital, quer das Receitas Próprias Correntes, estando estas últimas perfeitamente no alinhamento e quase em sobreposição da trajetória do Total das Receitas Próprias, deixando assim antever o espectro de relevância daquelas receitas.

Figura 4 - Receitas Próprias



Por fim, efetuou-se uma breve análise à receita fiscal, verificando-se uma evolução positiva de 7.057 milhares de euros face a 2018, perfazendo 92.525 milhares de euros, enquanto receita com maior expressão no total da receita municipal, com um percentual de 62,65 %.

No Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2018 verifica-se que a principal fonte de receita dos Municípios de grande dimensão, nos quais se inclui o Município de Vila Nova de Gaia, é a receita fiscal (58,1% contra os 21,5% das transferências). Em Vila Nova de Gaia, estes dados representam 57,09% e 23,05%, respetivamente.

No presente ano, o peso relativo da receita fiscal no total da receita arrecadada representa 62,65%, como se constata no quadro abaixo.

[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin of the page.]

Quadro 5 - Receitas Fiscais

Descrição	2018			2019		
	Valor	%TRF	%TRA	Valor	%TRF	%TRA
Impostos Diretos	81.540,80	95,41	54,46	88.155,24	95,28	59,69
Impostos indiretos	2.319,97	2,71	1,54	2.597,09	2,81	1,76
Taxas Multas e Outras Penalidades	1.606,76	1,88	1,09	1.772,68	1,91	1,2
Total da Receita Fiscal	85.467,53	100	57,09	92.525,01	100	62,65
Total Receita Arrecadada	149.713,84		100	147.682,64		100

Milhares de euros

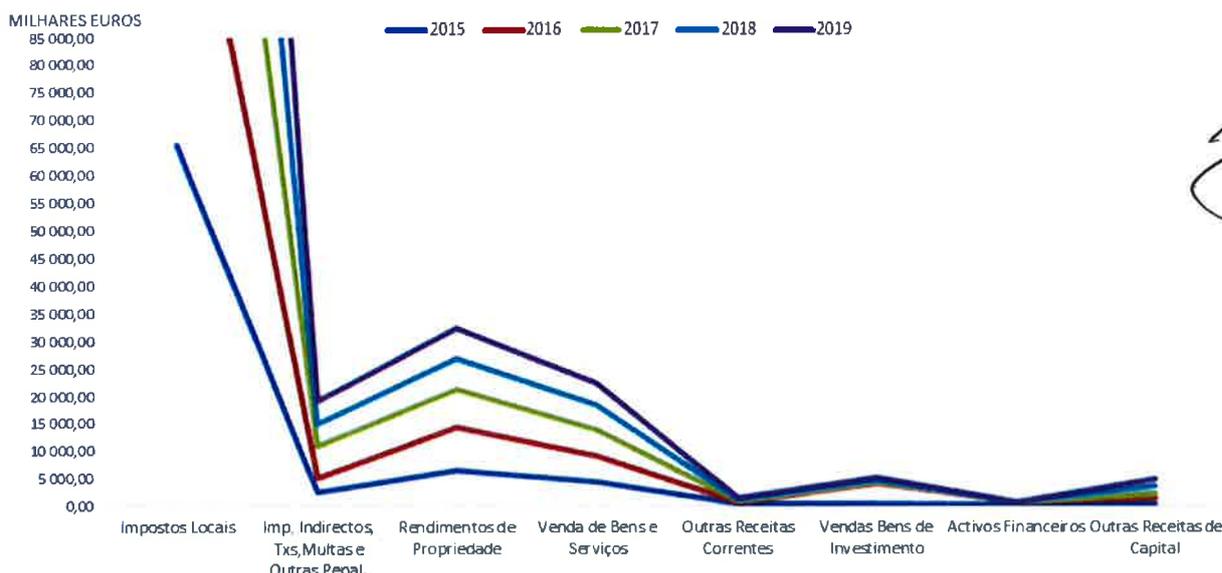
Em resumo, e no que respeita à receita fiscal, podemos referir o seguinte:

- ❖ Registou-se um aumento da receita fiscal de 8,26%, ascendendo a 92.525,01 milhares de euros a cobrança de 2019, comparativamente com os 85.467 milhares de euros registados em 2018, destacando-se o facto de os impostos diretos só por si, em 2019, englobarem a totalidade da receita fiscal do ano anterior;
- ❖ No total da receita fiscal, os impostos diretos contribuíram para a mesma com 95,28%, enquanto os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades pesaram 2,81% e 1,92%, respetivamente;
- ❖ As receitas fiscais caracterizam-se, em 2019, por um aumento global das suas componentes, realçando-se aumentos dos impostos diretos e dos impostos indiretos no último biénio de 8,11% e 11,95%, respetivamente, assim como nas receitas decorrentes das taxas multas e outras penalidades, que obtiveram um crescimento de 10,33%;
- ❖ Apesar do aumento generalizado de todas as componentes da receita fiscal, o ano 2019 ficou essencialmente marcado pelo crescimento significativo dos impostos diretos, com particular relevo para o IMT (mais 4.995 milhares de euros), para a derrama (mais 1.779 milhares de euros) e para o IUC (mais 533 milhares de euros);
- ❖ O ano de 2019, revelou-se um bom ano de coleta fiscal, dado que todas as componentes da receita fiscal apresentaram taxas de execução elevadas, nomeadamente os impostos diretos, com uma execução de 115,55%, e os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, com taxas de execução de 70,69% e 109,06%, respetivamente.

O gráfico seguinte demonstra a discrepância entre as receitas próprias, ressaltando a crescente importância dos Impostos Locais no erário municipal.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

Figura 5 - Estrutura das Receitas Próprias



Existem outros meios igualmente importantes e vitais como fonte de subvenção do Município, nomeadamente, as receitas provenientes das Transferências, quer sejam do Estado ou resultantes de Fundos comunitários. Estas últimas estão em consonância com o recurso ao crédito e constituem os Fundos Alheios, que serão seguidamente alvo de avaliação.

Quadro 6 – Transferências

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	Peso % RT												
Fundos Municipais	26 482,46	18,96	25 589,19	19,62	26 948,14	21,74%	27 278,86	16,69%	28 063,80	21,02%	28 484,76	19,03%	30 693,16	26,78%
- Correntes	24 245,73	0,17	24 508,69	0,19	26 005,32	20,98%	26 354,04	16,12%	26 977,15	20,21%	27 475,28	18,35%	28 789,35	19,49%
- Capital	2 236,73	0,02	1 080,50	0,01	942,82	0,76%	924,82	0,57%	1 086,65	0,81%	1 009,47	0,67%	1 904,01	1,29%
Outras Transferências	14 238,34	10,19	11 197,68	8,58	9 154,33	7,39%	8 272,22	3,84%	5 719,77	-4,28%	6 022,70	4,02%	9 911,08	6,71%
- Correntes	6 334,76	0,05	4 704,57	0,04	5 481,76	4,42%	4 595,83	2,81%	4 699,24	3,52%	3 794,81	2,53%	5 517,60	3,74%
- Capital	7 903,58	0,06	6 488,11	0,05	3 672,57	2,96%	1 676,39	1,03%	1 020,53	0,76%	2 227,89	1,49%	4 393,48	2,97%
Total de Transferências	40 720,80	29,15%	36 786,87	28,20%	36 102,47	29,13%	35 551,08	20,53%	33 783,57	25,30%	34 507,46	23,05%	40 604,24	27,49%

Milhares de euros

O quadro anterior divide a estrutura Transferências em dois grandes grupos de Transferências (Fundos Municipais e Outras Transferências), materializada aquela receita por um total de 40.604 milhares de euros em 2019, patenteando uma evolução crescente desde 2016, com um peso relativo na receita global de 27,49% e um acréscimo significativo face ao ano transato de 17,67%, traduzido em termos absolutos num encaixe de mais 6.096 milhares de euros.

No que concerne à vertente corrente das Transferências, que totalizou 34.306 milhares de euros no presente ano, a mesma revela um incremento contínuo e o valor mais elevado do período, constituindo perto de um quarto da receita total (23,23%).

Estas receitas apresentaram uma elevada taxa de execução de 98,13%, face aos 87,84% registados em 2018, sendo que o mesmo já não aconteceu com a sua homóloga de capital que, apesar do valor significativo de 6.297 milhares de euros alcançados em 2019, que quase duplicou relativamente ao ano anterior, evidenciou um baixo grau de realização de 38,19%, muito embora superior ao verificado em 2018, com um percentual de 25,58%.

Neste âmbito, é relevante salientar que, à exceção das transferências correspondentes à participação das Autarquias Locais nos impostos do Estado, que estão definidas no respetivo Orçamento de Estado (Fundos Municipais correntes e de capital) e cujo grau de execução correspondeu ao expectável, foi igualmente ao nível das Outras Transferências correntes que se constatou uma taxa de execução que superou o inicialmente perspectivado, particularmente as provenientes do Estado, via Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e as Participações Comunitárias (Outros) com graus de execução de 130,11% e 129,38%, respetivamente.

No atual contexto macroeconómico português e no que concerne ao papel preponderante que cada Município representa no tecido do investimento e desenvolvimento local, não se pode negligenciar o grau de relevância que têm as transferências para a economia local, sejam elas provenientes do Estado, sejam de projetos cofinanciados por fundos europeus, permitindo colmatar uma série de lacunas com intervenção a vários níveis, como o Educativo, Social, Promoção dos Transportes Coletivos, Desenvolvimento Cultural e Artístico, Incentivo à Investigação e Estimulação do Investimento Municipal, pelo que o acesso a estes fundos no quadro de desenvolvimento sustentável é absolutamente determinante.

Verifica-se na presente gerência que, mais uma vez, os Fundos Municipais se destacaram pela sua primazia, expressando 30.693,36 milhares de euros do total da disponibilidade financeira da autarquia, demarcando-se pelo crescimento paulatino ao longo do período 2016/2019 em análise e evidenciando o valor mais elevado do mesmo.

Por outro lado, no que toca às Outras Transferências, é útil referir que, apresentando estas um declínio contínuo entre 2013 a 2017, nestes dois últimos anos verifica-se uma reviravolta com particular ênfase para 2019, ano em que se verifica um incremento bastante significativo de 3.888 milhares de euros face a 2018 e ascendendo, em termos absolutos, a 9.911 milhares de euros.

Decompondo cada um dos grupos nas respetivas vertentes de capital e corrente, constata-se que os Fundos Municipais consagrados na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e cujos valores são fixados anualmente na LOE, dividem-se em:

[Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word 'Outros' and other illegible scribbles.]

- ❖ Fundos Municipais Correntes, com um comportamento manifestamente crescente no período 2016/2019, representando 28.789,35 milhares de euros no ano desta gerência, dos quais se destacam:
 1. Fundo de Equilíbrio Financeiro – fixou-se em 2019 em 10.076 milhares de euros contra o valor registado em 2018 de 9.085 milhares de euros;
 2. Fundo Social Municipal – Esta subvenção específica destina-se ao financiamento de atribuições e competências exercidas pelos Municípios e que lhes foram transferidas pela Administração Central. Em 2019, perfaz a quantia de 3.995 milhares de euros, tendo sido ao longo dos quatro exercícios, tendencialmente constante;
 3. Participação Variável no IRS – Uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, que somou o valor mais alto do período em estudo, rondando os 14.716 milhares de euros face aos 14.394 milhares de euros em 2018;
- ❖ Fundos Municipais de Capital, com um valor total de 1.904 milhares de euros, são essencialmente constituídos pelo FEF de capital, o qual tem vindo a demonstrar oscilações ligeiras, perfazendo no ano em estudo cerca de 1.119 milhares de euros (ilustrando um acréscimo de 110 milhares de euros face a 2018).
- ❖ Relativamente a este facto, verifica-se a inclusão de mais uma verba a distribuir nos termos do disposto nos nºs 1 e 2 e na alínea a) do nº 3 do artigo 35º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, na redação dada pela lei nº 51/2018 de 16 de agosto, segundo a qual, em 2019, a participação de cada Município nos impostos do Estado garante um montante pelo menos igual ao do ano anterior, que no caso concreto do Município de Vila Nova de Gaia perfaz uma verba de 784 milhares de euros.
- ❖ Outras Transferências – Constituindo as verbas remanescentes das Transferências detentoras de outros fins que não os requeridos no parágrafo anterior e contemplando um conjunto de verbas provenientes de vários sectores, quer do Estado, quer de Fundos Comunitários, quer ainda dos Serviços e Fundos Autónomos, carecendo a natureza das mesmas de rubricas corrente e capital, sobressaem as primeiras como possuindo maior expressividade ao longo do quadriénio em estudo (com um valor total, em 2019, de 5.517 milhares de euros e um encaixe de mais 1.722 milhares de euros face a 2018), apresentando as segundas, de carácter de capital, um valor que, para além de ser o mais elevado do período 2016/2019, foi igualmente significativo (de 4.393 milhares de euros), revelador de um incremento de cerca de 2.165 milhares de euros face ao ano transato, continuando

a marcar a sua escalada ascendente iniciada em 2018, face ao decréscimo que se vinha registando desde 2013.

A repartição destas receitas foi consumada nas seguintes realizações:

- I. Administração Central - Estado – Sendo o grosso destas receitas oriundo de transferências correntes, verificou-se a entrada de uma verba de 5.171 milhares de euros no presente ano, com um acréscimo face a 2018 de cerca 1.895 milhares de euros, cuja proveniência se distribuiu pelas verbas da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, referente a uma panóplia de ações, destacando-se principalmente a nível dos Programas das AEC'S, Programa de generalizações de refeições do 1º ciclo, Atividades de animação e apoio à família e as transferências de comparticipação pública nacional no âmbito das candidaturas do Norte 2020 das Escolas EB Valadares (61 milhares de euros), EB Sophia de Mello Breyner (38 milhares de euros) e EB Dr. Costa Matos (66 milhares de euros), finalizando ainda, com uma verba de 104 milhares de euros proveniente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens adstrita ao Protocolo de cooperação destinado ao apoio logístico às comissões de proteção de crianças e jovens.

Ao nível da vertente de capital, salienta-se o registo do valor de 273 milhares de euros, correspondente à comparticipação pública nacional no âmbito das candidaturas do Norte 2020 das escolas EB Valadares (78 milhares de euros), EB Sophia de Mello Breyner (111 milhares de euros) e EB Dr. Costa Matos (83,64 milhares de euros);

- II. Participação comunitária em projetos co-financiados – Neste âmbito registou-se, em 2019, um encaixe de uma verba de carácter corrente, no valor de 206 milhares de euros (com decréscimo na ordem dos 143 milhares de euros face ao concretizado no ano de 2018), assim repartida:
 - a. Fundo Social Europeu, no valor de 76 milhares de euros, tendo apresentado um ligeiro decréscimo face aos 193,23 milhares de euros, relativamente a 2018, e que englobou essencialmente o seguinte:
 1. Projeto Locarbo, materializado no apoio às autoridades locais e regionais na promoção da alteração dos comportamentos e dos padrões de consumo energético dos consumidores finais. Este projeto centra-se na eficiência energética dos edifícios, somando em 2019 uma verba de 25 milhares de euros;

2. Contratos de Emprego Inserção+, com registo do montante de 51 milhares de euros provenientes do IIEFP;
- b. Incluídos nas Outras Transferências Comunitárias que, no presente exercício, somaram quantia de 129 milhares de euros, encontram-se os seguintes projetos:
 1. Agência Nacional para a Gestão do Programa ERASMUS, num total de 19 milhares de euros;
 2. ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P, destacando-se o projeto Gaia Intercultural. No âmbito da Rota da Interculturalidade este evento surgiu no seguimento das ações desenvolvidas no Plano Municipal dos Imigrantes, visando a sensibilização para a igualdade de género e não discriminação (14 milhares de euros);
 3. Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, adstrito à Operação Norte 2020, consubstancia-se no Programa Comunicação Visual integrado para o Centro Histórico. Com uma verba aprovada de 322 milhares de euros, rececionou em 2019 uma receita de 54 milhares de euros;
 4. Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, no âmbito do Programa de Reabilitação Energética do Empreendimento D. Armindo Lopes Coelho, com um montante de 37 milhares de euros.

Relativamente à sua congénere de índole de capital destaca-se a participação comunitária em projetos co-financiados e, no presente ano, o ingresso de uma quantia considerável e com uma trajetória ascendente de 4.096,92 milhares de euros contra os 2.084 milhares de euros arrecadados em 2018, destacando-se como o mais alto de todo o período 2016/2019.

No âmbito do FEDER, a verba de 3.581 milhares de euros é quase o dobro da registada no ano transato, evidenciando um acréscimo de 1.675 milhares de euros comparativamente com o ano de 2018, revelando-se o mais alto de todo o período.

Este valor teve como destino uma diversidade de projetos dos quais se destacam:

1. Prolongamento da VL7 (Av. Eugénio de Andrade) até à Rua do Loureiro (VL3-Avenida até ao Mar), respeitante ao projeto incluído no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e cuja comparticipação do Feder é de 180 milhares de euros (representando no ano em análise, o montante de 98 milhares de euros);
2. Desenvolvimento das infraestruturas do ensino básico e secundário, materializado na aposta do desenvolvimento do capital humano e melhoria da qualidade do ensino, abarca a reabilitação de vários equipamentos escolares, entre os quais a EB de Valadares (1.181 milhares de euros),

a EB Sophia de Mello Breyner (1.182 milhares de euros) e a EB Dr. Costa Matos (654 milhares de euros), projetos financiados no âmbito do programa Norte 2020 e uma verba aprovada, para cada um, de 1.700 milhares de euros;

3. Autarquia Digital Metropolitana, que se materializou no exercício em estudo no recebimento de uma participação de 331 milhares de euros de um fundo aprovado de 830 milhares de euros no programa Norte 2020, consistindo na promoção das tecnologias de informação e comunicação na Administração e Serviços Públicos;
4. Valorização dos Caminhos de Fátima, que arrecadou uma verba 102 milhares de euros. Esta intervenção tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos territórios, gerando até dinâmicas muito próximas daquele que é, por exemplo, o Caminho de Santiago. Por um lado, visa criar condições, através de maiores fluxos de peregrinação ao longo do ano, para que sejam gerados novos negócios relacionados com alojamento, restauração e turismo, bem como potenciar os já existentes.

De referir ainda um conjunto de outros projetos no âmbito das transferências comunitárias (POSEUR), com uma crescente evolução nos últimos quatro anos e que viu, em 2019, quase triplicado o seu valor, totalizando 515 milhares de euros, comparativamente com os 178 milhares de euros de 2018.

Este valor foi distribuído por:

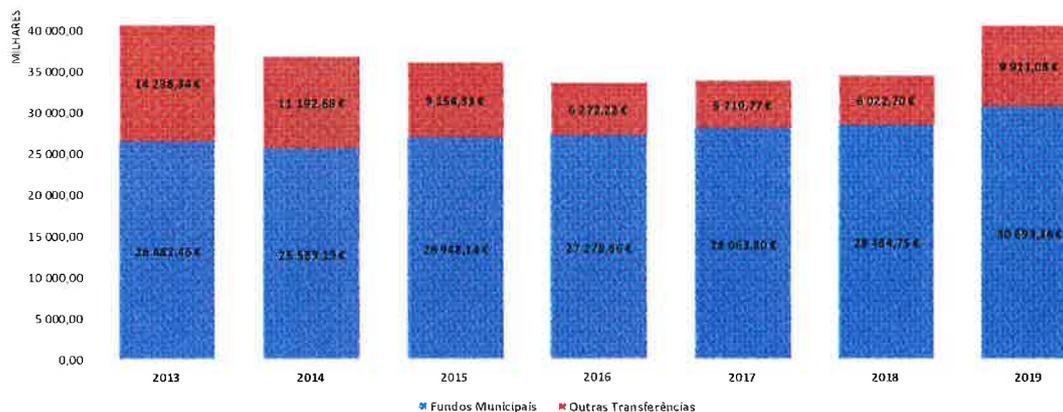
1. Gestão de Riscos e Controlo de Inundações na área da rede hidrográfica da Zona Urbana, que obteve um total de financiamento de 469 milhares de euros, arrecadou em 2019 o montante de 119 milhares de euros, contra os 26 milhares de euros de 2018;
 2. Consolidação da Escarpa da Serra do Pilar, cujo projeto conta com um financiamento do Fundo de Coesão de 2.336 milhares de euros, consumiu em 2019, 340 milhares de euros;
 3. Alimentação Artificial das Praias a Sul da Ribeira do Ralo e Dunas Mar, cuja candidatura iniciou-se em 2018, financiada pelo valor de 71 milhares de euros, visando um objetivo específico de “proteção do litoral e das suas populações face a riscos, especialmente de erosão costeira”, perfazendo no ano em análise, o montante de 55 milhares de euros;
- III. Serviços e Fundos Autónomos – financiamentos provenientes de outras unidades da Administração Pública, com uma vertente de carácter corrente e outra de capital. Em 2019 as verbas de natureza corrente ascenderam a 140 milhares de euros, contra os 142 milhares de euros arrecadados em 2018 e provieram, essencialmente, de:

1. Instituto Nacional de Emergência Médica – Especificamente vertido como “Prémio de Saída” termo que designa o subsídio atribuído pelo INEM por cada um dos serviços prestados por um Posto de Emergência Médica (PEM) e um posto de reserva (RES). Os PEM funcionam em Corpos de Bombeiros ou Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa que têm protocolo com o INEM para dar resposta a emergências médicas pré-hospitalares e que, em 2019, assinalou uma verba de 59 milhares de euros;
2. AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I.P - registando o valor de 36 milhares de euros, referente ao aluguer da loja do cidadão.
3. Autoridade Nacional de Proteção Civil – contribuiu com 17 milhares de euros, referentes a Protocolo de Segurança Contra Risco de Incêndios em Edifícios e a pagamentos de subsídio de combustível.
4. Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P - Com vista a uma melhor eficiência da ajuda concedida no âmbito da distribuição gratuita de fruta e leite escolar e reforço da sua dimensão educativa, o Regime Escolar, aplicável a partir do ano letivo 2017/2018, visa promover o consumo de fruta, produtos hortícolas, leite e produtos lácteos às crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico e ensino pré-escolar nos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas do continente. Neste âmbito, no presente ano, arrecadou-se uma quantia de 27 milhares de euros.

As Transferências dos Serviços e Fundos Autónomos na sua vertente de capital, são inferiores a 2018, perfazendo em 2019 um total de 23 milhares de euros. A diminuição justifica-se pela finalização de alguns projetos, permanecendo no decurso de 2019 o Programa de Desenvolvimento Desportivo, com a Fundação do Desporto.

Para uma melhor perceção, quanto à evolução das receitas acabadas de analisar no período 2016/2019 elaborou-se o gráfico abaixo que ilustra, por categorias, o total de transferências efetuadas em cada ano.

Figura 6 – Transferências



Culminando com o último grupo constitutivo do bolo das Transferências, surgem as receitas creditícias denominadas, usualmente, por Empréstimos e que a seguir se apresentam:

Quadro 7 – Empréstimos

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos Curto Prazo	7 500,00	30,43	7 700,00	53,4	7 500,00	94,38	6 000,00	14,49	5 500,00	97,89	3 000,00	16,96	3 000,00	100,00
Empréstimos MLP	17 147,96	69,57	6 720,16	46,6	446,71	5,62	35 406,88	85,51	118,66	2,11	14 693,72	83,04	0,00	0,00
TOTAL	24 647,96	100,00	14 420,16	100	7 946,71	100	41 406,88	100	5 618,66	100	17 693,72	100	3 000,00	100

Milhares de euros

Os dados mostram uma trajetória descendente desde 2016, exceção feita a 2017, em que a contração de um empréstimo de MLP se deveu a uma nova iniciativa preceituada no Orçamento de Estado de 2018, com a abertura da possibilidade dos Municípios realizarem operações de substituição de dívida. Para aplicação na liquidação antecipada do empréstimo PAEL, o Município contraiu, em 2018, o empréstimo de 14.693 milhares de euros.

A compilação dos Rácios de Estrutura da Receita servirá de pano de fundo para o encerramento do estudo deste capítulo sobre a evolução da Receita no quadriénio 2016/2019. A análise de rácios não permite retirar conclusões sobre o desempenho de uma dada entidade, mas permite entender a sua evolução em determinados contextos.

As tomadas de decisão devem ter por base a análise e interpretação dos indicadores económico-financeiros observados ao longo do tempo e tendo por comparação a análise apoiada na leitura das demonstrações financeiras.

A evolução da receita total revela-se flutuante ao longo do período em análise, muito se devendo aos movimentos ascendentes e descendentes das receitas de capital, dado que, como se pode constatar por observação do primeiro quadro, que faz parte integrante deste estudo (Evolução da Receita Total), as receitas correntes têm-se demonstrado inalteráveis no seu crescimento.

Como denominador comum aos seis rácios calculados encontra-se a componente Receita Total, que perfez, na presente gerência, 147.683 milhares de euros, evidenciando uma quebra de 2.031 milhares de euros face ao ano transato.

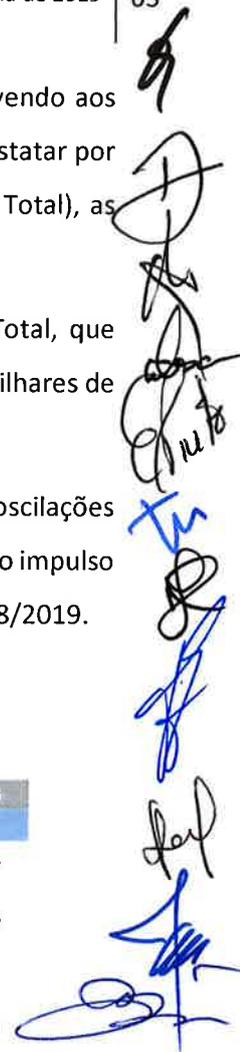
A vertente mais atingida tem sido a das receitas de capital, principal responsável pelas oscilações verificadas, nomeadamente com uma queda de 40.949 milhares de euros de 2016/2017, um novo impulso de 14.123 milhares de euros de 2017/2018 e uma redução de 11.708 milhares de euros de 2018/2019.

Quadro 8 - Rácios de Estrutura da Receita

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	%	%	%	%	%	%	%
Receitas Próprias/Receita Total	53,21	60,75	64,46	54,16	70,47	65,13	70,47
Impostos Locais/Receita Total	42,21	48,53	52,97	41,19	56,82	54,46	59,69
Venda Bens de Investimento/ Receita Total	0,17	0,03	0,18	2,33	0,15	0,22	2,65
Transferências/Receita Total	29,15	28,20	29,13	20,52	25,31	23,05	27,49
Passivos Financeiros/ Receita Total	17,64	11,05	6,41	25,32	4,21	11,82	2,03
Receitas Próprias Correntes/Receita Corrente	70,25	72,87	71,57	72,86	74,64	75,39	69,36

Seguidamente procede-se a um breve resumo dos vários binómios constantes do quadro anterior.

No que concerne ao primeiro rácio, Receitas Próprias/Receita Total, verifica-se que todo o impacto na sua variação é incutido pelas oscilações no total da receita, via receita de capital, como já foi anteriormente mencionado, constatando-se uma performance nas receitas próprias relevante e crescente ao longo do quadriénio em análise (essencialmente na vertente das receitas próprias correntes), materializando-se em 2019 pelo percentual de 70,47%, que se revelou o mais alto do período, *ex-aequo* com o ano de 2017, embora com uma grande diferença em termos absolutos, 10.027 milhares de euros nas receitas próprias e 14.229 milhares de euros na receita total. Este binómio é sinónimo do grau de independência financeira do Município.



Na linha do que se observou no anterior binómio, o peso relativo dos Impostos Locais no Total da Receita foi de 59,69% em 2019, o percentual mais elevado de todo o período, devido ao impulso nestas receitas com uma variação positiva de 6.614 milhares de euros face a 2018, contra os 5.718 milhares de euros de 2017 para 2018.

Quanto ao rácio Venda de Bens de Investimento/Receita total, o mesmo continua a evidenciar, no ano em causa, um peso reduzido no cômputo geral da receita, mensurado em 2019 num percentual de 0,32%, apresentando um ligeiro acréscimo em termos absolutos de 145 milhares de euros face a 2018, prendendo-se na sua essência com a venda de terrenos.

Mais uma vez fica bem patente o considerável grau de autonomia financeira do Município face às receitas alheias (transferências e empréstimos), explícitos pelos dois rácios constantes do quadro, com percentuais de 27,49% e 2,03%, respetivamente, representando no total apenas 29,52% dos fundos disponíveis municipais, contra a crescente evolução das receitas próprias, capazes de subvencionar cerca de três quartos do global da despesa municipal.

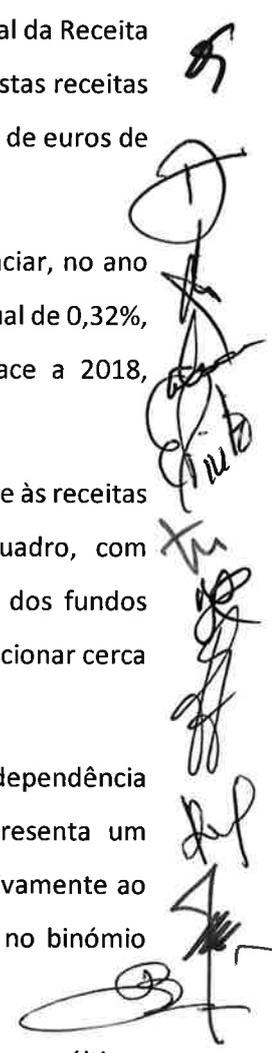
Assim, demonstra-se um forte equilíbrio financeiro do Município com relativamente pouca dependência de financiamento alheio. Será pertinente dizer que a evolução destes dois rácios apresenta um comportamento semelhante ao do ano de 2017, prevalecendo uma variação positiva relativamente ao rácio Transferências/Receita Total, simultaneamente com o forte decréscimo patenteado no binómio Passivos Financeiros/Receita Total.

Para finalizar o estudo do presente capítulo e de uma forma mais desagregada no que concerne ao último rácio apresentado (Receitas Próprias Correntes/Receita Corrente), que atingiu o percentual de 74,91%, evidenciando que três quartos da receita corrente provêm de recursos próprios do Município.

3. Evolução do Endividamento

Relativamente ao presente capítulo, o Orçamento do Estado para 2019 (Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro), vem no seguimento do preceituado para o ano antecedente.

A evolução do limite da dívida total, de acordo com o estipulado no artº 52 da Lei nº 73/2013 e para o quadriénio em análise, apresenta-se no quadro seguinte, no qual se constata, o aumento anual do limite de dívida total, tendo-se fixado no ano de 2019, nos 180.677 milhares de euros.



Quadro 9 – Limite da Dívida

Designação	LIMITE 2014	LIMITE 2015	LIMITE 2016	LIMITE 2017	LIMITE 2018	LIMITE 2019
	1,5*MD (2011/2013)	1,5*MD (2012/2014)	1,5*MD (2013/2015)	1,5*MD (2014/2016)	1,5*MD (2015/2017)	1,5*MD (2016/2018)
Município de Vila Nova de Gaia	154 252,37	151 373,18	159 076,75	164 946,93	173 293,82	180 677,40

Milhares de euros

O presente capítulo da evolução do endividamento consiste na análise de três grandes grupos, segundo a natureza da dívida: Dívida de Médio e Longo Prazo, Dívida de Curto Prazo e a Dívida de Médio e Longo Prazo Exigível a Curto Prazo (dívida de MLP que se vence no exercício económico seguinte).

No quadro seguinte apresenta-se a Evolução do Endividamento.

Quadro 10 – Evolução do Endividamento

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívida de MLP	166 082,83	124 932,64	119 562,32	130 587,37	112 962,70	95 982,95	81 158,54
Empréstimos	144 784,60	116 707,70	101 144,15	119 644,92	103 213,48	88 859,33	74 634,63
Fornecedores e Outros Credores	21 298,23	8 224,94	18 418,17	10 942,45	9 749,22	7 123,62	6 523,91
Dívida de CP	30 125,37	25 745,51	39 516,65	12 980,99	7 758,55	8 506,85	6 939,98
Fornecedores e Outros Credores	30 125,37	25 745,51	39 516,65	12 980,99	7 758,55	8 506,85	6 939,98
Dívida de MLP Exigível a CP	0,00	24 829,82	21 608,91	23 197,78	17 841,49	15 517,81	15 068,66
Empréstimos		16 737,97	15 962,86	16 898,79	16 648,36	14 724,70	14 469,55
Fornecedores e Outros Credores		8 091,85	5 646,05	6 298,99	1 193,13	793,11	599,11
Endividamento Total	196 208,20	175 507,97	180 687,88	166 766,14	138 562,74	120 007,61	103 167,18

Milhares de Euros

Analisando o Endividamento Total no quadriénio em estudo, constata-se o contínuo declínio do mesmo, alicerçado em reduções sucessivas de 28.214 milhares de euros de 2016/2017, 18.544 milhares de euros de 2017/2018 e de 16.010 milhares de euros de 2018/2019, o que se traduz num diferencial total, de 2016 para 2019, considerável de 62.768 milhares de euros.

Em 2019, constata-se que as principais responsáveis pela desoneração da dívida foram a Dívida de MLP a par da Dívida de MLP exigível a CP, que totalizaram 96.227 milhares de euros contra os 111.500 milhares de euros de 2018, causando um desagravamento de 15.273 milhares de euros. Por seu lado, a Dívida de CP, evidenciou um ligeiro decréscimo retratado, em termos absolutos, em 671 milhares de euros.

Particularizando cada uma das componentes que fazem parte integrante do endividamento, note-se que no presente ano, a Dívida de MLP ascendeu a 81.158 milhares de euros, refletindo uma variação negativa de 15,44% face ao ano transato, o que se traduz em menos 14.824 milhares de euros. O mesmo se passa com a Dívida de MLP Exigível a CP, que fez no corrente ano 15.068 milhares de euros, ilustrando um ligeiro decréscimo de 449 milhares de euros comparativamente com 2018.

A dívida reparte-se da seguinte forma:

1. Banca – totalizou 66.907 milhares de euros, dos quais 12.630 milhares de euros foram adstritos à DMLP exigível a CP;
2. INH – somando 20.967 milhares de euros, destacaram-se daqueles 1.656 milhares de euros referentes a DMLP exigível a CP;
3. Fundos Autónomos – materializaram um valor de 1.229 milhares de euros, sendo que 227 milhares de euros foram referentes a DMLP exigível a CP;
4. Fornecedores e Outros Credores – verificou-se uma diminuição dos montantes em dívida, consubstanciando-se a dívida de MLP no presente exercício 7.123 milhares de euros, contra os 7.917 milhares de euros de 2018.

Esta dívida é constituída, essencialmente, pelos fornecedores de imobilizado por locação financeira e pela participação do Município no capital social no Fundo de Apoio Municipal. Foi nesta última que se observou uma redução considerável, por força da alteração do artigo 19º da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, através da qual o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios vão sendo progressivamente reduzidas no período 2018/2021, em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente.

Assim, inerente a esta vertente, discrimina-se:

- a. F.A.M. – 204 milhares de euros, correspondentes na sua totalidade a Dívida de MLP exigível a CP, face aos 407 milhares de euros registados em 2018, não existindo no presente ano verba preconizada na dívida de MLP;
- b. Fornecedores de imobilizado por locação financeira – 6.919 milhares de euros referentes ao Prédio Urbano sito na Rua Valente Perfeito, sendo que 396 milhares de euros representam a parte correspondente ao valor exigível a CP.

É de todo o interesse focar que os Empréstimos de MLP que apresentam, em 2019, um total em dívida de 89.104 milhares de euros, evidenciam um decréscimo na ordem dos 14.480 milhares de euros comparativamente com os valores de 2018, que perfizeram uma quantia de 103.584 milhares de euros. Para este cenário concorreram, para além da normal satisfação dos encargos com o serviço da dívida, a conclusão de um empréstimo junto do IHRU, relativo à construção de 58 fogos PER e junto da DGTF no âmbito do PREDE.

Atendendo ainda à estrutura da dívida com os empréstimos de MLP, é de referir os montantes que, no ano de 2019, concorreram ou não para a capacidade de endividamento:

- ❖ 35.800 milhares de euros correspondem a empréstimos que se encontravam excluídos da capacidade de endividamento, evidenciando ao longo do quadriénio em estudo um contínuo decréscimo;
- ❖ 53.304 milhares de euros são referentes a empréstimos não excluídos da capacidade de endividamento, havendo uma constante diminuição destes valores ao longo dos quatro anos.

No que concerne à Dívida de CP, constata-se que, ao longo do quadriénio em análise, tem vindo a ser contida quando comparada com os valores outrora exarados, apresentando uma desoneração de 5.233 milhares de euros de 2016/2017, embora com um pequeno aumento de 759 milhares de euros de 2017/2018.

Materializou-se em 2108/2019, numa diminuição de 737 milhares de euros, o que traduz a preocupação da gestão municipal na satisfação do pagamento das obrigações para com os fornecedores e outros credores, tendo como pano de fundo a contínua prioridade no cumprimento dos pagamentos a terceiros, concretizado num prazo médio de pagamento de 36 dias, em 2019.

4. Análise da Despesa Total

No contexto existente, proceder-se-á à avaliação do desempenho da ação municipal, em termos da análise da despesa, privilegiando-se um estudo comparativo com a informação explicitada no ano de 2018, embora e sempre que possível também reportada aos anos 2016/2017.

Abordar-se-ão as variações ocorridas, o grau de execução, bem como o contributo das principais rubricas no quadro geral da despesa municipal. É dado igualmente relevo à repartição do valor total das despesas de acordo com a sua natureza.

Quadro 11 – Evolução da Despesa Total

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%												
Despesa Corrente	76 551,10	55,72	82 842,12	63,31	81 493,04	66,21	92 275,29	60,96	88 368,43	67,91	87 884,84	59,80	91 890,66	65,85
Despesa de Capital	60 836,57	44,28	48 019,48	36,69	41 598,03	33,79	59 096,69	39,04	41 758,76	32,09	59 085,25	40,20	47 651,46	34,15
Total da Despesa	137 387,67	100,00	130 861,60	100,00	123 091,08	100,00	151 371,98	100,00	130 127,20	100,00	146 970,09	100,00	139 542,12	100,00

Milhares de euros

Por observação do quadro anterior torna-se perceptível que as oscilações na Despesa Total, ao longo dos 4 anos, foram causadas pela variação da Despesa de Capital, a qual se sobrepõe à sua congénere Corrente, registando-se no período 2018/2019 uma quebra no Total da Despesa de 7.428 milhares de euros,

resultante do impacto negativo de 11.434 milhares de euros da Despesa de Capital, que mais do que suplantou o acréscimo da vertente corrente, de 4.006 milhares de euros.

Ao longo do quadriénio em análise são paradigmáticas as variações dos acréscimos/decréscimos da Despesa de Capital, com uma diminuição de 17.338 milhares de euros de 2016/2017 e um acréscimo na ordem dos 17.326 milhares de euros de 2017/2018.

As Despesas Correntes atingiram 91.891 milhares de euros, no ano em estudo, contra os 87.885 milhares de euros de 2018, exibindo um aumento de 4.006 milhares de euros, absorvendo 65,85% do total da despesa, ou seja, cerca de dois terços do total de gastos municipais.

As principais responsáveis por este desempenho foram as Despesas com Pessoal, que embora sempre reveladoras de uma evolução positiva no período 2016/2019, destacaram-se, particularmente em 2019, com o maior incremento do período, 3.166 milhares de euros, seguidas das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (mais 1.759 milhares de euros) e, por fim, das Transferências Correntes, com um consumo adicional de 1.605 milhares de euros.

Destaque-se ainda que, de entre todas as componentes que fazem parte integrante da despesa corrente, aquelas que concretizaram uma despesa efetiva mais próxima do orçado foram as Despesas com Pessoal (94,94%), seguidas das Outras Despesas Correntes (86,19%) e das Transferências Correntes (85,51%).

Quanto às Despesas de Capital registaram, em 2019, uma verba de 47.651 milhares de euros, face aos 59.085 milhares de euros de 2018, evidenciando o segundo valor mais baixo do período 2016/2019, verificando-se um decréscimo de 11.434 milhares de euros face ao ano precedente, ostentando um peso relativo no total da despesa de 34,15% e uma taxa de realização de 68,58%.

Este comportamento é muito legitimado pelo decréscimo de 16.492 milhares de euros verificado nos Passivos Financeiros – Amortizações.

Assim, apreciando agora a evolução da Despesa Total que ascendeu, no presente ano, a 139.542 milhares de euros, verificou-se um grau de execução orçamental de 73,93% (equiparado com o ano de 2017, o qual revelou um percentual de 72,82%), contra o período homólogo de 2018, que registou um montante de 146.970 milhares de euros e com um grau de execução de 78,45%.

É importante referir que esta diminuição do grau de execução de 2019 face a 2018 em 4,52 p.p, ocorreu por força da diminuição da despesa paga (-7.428 milhares de euros) sem quase alteração da despesa orçada (+1.431 milhares de euros), enquanto que, na transição de 2017/2018, o aumento da taxa de

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'S' and several illegible signatures.

execução de 5,63 p.p, se deveu ao facto do aumento da despesa paga (+16.843 milhares de euros) ter suplantado o acréscimo acentuado, também ocorrido na despesa orçada (+8.640 milhares de euros).

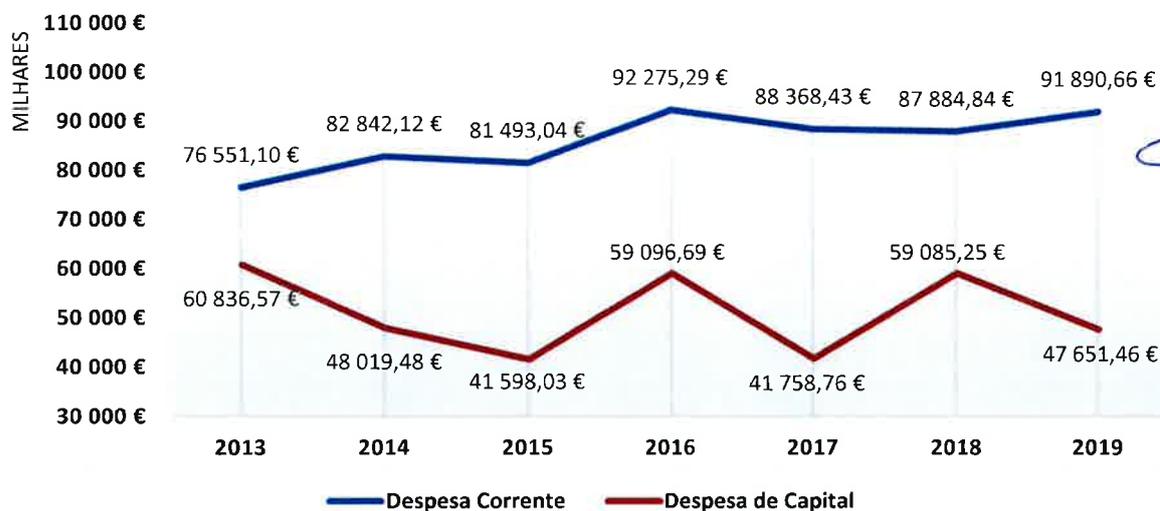
Um outro fator a ter em consideração é o rácio de pagamento das despesas assumidas traduzido pelo binómio Total de Despesa Paga no Total da Despesa Assumida, que em 2019 apresenta uma taxa de 80,55% e em 2018 foi de 84,43%.

No ranking dos 35 Municípios com maior volume de despesa paga, em 2018, esta Edilidade surgiu na quarta posição, sendo que a média nacional apurada nesse ano foi 86,90%.

Observando-se a natureza da estrutura da despesa, constata-se que em 2019, dos pagamentos efetuados, 81,40% respeitam a despesa corrente e 78,96% a despesa de capital.

Comparando os valores de 2016 a 2019 e tendo em atenção a evolução das diversas componentes orçamentais da despesa (corrente e capital), esquematizou-se graficamente o desempenho verificado.

Figura 7 – Evolução da Despesa



No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa global entre 2013 e 2019 estruturada em função dos seus grandes grupos, sendo analisados *per se* em capítulos próprios, completando esta informação, sempre que possível, com as taxas de execução de cada componente na total despesa orçada, assim como os respetivos valores absolutos.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name 'Ruben' and other illegible markings.

Quadro 12 – Estrutura Global da Despesa

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%												
Despesas de Funcionamento	62 927,22	45,80	70 497,46	53,87	72 830,98	59,17	76 613,72	50,61	77 993,11	59,94	75 352,21	51,27	79 257,40	56,80
Outras Despesas	9 511,34	6,92	8 238,83	37,50	5 142,20	31,24	21 668,18	14,31	8 558,73	6,58	11 526,95	7,84	11 832,11	8,48
Investimento Global	35 808,78	26,06	21 971,76	16,79	16 460,55	13,37	23 580,80	15,58	18 881,38	14,51	24 659,33	16,78	30 000,47	21,50
Serviço da Dívida	29 140,33	21,21	30 153,55	23,04	28 657,34	23,28	29 509,28	19,49	24 693,97	18,98	35 431,60	24,11	18 452,13	13,22
TOTAL	137 387,67	100,00	130 861,60	100,00	123 091,08	127,06	151 371,98	100,00	130 127,19	100,00	146 970,09	100,00	139 542,11	100,00

Milhares de euros

Avaliando a performance dos quatro grandes grupos apresentados, expõem-se, seguidamente, as principais ilações:

- ❖ Rapidamente se constata que a ordem de importância de cada um dos grupos participantes no cômputo total da despesa se mantém no período 2016/2018, sendo alterada em 2019, com a alternância entre a segunda e terceira posição, passando o Investimento Global a superar os gastos com o Serviço da Dívida, sobressaindo na primeira posição as Despesas de Funcionamento como aquelas que absorveram mais de metade dos gastos municipais (56,80%), apresentando o valor de 79.257 milhares de euros, o mais alto de todo o quadriênio, com uma variação positiva na ordem dos 5,18%, quando equiparado a 2018, isto é, um incremento de 3.905 milhares de euros, justificado pelo acréscimo nas Despesas com Pessoal, como se analisará mais adiante.

Denote-se que em todo o período em estudo a fasquia do grau de execução nestas despesas se manteve sempre acima dos 76%, consumando no último ano um percentual de 77,03%:

- ❖ A conquista da segunda posição pelo Investimento Global, exibindo um montante de 30.000 milhares de euros, demarcando-se como o mais elevado de todo o período, registou um aumento de 5.341 milhares de euros face a 2018, à semelhança do aumento de 5.778 milhares de euros ocorrido em 2017/2018, absorvendo 21,50% e 16,78% do total dos gastos municipais, respetivamente.

O principal responsável deste comportamento foi o Investimento Direto, o qual tem mantido ao longo dos quatro anos crescimentos contínuos, destacando-se um incremento na ordem dos 5.012 milhares de euros e 5.834 milhares de euros, face a 2018 e 2017, respetivamente, e revelando-se, em termos absolutos, o mais importante do grupo, como veremos adiante.

Será de salientar o facto de se apresentar, ao longo do período 2016/2019, taxas de execução de 46,03% para 2017 e 64,12% para 2016, ficando-se em 2018 por um percentual registado de 55,52%, viu-se, em 2019, um ligeiro acréscimo da mesma para os 58,24%.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Auto', 'tu', 'dep', and 'B']

- ❖ Relativamente ao Serviço da Dívida, constituído, pelos juros e pelas amortizações inerentes à contratação de empréstimos de CP e MLP, ocuparam em 2019, a terceira posição, perdendo importância relativa no total da despesa com um contributo de 13,22%, revelando o montante mais baixo de todo o período, registando um valor de 18.452 milhares de euros (essencialmente devido à quebra em 16.492 milhares de euros da rubrica referente às amortizações, contrapondo-se com o valor registado nesta rubrica no ano transato, que apresentou um incremento de 11.671 milhares de euros).

Relativamente a estes encargos com o Serviço da Dívida, os graus de realização são consistentes e elevados, existindo, contudo, uma maior incerteza no cálculo subjacente aos juros da dívida, dado a volatilidade inerente ao mercado financeiro. Assim, saliente-se que os mesmos se pautaram por níveis de realização elevados, sendo a fasquia mais baixa a registada em 2016, com um percentual de 93,59%, e o mais elevado em 2019 com 97,17%;

- ❖ Por último, mas não menos importante, emerge o grupo das Outras Despesas, abarcando as Transferências Correntes e Subsídios e, simultaneamente, as Outras Despesas de Capital, que somaram um total de 11.832 milhares de euros em 2019, constituindo o segundo valor mais alto do quadriénio a seguir ao registado em 2016, com uma quantia de 21.668 milhares de euros, destacando-se como principal justificação, neste último, a verba exarada pelas Outras Despesas de Capital associada ao pagamento de indemnizações e juros no âmbito de processos judiciais, onde se destacam os processos respeitantes à VL9 e à “Cimpor”, enquanto no ano desta gerência grande parte do valor se deveu, essencialmente, ao avolumar das Transferências Correntes.

Por outro lado, foram precisamente os anos de 2016 e 2018 que evidenciaram taxas de execução mais elevadas, nomeadamente de 90,96% e 93,59%. Particularizando para cada um dos anos, constata-se que no período de 2016/2017 foram as Outras Despesas de Capital aquelas que demonstraram percentuais mais elevados no que concerne ao grau de execução, enquanto em 2018 essa primazia foi alcançada, quer pelas Transferências Correntes, quer ainda pelos Subsídios (92,03% e 98,61%), passando em 2019, a ser liderada somente pelas Transferências Correntes (85,51%).

Concentrando a atenção principalmente no ano em estudo, construiu-se o gráfico seguinte, que pretende realçar a alteração do contributo que, pela primeira vez em todo o quadriénio, ocorreu entre o Investimento Global e o Serviço da Dívida, destacados pela representação de valores laterais, no contexto da Estrutura Global da Despesa.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Figura 8 – Estrutura Global da Despesa



Não obstante o montante despendido pela Autarquia em encargos de natureza fixa e obrigatória constituir o grosso da parcela das despesas municipais, procedeu-se à sua desagregação de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 13 – Despesas de Funcionamento

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%												
Despesas de Pessoal	33 177,66	52,72	34 354,47	48,73	35 123,00	48,23	36 445,22	47,57	37 162,50	47,65	39 432,94	52,33	42 598,48	53,75
Aquisição de Bens e Serviços	27 782,03	44,15	33 891,44	48,07	35 872,85	49,25	38 029,36	49,64	37 500,54	48,08	31 611,75	41,95	33 370,99	42,10
Outras Despesas Correntes	1 967,54	3,13	2 251,55	3,19	1 835,13	2,52	2 139,14	2,79	3 330,07	4,27	4 307,52	5,72	3 287,93	4,15
Total Despesas Funcionamento	62 927,22	100,00	70 497,46	100,00	72 830,98	100,00	76 613,72	100,00	77 993,11	100,00	75 352,21	100,00	79 257,40	100,00

Milhares de euros

Como já foi referido anteriormente, os encargos de funcionamento são constituídos por um conjunto de despesas de índole corrente com carácter mais ou menos fixo e obrigatório. Estes continuam a figurar no topo da hierarquia das despesas municipais, representando em 2019 mais de metade destas (56,80%) e absorvendo mais de metade da receita corrente da autarquia (57,96%), o que traduz um elevado peso no orçamento municipal.

Segmentando cada uma das rubricas componentes da Despesa de Funcionamento, avaliar-se-á o seu desempenho, de acordo com o seu grau de importância:

1. As Despesas com Pessoal surgem nas despesas de funcionamento como as mais representativas, totalizando no presente ano, 42.598 milhares de euros, absorvendo 30,35% do total da despesa, contra os 26,83% registados em 2018 e com um grau de execução de 94,94%, sendo o mais expressivo de todo o período em estudo.

Estas despesas, além de demonstrarem uma evolução tendencialmente crescente ao longo do quadriênio, apresentaram este ano um acréscimo na ordem dos 3.166 milhares de euros face a 2018, fruto, por um lado, de um conjunto de alterações que desde 2018 e na sequência da recuperação financeira e do descongelamento de carreiras têm vindo a ocorrer e, por outro, fruto da revisão e reforço do mapa de pessoal.

Denote-se que as Despesas com Pessoal no período de 2016/2017 estavam relegadas para segundo plano, constituindo as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços aquelas que mais pesavam na estrutura do total da despesa.

2. A Aquisição de Bens e Serviços tem vindo a constituir o segundo maior conjunto de gastos municipais desde 2018, materializado em 2019 nos 33.371 milhares de euros, manifestando um ligeiro crescimento, 1.759 milhares de euros, de 2018 para 2019, absorvendo 23,91% da despesa total.

À exceção do aumento ocorrido de 2018 para 2019, a evolução desta rubrica da despesa corrente vinha sendo descendente, registando um decréscimo de 529 milhares de euros de 2016/2017 e de 5.889 milhares de euros de 2017/2018.

É na vertente Aquisição de Serviços que desde sempre se aglutinou o maior valor desta rubrica, exibindo em 2019 um gasto de 29.239 milhares de euros, com um ligeiro acréscimo de 2.124 milhares de euros face ao ano precedente mensurado em 27.115 milhares de euros.

O que possui maior expressividade nesta rubrica são as despesas com os Encargos de Instalação (7.545 milhares de euros), a Locação de Edifícios (2.474 milhares de euros), os Encargos com Vigilância, os Encargos de Cobrança de Receitas e Outros Serviços e Trabalhos Especializados, que, no seu todo, somaram 13.370 milhares de euros.

A vertente de Aquisição de Bens que, desde 2016, tem vindo a apresentar um comportamento mais estável, evidenciou gastos de 4.132 milhares de euros, sendo que aquele que adquiriu maior expressão nesta rubrica foram os Combustíveis e Lubrificantes, com um valor de 1.060 milhares de euros e o Material de Educação, Cultural e Recreio, com 1.035 milhares de euros, constituindo ambas cerca de metade daquele valor.

9
1
11/10/19
tu
11/10/19
11/10/19
11/10/19
11/10/19

Quadro 14 – Aquisição de Bens e Serviços

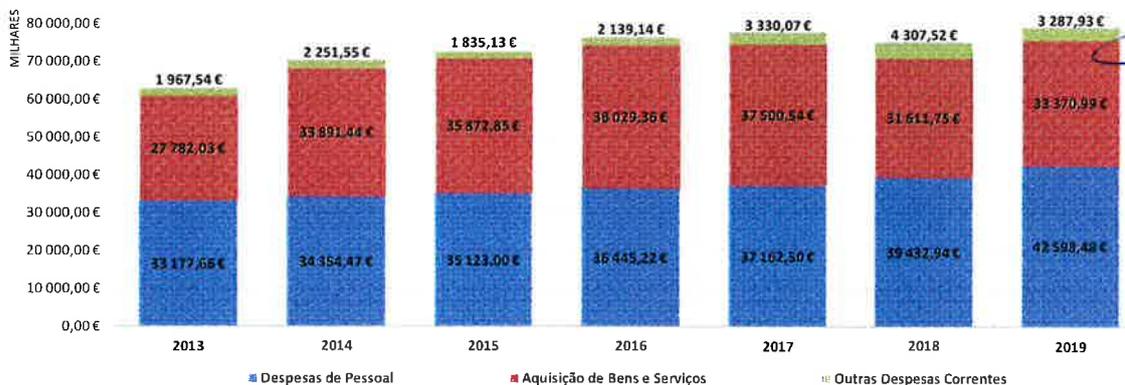
Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Aquisição de bens	3 004,54	2 960,51	3 237,27	4 517,59	4 520,47	4 496,56	4 131,79
Aquisição de serviços	24 777,49	30 930,92	32 635,57	33 511,77	32 980,07	27 115,20	29 239,20
Total	27 782,03	33 891,43	35 872,85	38 029,36	37 500,54	31 611,76	33 370,99

Milhares de euros

3. As Outras Despesas Correntes contemplam, essencialmente, a devolução de importâncias indevidamente ou a mais arrecadadas a título de receita na presente gerência, apresentaram o valor de 3.287 milhares de euros, decrescendo 1.020 milhares de euros face a 2018 e exararam um peso relativo no total da despesa de 2,36% e um grau de execução de 86,19%, sendo grande parte deste valor referente a verbas restituídas a título do IMI, IMT E IUC, que somaram 2.023 milhares de euros.

Extrapolando toda a abordagem anterior, elaborou-se o gráfico seguinte que ilustra a evolução temporal de cada uma das componentes das Despesas de Funcionamento.

Figura 9 – Evolução / Distribuição das despesas de Funcionamento



5. Serviço da Dívida

De uma forma simples podemos definir o Serviço da Dívida como a totalidade dos pagamentos referentes a juros e amortizações de capital que uma entidade efetua num determinado período. O volume nesta despesa é importante para medir a solvabilidade, ou seja, a capacidade de uma entidade de pagar os seus compromissos, a qual deverá ser superior a 0,5. Quanto maior for o serviço da dívida, maior é o risco, uma vez que a rentabilidade pode ser afetada.

Na estrutura global da despesa, o serviço da dívida foi, em 2019, relegado para a terceira posição quando outrora ocupava o segundo lugar, com um volume de encargos na ordem dos 18.452 milhares de euros, comparativamente com o ano de 2018, cujo valor foi quase o dobro, atingindo 35.432 milhares de euros. Verificou-se uma taxa de redução de 47,92 % de 2018 para 2019, retratada em termos absolutos numa contração de 16.979 milhares de euros.

Já no que concerne à percentagem de despesa realizada, esta centrou-se, no ano em análise, em 97,17%, o valor mais elevado de todo o quadriénio, muito embora se tenha mantido sempre acima da fasquia dos 93%.

Por observação dos dados que se seguem constata-se que, à semelhança do ano passado, as principais oscilações no Serviço da Dívida foram justificadas pela variação das amortizações de capital, ao invés do que se passou nos períodos entre 2015/2016 e 2016/2017, que foram produzidas pelas variações ocorridas essencialmente nos Encargos Financeiros.

Quadro 15 – Evolução do Serviço da Dívida

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%												
Amortização Anual de Capital	25 008,51	85,82	25 759,10	85,43	24 285,37	84,74	21 970,19	74,45	22 300,52	90,31	33 971,52	95,88	17 479,85	94,73
Empréstimos CP	7 500,00	25,74	7 700,00	25,54	7 500,00	26,17	6 000,00	20,33	5 500,00	22,27	3 000,00	8,47	3 000,00	16,26
Empréstimos MLP Bancos	15 201,56	52,17	15 734,15	52,18	11 380,54	39,71	11 596,04	39,30	12 403,40	50,23	12 730,88	35,93	12 205,77	66,15
Empréstimos MLP Serviços Fundo Autónomos	2 306,95	7,92	2 324,94	7,71	5 404,82	18,86	4 374,15	14,82	4 397,12	17,81	18 240,64	51,48	2 274,08	12,32
Encargos Financeiros	4 131,82	14,18	4 394,45	14,57	4 371,98	15,26	7 539,09	25,55	2 393,45	9,69	1 460,06	4,12	972,28	5,27
Bancos	1 299,75	4,46	1 386,78	4,60	827,52	2,89	685,15	2,32	776,96	3,15	671,50	1,90	623,58	3,38
Serviços e Fundos Autonomos	323,12	1,11	375,92	1,25	991,80	3,46	637,15	2,16	549,61	2,23	382,21	1,08	77,16	0,42
Locação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	173,60	0,61	160,46	0,54	147,71	0,60	140,81	0,40	132,34	0,72
Outros juros	2 065,31	7,09	2 239,47	7,43	2 064,31	7,20	5 802,77	19,66	669,41	2,71	73,75	0,21	19,63	0,11
Outros Encargos Financeiros	443,64	1,52	392,27	1,30	314,75	1,10	253,56	0,86	249,76	1,01	191,79	0,54	119,57	0,65
Serviço da Dívida	29 140,33	100,00	30 153,55	100,00	28 657,34	100,00	29 509,28	100,00	24 693,97	100,00	35 431,58	100,00	18 452,13	100,00

Milhares de euros

Desagregando o quadro anterior de acordo com a natureza de cada uma das rubricas constituintes das Amortização e dos Encargos Financeiros, temos:

- ❖ As Amortizações de Capital apresentaram em 2019 um montante de 17.480 milhares de euros, valor mínimo no período 2016/2019 com um peso na despesa total de 12,53% e um decréscimo na ordem dos 16.492 milhares de euros, face a uma evolução positiva ocorrida desde 2016, demonstrando, ao mesmo tempo, uma taxa de execução bastante elevada (98,48%).

Face ao valor de amortização do ano de 2018, 33.972 milhares de euros, será relevante afirmar que o Município de Vila Nova de Gaia se posicionou no quarto lugar no ranking dos 35 Municípios com maior volume de empréstimos pagos.

Alicerçadas principalmente na repartição pelas seguintes rubricas, as amortizações diferenciam-se em:

- A. Amortização de capital com empréstimos de curto prazo - tem vindo ao longo do quadriénio a decrescer paulatinamente, perfazendo no presente ano 3.000 milhares de euros para satisfação de necessidades de tesouraria, à semelhança do que sucedeu no ano transato;
- B. Amortização de capital com empréstimos de médio e longo prazo afetos ao setor bancário – ascendeu a 12.206 milhares de euros em 2019, e tem vindo a manter um comportamento consentâneo com a natural satisfação das obrigações inerentes a estes encargos;
- C. Amortização de capital com empréstimos de médio e longo prazo contraídos junto de entidades Estatais – revelou o valor mais baixo dos quatro anos em análise, com uma quantia, em 2019, de 2.274 milhares de euros, muito inferior ao registado no ano precedente (18.241 milhares de euros), essencialmente devido à possibilidade que o Orçamento de Estado deu aos Municípios de recorrerem, em 2018, à realização de operações de substituição de dívida para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, que se consubstanciou na liquidação do empréstimo do PAEL junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças pelo montante de 14.694 milhares de euros, mantendo-se unicamente com esta entidade, no ano vigente, o empréstimo do PREDE, cujo encargo somou 400 milhares de euros.

O remanescente do valor, corresponde aos encargos com amortizações referentes a empréstimos existentes no âmbito do INH – 1.655 milhares de euros e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P (Centros Escolares do Parque Biológico e da Lavandeira), no valor total de 219 milhares de euros;

- ❖ Os Encargos Financeiros caracterizaram-se por um comportamento que se pautou por sucessivos decréscimos ao longo dos quatro anos, sendo a redução destes encargos de 6.567 milhares de euros entre os anos de 2016 e 2019, com uma quantia, em 2019, de 972 milhares de euros, o valor mais baixo de todo o período, perfazendo um grau de execução de 78,39%.

Com um decréscimo generalizado em todas as suas rubricas, os principais responsáveis foram os juros de empréstimos junto dos Serviços e Fundos Autónomos, que passaram de 382 milhares

de euros em 2018 para 77 milhares de euros no corrente ano, fruto da ausência de encargos junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, relativos ao empréstimo do PAEL.

A Autarquia de Vila Nova de Gaia apresentou-se, em 2018, na nona posição do ranking dos 35 Municípios que apresentaram maior volume de juros e outros encargos pagos.

6. Investimento Global

Pode afirmar-se que o Município de Gaia “respira” mais saudavelmente, sob o ponto de vista financeiro, refletindo essa situação no seu desempenho do dia a dia, assegurando um desenvolvimento económico estrutural e sustentável, compatível com a sua importância territorial.

Quadro 16 – Repartição do Investimento Global

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%												
Investimento Directo	21 928,86	61,24	16 535,87	75,26	11 998,32	72,89	12 701,61	53,86	14 103,99	74,70	19 937,70	80,85	24 949,49	83,16
Transferências Capital	12 909,50	36,05	4 465,26	20,32	3 647,81	22,16	10 064,76	42,68	3 962,97	20,99	4 110,81	16,67	4 643,77	15,48
Activos Financeiros	970,63	2,71	970,63	4,42	814,42	4,95	814,42	3,45	814,42	4,31	610,82	2,48	407,21	1,36
Investimento Global	35 808,78	100,00	21 971,76	100,00	16 460,55	100,00	23 580,80	100,00	18 881,38	100,00	24 659,33	100,00	30 000,47	100,00

Milhares de euros

Continuando a manifestar uma escalada ascendente significativa com uma variação positiva na ordem dos 58,89% face a 2017, o Investimento Global, apresentou em 2019, valores extraordinários, com um volume de 30.000 milhares de euros, com um crescimento face ao ano transato de mais 5.341 milhares de euros e mais 11.119 milhares de euros, quando comparado com 2017, evidenciando uma taxa de execução de 58,24% comparativamente com a registada de 55,52% e 46,03%, em 2018 e 2017, respetivamente, e um peso relativo no total da despesa de capital de 62,96% contra os 41,74% de 2018.

Realce-se que, embora o Investimento Global levado a cabo pelo Município tenha exibido uma maior presença no cômputo geral da despesa, tanto em 2019 como em 2018, como se pode aferir pelo rácio Investimento Global/Despesa Total cujo valor é de 21,50% e 16,78%, foi em 2019 que estas despesas conquistaram o segundo lugar, outrora liderado pelas despesas com o Serviço da Dívida, na captação dos recursos financeiros ao dispor do Município, absorvendo destes cerca de um quinto (20,31%) face aos 16,47% de 2018.

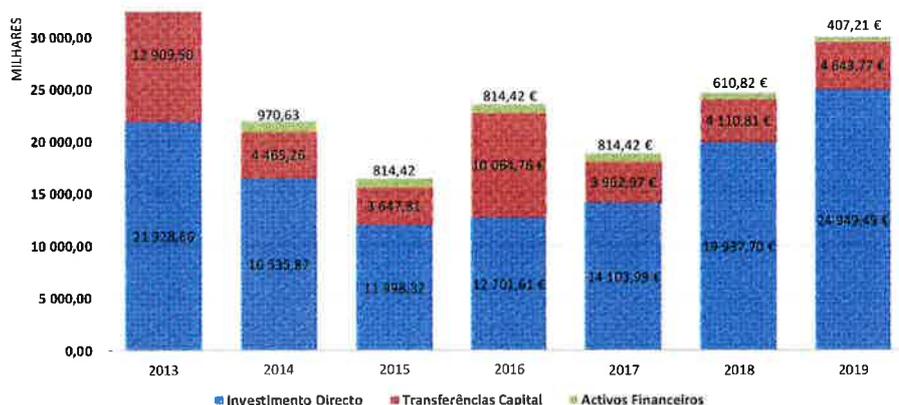
Apesar de o montante total de Investimento Global demonstrar flutuações no quadriênio em avaliação, principalmente inculdas pelas oscilações das Transferências de Capital, é, sem dúvida, o Investimento Direto aquele que consolida o maior contributo.

Assim, é no investimento realizado diretamente pela Autarquia que o Investimento Global continua a encontrar a sua principal base de sustentação, revelando o Investimento Direto um crescimento contínuo em todo o período em análise.

Assumiu um incremento de 5.012 milhares de euros face ao ano transato, com um peso de 83,16% em 2019, contra os 15,48% alcançados pelas Transferências de Capital, evidenciando uma contínua perda de importância relativa destas, muito embora atingindo, em termos absolutos, um incremento na ordem dos 533 milhares de euros.

Esta realidade pode ser retratada no seguinte gráfico a seguir elaborado.

Figura 10 – Repartição e evolução do Investimento Global



Dividido o Investimento Global, em três grandes grupos, como se pode constatar pelo quadro da Repartição do Investimento Global, analisar-se-á seguidamente cada uma destas componentes.

Tendo no passado apresentado o Investimento Direto uma constante desaceleração, fruto das contingências financeiras vividas no período compreendido entre 2013/2015, é gratificante constatar que em 2016 foi o ponto de viragem na evolução desta componente, que tem vindo a prolongar-se, materializado no presente ano, no valor de 24.949 milhares de euros, com acréscimos consecutivos de 1.402 milhares de euros em 2016/2017, um arrebatador crescimento de 5.834 milhares de euros em 2017/2018, e um outro impulso quase *ex-aequo* com o anterior, de 5.012 milhares de euros de 2018/2019, sendo de realçar que, comparativamente com o ano de 2016, o volume de despesa nesta

rubrica quase que duplicou em 2019, revelando um acréscimo em termos absolutos de 12.248 milhares de euros.

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios de 2018 ao nível do ranking dos 35 Municípios Portugueses com maior volume de investimento pago, com dados reportados a 2018, constata-se a extraordinária passagem desta edilidade de um vigésimo segundo lugar na tabela, em 2017, para a nona posição em 2018, com um incremento na ordem dos 41,36%.

Quadro 17 – Distribuição do Investimento Direto

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%												
Terrenos	545,37	2,49	2 098,16	12,69	298,39	2,49	153,89	1,21	268,02	1,90	3 845,21	19,29	822,29	3,30
Habituação	41,22	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00	80,26	0,63	764,00	5,42	2 093,37	10,50	340,42	1,36
Outros Edifícios	3 778,83	17,23	4 307,88	26,05	1 563,19	13,03	3 435,63	27,05	3 706,66	26,28	2 462,61	12,35	13 343,15	53,48
Construções Diversas	15 077,31	68,76	8 929,66	54,00	8 474,15	70,63	6 852,38	53,95	6 887,08	48,83	7 923,96	39,74	6 768,03	27,13
Material Transporte	0,00	0,00	153,75	0,93	296,78	2,47	78,28	0,62	116,82	0,83	260,22	1,31	190,83	0,76
Maquinaria e Equipamento	2 485,92	11,34	1 046,42	6,33	1 292,01	10,77	1 736,10	13,67	1 956,96	13,88	2 822,18	14,15	3 050,14	12,23
Locação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362,30	2,85	371,78	2,64	378,75	1,90	386,50	1,55
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	73,81	0,62	2,23	0,02	32,67	0,23	151,39	0,76	48,13	0,19
Investimento Direto	21 928,66	100,00	16 535,87	100,00	11 998,32	100,00	12 701,07	100,00	14 103,99	100,00	19 937,69	100,00	24 949,49	100,00

Milhares de euros

O Investimento direto atingiu em 2019 a mais alta taxa de execução do período 2016/2019, com 58,72%, contra os 51,71% de 2018. Da mesma forma o peso relativo no total da despesa foi em 2019 de 17,88%, comparando com 13,56% em 2018.

O Investimento Direto passou a liderar a primeira posição no cômputo das despesas de capital, relegando para segundo lugar os Passivos Financeiros, exceção feita em 2016, cuja posição foi preenchida pelas Outras Despesas de Capital.

De seguida elenca-se, o contributo das principais componentes do investimento direto, por ordem decrescente de importância:

A. Outros Edifícios – Com um volume considerável de 13.343 milhares de euros em 2019, surpreenderam estas despesas com o maior contributo no Investimento Direto, liderando a primeira posição ocupada nos três anos anteriores pelas Construções Diversas, absorvendo 53,48% do Investimento Direto e evidenciando uma taxa de execução de 70,30%.

Com um avultado crescimento de 10.881 milhares de euros, face a 2018, no qual apresentou um valor de 2.463 milhares de euros, ficou marcado por um incremento generalizado das suas componentes, em que foram responsáveis, principalmente, as seguintes ações:

1) Escolas – Esta rubrica disparou em 2019 revelando o valor mais alto dos últimos anos, exibindo uma taxa de execução na ordem dos 85,61 %, concentrando um volume de investimentos nesta área de 8.999 milhares de euros, contra o valor de 1.408 milhares de euros registado em 2018, personificado aquele montante na Requalificação das Escolas EB 2/3 Dr. Costa Matos, Valadares e Sophia de Mello Breyner (7.237 milhares de euros), na realização de empreitadas ao abrigo de Acordos Quadro nas escolas EB1 (1.341 milhares de euros) e na intervenção em várias Escolas do Ensino Básico do Concelho (421 milhares de euros);

2) Instalações Desportivas e Recreativas – Abarcando um valor de 2.108 milhares de euros, igualmente superior em 2.081,98 milhares de euros ao valor do ano precedente de 26 milhares de euros, apresentou o mais alto volume de todo o período a par de uma taxa de execução de 62,49% face ao 3,88% manifestado em 2018.

As principais realizações que estão na sua base são a Construção do Pavilhão Municipal Carlos Resende (1.341 milhares de euros), a Reabilitação do Complexo Desportivo Jorge Sampaio (378 milhares de euros) e a intervenção em vários equipamentos desportivos no âmbito de Acordo Quadro (388 milhares de euros);

3) Instalações de Serviços – Contemplando em 2019 uma verba de 1.054 milhares de euros, mais 296 milhares de euros face a 2018, revelando mais uma vez o volume de investimento mais alto de todo o período e uma realização com um percentual de 60,18%, destacam-se as seguintes empreitadas:

- i) Remodelação dos Armazéns nas Oficinas Gerais (233 milhares de euros);
- ii) Edifício dos Paços de Concelho, Arquivo Sophia de Mello Breyner e Diogo Cassels (114 milhares de euros);
- iii) Instalações Municipais - Parque Biológico – Escola Ciência Viva (284 milhares de euros);
- iv) Reabilitação de edifício e vedação do parque de viaturas do Estaleiro da Madalena (132 milhares de euros);
- v) Aquisição e Expropriações de edifícios (288 milhares de euros).

B. Construções Diversas – Ocupando outrora a primeira posição como contributo do Investimento Direto, foi relegada para segundo plano, ultrapassada como já se disse pela rubrica Outros Edifícios, aglutinando 6.768,03 milhares de euros, contraíndo-se em 1.156 milhares de euros face ao ano anterior e exarando o volume mais baixo em todo o período, revelando uma taxa de realização de 48,82%. As principais áreas de destaque foram:

- 1) Os Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, que totalizaram 3.336 milhares de euros e uma taxa de execução de 65,69%, baixaram ligeiramente a fasquia quando comparados com

- 2018, balizados, principalmente, na reabilitação da rede viária e sinalização centrada numa panóplia de empreitadas executadas por Acordo-Quadro (2.518 milhares de euros), na empreitada referente ao Prolongamento da VL7 (Avenida Eugénio Andrade) até à Rua do Loureiro (VL3 – Avenida até ao Mar), com 149 milhares de euros, na Manutenção de Vias Municipais e outros espaços públicos (495 milhares de euros) e nas empreitadas de muros de suporte em vários locais do concelho (174 milhares de euros);
- 2) Na rubrica designada por “Outros”, e que aglomera uma grande variedade de investimentos não refletidos nas demais rubricas, surge evidenciado um crescimento considerável de 1.594 milhares de euros comparativamente com 2018, muito embora com uma realização aquém do esperado, representando uma taxa de 42,79%, contemplando um total de gastos de 2.272 milhares de euros, contra 678 milhares de euros de 2018, destacando-se, especialmente:
- i) Empreitada de Consolidação da Serra do Pilar (1.640 milhares de euros);
 - ii) Empreitada Cais de Gaia e Urbanização da Seca do Bacalhau (326 milhares de euros);
 - iii) Empreitada Rio Horto - Construção da Bacia de Retenção (196 milhares de euros);
 - iv) Requalificação do Largo do Areinho e Alargamento dos Arruamentos Envolventes – Oliveira do Douro (84 milhares de euros);
- 3) Viação Rural – Com o valor mais alto dos quatro anos, surgem os encargos neste âmbito como o terceiro maior contributo para o investimento das Construções Diversas, com um volume de 718 milhares de euros face aos 64 milhares de euros aplicados em 2018 e uma concretização face à despesa orçada de 35,23%, como se mostra:
- i) Manutenção de vias municipais os outros espaços públicos – área rural (95 milhares de euros);
 - ii) Remodelação e beneficiação de arruamentos (623 milhares de euros).
- 4) Parques e Jardins – Com um valor total de 344 milhares de euros e uma concretização de 45,98%, neles se destacam, essencialmente, a Requalificação, Ampliação e Infraestruturas Verdes Urbanas (Rede de Parques e Bosques Urbanos de Gaia-Construção Parque do Vale de S. Paio (Canidelo) com 156 milhares de euros e a Construção e Reabilitação de Outros Espaços Verdes que somou 187 milhares de euros;
- C. Maquinaria e Equipamento – Continuando a manter a terceira posição, enquadrando vários investimentos, designadamente equipamento de informática, *software*, equipamentos administrativos e básico, como sendo os mais representativos, evidenciaram custos adicionais crescentes totalizando em 2019 um investimento de 3.050 milhares de euros, o mais alto do quadriénio, com uma taxa de realização de 50,10% e um peso relativo de 12,23%;

D. Terrenos - Abarcando um vasto leque de expropriações e aquisições diversas de terrenos no âmbito de um amplo conjunto de investimentos levado a cabo pela Autarquia, emergiu em 2018 com valores record desde 2014, ocupando naquele ano a segunda posição como contributo para o investimento direto.

Em 2019, destaca-se no quarto maior contributo, com um volume de 822 milhares de euros, com um peso relativo no investimento direto de 3,30% e um grau de execução de 59,10%, refletindo face a 2018, um decréscimo de 3.023 milhares de euros, deixando, contudo, antever um novo leque de iniciativas destacando-se como as de maior envergadura:

- 1) Avenida da República até ao Mar – Execução da VL3 (494 milhares de euros);
- 2) Contrato de arrendamento com opção de compra do imóvel Centro de Formação Desportiva de São Tiago (225 milhares de euros);
- 3) Futura Unidade de Execução do novo campo do Valadares e Urbanização dos Terrenos Adjacentes (37 milhares de euros);
- 4) Intervenção Integrada do Castelo de Gaia (25 milhares de euros);
- 5) Criação do Corredor BUS na Avenida Vasco da Gama, entre a Avenida D. João II e a Rotunda Arcos do Sardão (25 milhares de euros).

Ainda neste domínio, registre-se a maior incorporação patrimonial do município, fruto da opção de compra de vários imóveis para funções sociais relevantes, das quais se destacam:

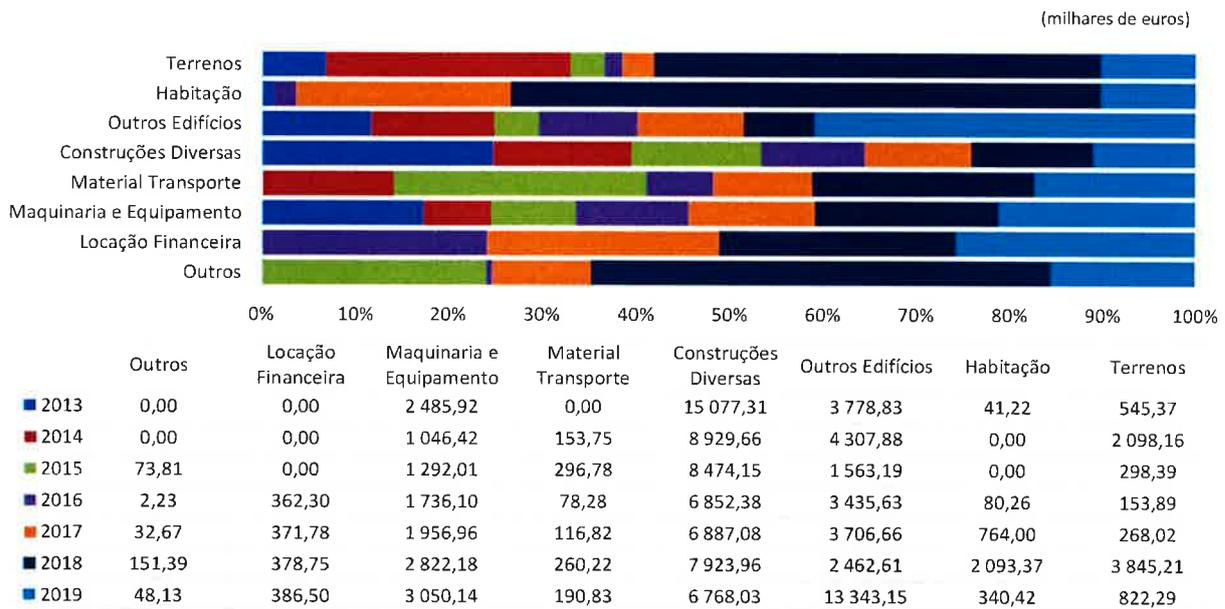
- Estufa da Lavandeira e todo o terreno remanescente do Parque da Lavandeira: uma decisão que possibilitou o alargamento significativo do Parque da Cidade.
- Casa da Presidência: aquisição estratégica para incorporar este equipamento no património municipal e evitar a construção de um bloco residencial nesse local tão sensível e estratégico, visada pelo Tribunal de Contas a 26 de outubro de 2017.
- Fábrica das Devesas: aquisição deste espaço icónico para Vila Nova de Gaia, deliberada em Fevereiro de 2018 e visada pelo Tribunal de Contas a 4 de junho de 2018, com 13.500 metros quadrados, visando a construção de um Museu da História de Gaia e da Cerâmica, com uma componente ambiental e de sustentabilidade, complementar da atratividade turística, cultural e patrimonial (cerca de 30% da capacidade construtiva), com sala de conferências, incluindo a requalificação urbanística para espaço público e de lazer e a construção de um parque de estacionamento público para 600 lugares (ao mesmo tempo que se extingue a urbanização para aí licenciada desde 2010).

- Terreno dos Panaçais (Pedroso): aquisição de terreno para construção de habitação municipal para arrendamento a custos controlados.
- Terreno dos Salgueirais (Sandim): aquisição de terreno para construção de habitação municipal para arrendamento a custos controlados.
- Teatro Almeida e Sousa (Avintes): Querendo evitar o sentimento de perda de identidade numa freguesia ligada ao teatro e querendo continuar a oferecer aos grupos de teatro e à população em geral um local condigno para os seus espetáculos, bem como continuar a alargar a programação cultural para o interior do Concelho, o município assumiu esta aquisição e a sua integral recuperação, passando a integrá-lo na rede de auditórios municipais.
- Parque de Santa Luzia (Mafamude): aquisição à Paróquia de Mafamude para construção de um parque de lazer e ambiental, complementar ao Parque da Lavandeira.
- Centro Cívico de Serzedo (lote 27): aquisição de lote de terreno para a construção do Centro Cívico de Serzedo.
- Terreno para a construção do Pavilhão de São Félix da Marinha.
- Centro Cívico de Grijó: aquisição de lote de terreno para a construção do Centro Cívico de Grijó.

Pese embora as principais responsáveis pela formação do custo efetivo do Investimento Direto elencadas anteriormente tenham absorvido, por si só, 96,13%, revelando uma massa absoluta que somada totalizou os 23.984 milhares de euros, não se pode menosprezar o valor remanescente de 966 milhares de euros dispersos por uma série de outras intervenções, igualmente valiosas para o dinamismo do concelho, ressaltando uma verba de 340 milhares de euros adstritos a habitação, 387 milhares de euros referentes ao contrato de locação financeiros do prédio urbano sito na Rua Valente Perfeito, os encargos com o material de transporte, de 191 milhares de euros, e por fim, a rubrica de carácter residual designada por Outros com um montante de 48 milhares de euros.

O desempenho de cada uma destas componentes do Investimento Direto, deu origem ao gráfico que se segue.

Figura 11 – Investimento Direto



Considerando a segunda grande componente do Investimento Global, designada de Transferências de Capital, que possui características semelhantes à sua homóloga de caráter corrente, sendo que a diferença entre ambas reside no fim a que as verbas se destinam. Ou seja, enquanto as transferências correntes se destinam a financiar despesas correntes da entidade recebedora, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta com o Município, já as Transferências de Capital revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, com a diferença de, neste caso, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades recebedoras.

Trata-se assim, de uma outra forma de subvenção em prol do desenvolvimento local, mediante a colocação no terreno de outras entidades do Concelho, capazes de coadjuvar com as ações/atribuições municipais, identificando e chegando mais facilmente junto das necessidades sob o ponto de vista social, cultural, económico entre outros inerentes à malha da população do concelho.

Quadro 18 – Transferências de Capital

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Freguesias	5 278,50	40,89	2 783,65	62,34	2 371,20	65,00	4 846,67	48,15	2 238,76	56,49	2 147,87	52,25	2 316,32	49,88
Empresas Municipais	4 582,08	35,49	905,56	20,28	8,08	0,22	2 294,38	22,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições Sem Fins Lucrativos	3 048,91	23,62	776,04	17,38	1 268,52	34,77	2 923,71	29,05	1 724,21	43,51	1 870,26	45,50	2 277,45	49,04
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,68	2,25	50,00	1,08
Total	12 909,50	100,00	4 465,25	100,00	3 647,81	100,00	10 064,76	100,00	3 962,97	100,00	4 110,81	100,00	4 643,77	100,00

Milhares de euros

Tratando-se de uma forma indireta de investimento local, as Transferências de Capital repartem-se, substancialmente, entre as verbas destinadas às Freguesias e as verbas para as Instituições Sem Fins Lucrativos.

Em 2019, este conjunto de despesas das Transferências de Capital somaram 4.644 milhares de euros, representando um acréscimo de 533 milhares de euros relativamente a 2018, absorvendo cerca de 15,48% do investimento global do Município, sendo notória a sua perda de expressividade ao longo dos quatro anos, em prol do desenvolvimento do Investimento Direto, concomitantemente com um peso relativo no total do erário municipal de 3,33%, face ao registado em 2018 de 2,80% e, por fim, uma taxa de realização, em 2019, de 54,17% .

As principais responsáveis pelo total assinalado nas Transferências de Capital, 4.644 milhares de euros no ano em estudo, foram as Transferências para as Freguesias com 2.316 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 168 milhares de euros, face a 2018, contrariando a evolução descendente verificada desde 2017, e as Transferências para as Instituições Sem Fins Lucrativos com um volume de 2.277 milhares de euros e com um contributo adicional de 407 milhares de euros comparado com o ano anterior e uma taxa de execução de 57,98% e 51,46%, respetivamente.

❖ As transferências para as Freguesias foram realizadas sob a forma de Acordos de Execução (A.E.) e Contratos Interadministrativos (C.I.), instrumentos que estabelecem a delegação de competências municipais nas Freguesias, distribuindo-se da seguinte forma:

1. Transferências para as Freguesias a título de Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos (2.005 milhares de euros);
2. Acordo de colaboração com a Freguesia de Avintes para requalificação de capelas mortuárias (20 milhares de euros);
3. Acordo de colaboração de Apoio a atividades de verão e obras de adaptação de recintos (148 milhares de euros);
4. Acordo de colaboração com a União de Freguesias de Grijó e Sermonde para a instalação da nova sede (144 milhares de euros);

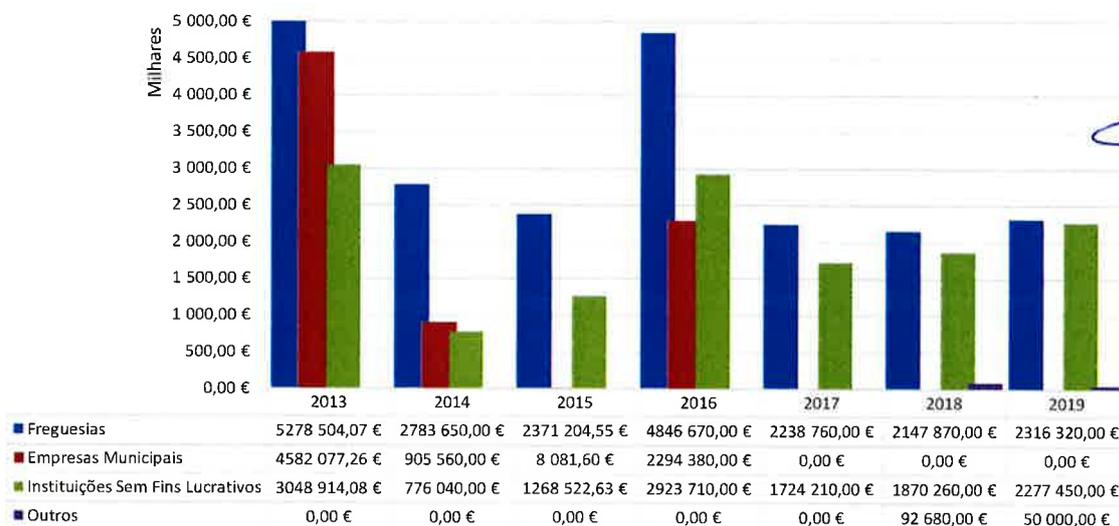
❖ Os apoios às Instituições Sem Fins Lucrativos, constituindo uma importante fatia do tecido institucional do Concelho com as quais têm vindo a ser desenvolvidos contratos programa com diversas finalidades, perfizeram 2.278 milhares de euros, caracterizados, essencialmente, da seguinte forma:

1. Apoio a Instituições de Solidariedade Social (515 milhares de euros);
2. Apoio a Bombeiros Voluntários (387 milhares de euros);

3. Apoio a coletividades desportivas/recreativas (226 milhares de euros);
 4. Apoio a coletividades e Instituições Diversas (470 milhares de euros);
 5. Transferências no âmbito de obras de requalificação de Instalações (194 milhares de euros);
 6. Gaia+Inclusiva (170 milhares de euros);
- ❖ Por último, refira-se uma verba transferida a título de capital para o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, no âmbito de um acordo de cooperação destinado a financiar projetos de ONG, de reabilitação e reconstrução nas localidades de Moçambique que foram afetadas pelas intempéries (50 milhares de euros);

Estes recursos afetos a terceiros, nas três categorias anteriormente descritas, encontram-se retratadas no seguinte gráfico exposto:

Figura 12 – Transferências de Capital



A terceira e última componente integrada na composição do Investimento Global, designada Ativos Financeiros, registou um comportamento constante entre 2016/2017, consentâneo com a participação dos Municípios no Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos mesmos, bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e co-responsabilidade financeira por parte dos Municípios.

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios, pelo que a subscrição de capital prevista para

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

esta Edilidade para o ano de 2019, foi de 407,21 milhares de euros, repartindo-se em duas prestações de 203,61 milhares de euros cada.

7. Outras Despesas

As Outras Despesas, que constituem ainda um último grupo que faz parte integrante da Estrutura Global da Despesa, congregam em si as Transferências Correntes para as Freguesias e para as Empresas Municipais, neste último caso designadas por Subsídios, e ainda as Outras Despesas de Capital, que tratando-se de um agrupamento de carácter residual, inclui, entre outras despesas, as inerentes a restituições e indemnizações de capital, estando estruturadas como se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 19 – Outras Despesas

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes e subsídios	9492,06	99,8	7950,2	96,5	4290,09	83,43	8 122,48	37,49	7 981,87	93,26	11 072,56	96,06	11 660,98	96,06
Outras Despesas de Capital	19,28	0,2	288,63	3,503	852,11	16,57	13 545,70	62,51	576,86	6,74	454,4	3,94	171,13	3,94
TOTAL	9511,34	100	8238,83	100,00	5142,2	100,00	21 668,18	100	8 558,73	100	11 526,96	100	11 832,11	100

Milhares de euros

As Outras Despesas somaram, no ano económico em análise, um valor de 11.832 milhares de euros, ocupando este grupo a quarta e última posição no cômputo total da despesa, com um peso relativo de 8,48%. Contudo, estas despesas revelaram um incremento desde 2017, constituindo o segundo valor mais alto no intervalo temporal em avaliação, embora tenha visto baixar o grau de execução orçamental de 93,59% em 2018 para os 77,03%, muito devido às despesas orçadas com Transferências Correntes e Subsídios.

Excecionalmente o ano atípico de 2016, no qual a sobreposição do montante com Outras Despesas de Capital face ao valor evidenciado pelas Transferência Correntes e Subsídios, teve como fator responsável o elevado valor daqueles gastos (13.546 milhares de euros), advindo das indemnizações relacionadas com processos judiciais antigos, reflexo de dois processos condenatórios do Município de Vila Nova de Gaia, verificou-se no decorrer do restante percurso de 2017/2019, a prevalência das Transferências Correntes e Subsídio sobre as Outras Despesas de Capital, apresentando estas últimas um diminuto valor de 171 milhares de euros.

Assim, os valores contidos na rubrica Outras Despesas de Capital, apresentaram ao longo do período em análise, ligeiros decréscimos, à exceção do ano de 2016, como já se mencionou anteriormente, consubstanciando-se em 2019 no valor mais baixo do período mensurado nos 171 milhares de euros,

relacionados com indemnizações de capital, revelando um peso relativo no total das Outras Despesas de 1,45% e um grau de realização de 79,83%.

Segmentar-se-ão, de seguida, as despesas com Transferências Correntes e Subsídios, também elas efetuadas para entidades terceiras, para financiar despesas daquela natureza, sem qualquer contrapartida para a Autarquia, cujo reforço, em 2019, foi de 588 milhares de euros face a 2018.

Quadro 20 – Transferências Correntes e Subsídios

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Valor	% DT	Valor	% DT	Valor	% DT								
Freguesias	611,95	0,45	447,08	0,34	584,38	0,47	1 096,85	0,72	1 847,28	1,42	2 592,45	1,76	2 450,91	1,76
Empresas Municipais	7 884,66	5,74	6 349,17	4,85	2 355,82	1,91	4 450,84	2,94	3 522,00	2,71	4 331,74	2,95	3 546,00	2,54
Inst Sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	1 349,89	1,10	2 532,43	1,67	2 438,68	1,87	3 494,05	2,38	5 061,64	3,63
Outras Transferências	995,45	0,72	1 153,95	0,88	0,00	0,00	42,36	0,03	173,91	0,13	654,32	0,45	602,43	0,43
Total	9 492,06	6,91	7 950,20	6,08	4 290,09	3,49	8 122,48	5,37	7 981,87	6,13	11 072,56	7,53	11 660,98	8,36

Milhares de euros

Assim, por observação do quadro discriminativo da composição das Transferências Correntes e Subsídios, é fácil verificar que o valor de 11.661 milhares de euros, em 2019, se deveu particularmente ao aumento ocorrido nas transferências correntes para as Instituições Sem Fins Lucrativos, na ordem dos 1.568 milhares de euros, por contraposição na quebra das restantes subcomponentes, materializado num aumento pecuniário total de 588 milhares de euros, absorvendo 98,55% do total das Outras Despesas e com um grau de execução no ano desta gerência de 76,99%.

Os apoios às Instituições Sem Fins Lucrativos, que perfizeram 5.062 milhares de euros, foram os que maior contributo deram no impulso das despesas em análise de 2018/2019, com uma variação positiva de 44,86%, mensurado numa mais-valia de 1.568 milhares de euros, sendo as mais expressivas no cômputo total das Transferências Correntes e Subsídios e com uma taxa de execução de 84,15%.

Congregando uma panóplia de verbas atribuídas para os mais variados fins, destacam-se principalmente:

- a) Projeto educativo Gai@prende+ - Face às novas exigências sociais e à necessidade constante de conciliação da vida laboral das famílias com a vida escolar, este programa assume uma ocupação educativa integral para além do tempo letivo, sendo transversal a todas as famílias efetivando-se mediante acordos e protocolos com vários agentes socioeducativos do Concelho, perpez em 2019 o valor de 1.488 milhares de euros, francamente superior ao registado em 2018 com um volume de 850 milhares de euros, devido ao aumento significativo do número de alunos inscritos;

- b) Apoio a coletividades desportivas e recreativas, que somaram neste exercício um volume de 604 milhares de euros;
- c) Projeto educativo municipal Gai@prende+(i) – Com um papel cada vez mais preponderante e procurando integrar pela diferença, evidenciando um desempenho complementar definindo planos de atividades adequados a cada criança, trabalhando em rede com várias entidades da deficiência e agrupamentos de escolas do concelho, absorveu um valor de 582 milhares de euros, demonstrando um empenho forte nesta valência por parte do Município, quando comparando com os encargos em transferências correntes realizados no ano anterior de 386,05 milhares de euros;
- d) Apoio a Coletividades e Instituições, no âmbito de um complexo conjunto de atividades nas mais variantes vertentes, perfizeram no ano desta gerência um total de 498 milhares de euros;
- e) Apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, que ascenderam em 2019 a 330 milhares de euros;
- f) O apoio a Instituições de Solidariedade Social tem tido um papel preponderante no suporte às famílias, pelo que o Município tem levado a cabo um apoio incondicional a estas organizações de proximidade, realizando com estas protocolos e parcerias que mensuraram uma verba de 199 milhares de euros;
- g) No âmbito da Ação Social, a dinamização do projeto Gaia+Inclusiva tem vindo a ser cada vez mais aprofundado, numa perspetiva de continuar a dar respostas cabais às necessidades das famílias enquanto unidades nucleares da sociedade (48 milhares de euros);

Atualmente o Setor Empresarial Local (SEL) é composto pelas entidades Gaiurb, EM e Águas de Gaia, EM, S.A., estabelecendo o Município com as Empresas Municipais contratos-programa:

- ❖ Contrato programa com as Águas de Gaia, E.M, S.A, através do apoio Financeiro à prossecução das atribuições estatutárias das Águas de Gaia, nomeadamente, a gestão e exploração da rede de águas pluviais (300 milhares de euros);
- ❖ Contrato programa com a Gaiurb, EM, cujo objeto é o estabelecimento de condições de cooperação entre os outorgantes para o cabal cumprimento dos objetivos, atividades e funções decorrentes da delegação de serviço público concretizada no seu objeto estatutário (3.000 milhares de euros);
- ❖ Acordo de colaboração com a Gaiurb, E.M no âmbito do Programa de Dinamização da Economia Local/2019 (246 milhares de euros).

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a possibilidade de se celebrar em todos os domínios dos interesses próprios das populações das Freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, contratos Interadministrativos e acordos de execução entre os órgãos das Freguesias e do Município, vislumbrando-se o desempenho neste âmbito pelo volume de encargos a satisfazer ao longo do período de 2016/2019, os quais têm vindo a assumir uma maior expressividade, consubstanciando-se no ano em estudo em 2.451 milhares de euros, representando mais do dobro do valor registado em 2016, refletindo-se de igual forma nas taxas de realização elevadas, concretizando em 2019, um percentual de 92,23%.

Particularizando o valor afeto em 2019 a Transferências para as Freguesias, resume-se da seguinte forma:

- ❖ Transferências correntes para as Freguesias (2.203 milhares de euros);
- ❖ Transferências correntes no âmbito de atividades de Ação Social, para apoio na carência económica e emergência social (213 milhares de euros);
- ❖ Projeto Quinta da Avozinha - protocolo de colaboração com a União de Freguesias Sandim, Olival, Lever e Crestuma (12 milhares de euros);
- ❖ Protocolo de colaboração com a Freguesia de Pedroso no âmbito da Confraria Senhora da Saúde (36 milhares de euros).

Por fim, mas não menos importante, destacam-se as despesas inerentes ao grupo Outras Transferências, as quais agregam um conjunto disperso de rubricas residuais, perfazendo um total de 602 milhares de euros, no ano a que se reporta esta gerência, aproximando-se do valor referenciado em 2018 de 654 milhares de euros, destacando-se importantes ações desenvolvidas por esta Edilidade na senda da prossecução dos seus objetivos, nomeadamente:

- ❖ Transferências correntes para Agrupamentos de Escolas do Concelho no âmbito de vários projetos/atividades adstritas ao programa escolar letivo (19,5 milhares de euros);
- ❖ Transferência para a Área Metropolitana do Porto no âmbito da comparticipação do Município no Programa de apoio à redução tarifária – Passe único (22 milhares de euros);
- ❖ Municipalização do serviço explorado pelos STCP, em sede do contrato de serviço público (336 milhares de euros);
- ❖ A ação que tem vindo a ser desenvolvida no Programa Gaia+Inclusiva, no eixo de apoio à habitação e ao arrendamento a particulares registou no ano de 2019, um montante de 225 milhares de euros,

face ao realizado no ano anterior de 76 milhares de euros, destacando o particular empenho que se tem vindo a desenvolver nesta área de Ação Social.

Tendo como referência o ano 2018, no ranking dos 35 Municípios com maior volume de transferências correntes e de capital, acrescido dos encargos com subsídios, o Município de Vila Nova de Gaia aparece na décima posição, com um volume de despesa total de 15.183 milhares de euros e uma variação positiva, face a 2017 de 27,11%.

Em 2019, a totalidade das despesas desta natureza somaram 16.305 milhares de euros com um novo aumento de despesa paga de 7,39% comparativamente a 2018.

8. Análise Global da Receita e da Despesa

O crescimento da economia portuguesa nas últimas duas décadas tem evidenciado certas dificuldades, quando comparado com o desempenho nas décadas anteriores. Vários estudos têm vindo a definir o paradigma do crescimento Português, sendo quatro fatores determinantes do crescimento económico que são de primordial importância: qualidade das instituições e governança, progresso tecnológico, investimento, educação e formação.

Assim, é crucial identificar os principais desafios para Portugal nestas áreas, partindo de um diagnóstico da situação atual e de *benchmarking* face aos nossos parceiros Europeus, devendo apostar-se nas áreas em que há margem para melhorar o desempenho do País e em que são expectáveis retornos significativos em termos de crescimento económico futuro.

É neste enquadramento que o desempenho das autoridades locais tem vindo a assumir um papel preponderante.

A qualidade das instituições e o modo de atuação municipal são fatores relevantes para o desempenho da economia e sociedade. O conjunto de regras, formais (leis, regulamentos, entre outros), ou informais (usos e costumes), e os valores adotadas por uma gestão local, vão estruturar os incentivos dos seus agentes económicos e a forma como estes interagem entre si e com o Estado, influenciando a organização da produção e os investimentos em capital físico e humano e em tecnologia. Paralelamente, a forma como as estas instituições evoluem ao longo do tempo condicionará a evolução das sociedades.

Pelo exposto e neste contexto, estruturou-se toda a análise neste ponto do trabalho, recorrendo à comparação entre a receita cobrada e a despesa paga, procurando apurar-se, essencialmente, o cálculo dos saldos de gerência, a formação de poupança corrente e a identificação de fontes de financiamento do investimento, com a elaboração de quadros e gráficos para apoio ao estudo inerente a cada capítulo.

Proceder-se-á a uma breve análise da estrutura da Receita e da Despesa, nas suas duas principais vertentes – corrente e capital - evidenciando primordialmente o paralelismo entre os maiores grupos participantes nas respetivas constituições.

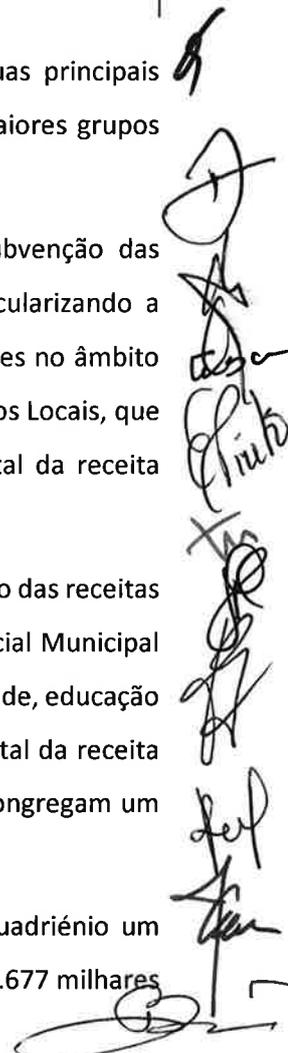
Numa retrospectiva dos últimos quatro anos, podemos constatar que os meios de subvenção das Autarquias Locais para o cumprimento das atribuições que lhes são acometidas, particularizando a situação da edilidade de Vila Nova de Gaia, provêm, genericamente, de dois grandes pilares no âmbito das receitas correntes, concretizando-se o primeiro na arrecadação de receitas dos Impostos Locais, que em 2019 patentearam um crescimento contínuo, evidenciando um peso relativo no total da receita corrente de 64,47%, mensurado em termos absolutos em 88.155 milhares de euros.

E um segundo pilar, demarcado pelas Transferências Correntes, cujo maior contributo adveio das receitas provenientes do Orçamento do Estado via Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (receita consignada ao financiamento de atribuições associadas a funções sociais como a saúde, educação e ação social) e Participação Variável no I.R.S., com um contributo global de 25,09% na total da receita corrente materializado em 34.307 milhares de euros. Saliente-se que ambas as receitas congregam um percentual de 89,56% do total dos recursos correntes.

De notar que, no cômputo geral da receita corrente, esta evidenciou ao longo deste quadriénio um crescente aumento com um avolumar constante de receitas traduzido, em 2019, em mais 9.677 milhares de euros, relativamente a 2018.

Noutro cenário, encontram-se as receitas de capital, com particular ênfase para a inversão de posições em 2019, entre o primeiro e o segundo lugar das subvenção das receitas provenientes dos Passivos Financeiros e das Transferências de Capital registadas em 2018, e que se mantiveram ao longo dos três últimos exercícios em estudo numa situação de destaque - exceção feita para o ano de 2016, cujo segundo maior contributo para as receitas de capital foram, naquele ano, as receitas originárias da Venda de Bens de Investimento que se consubstanciaram em 3.812 milhares de euros.

Ressalte-se que, particularmente no último exercício (2019), a receita de capital diminuiu comparativamente a 2018, com uma quebra drástica em termos de volume de receitas provenientes dos empréstimos obtidos - menos 14.694 milhares de euros, constituindo estas o segundo maior contributo na receita de capital e registando o seu mais baixo valor entre 2016/2019, mensurado em 3.000 milhares de euros.



Agora, na primeira posição surgem as Transferências de Capital com o maior contributo de todo o período, uma participação de 6.297 milhares de euros. Depreende-se daqui, que a contração nas receitas de capital, em 2019, de 11.708 milhares de euros, se ficou a dever à redução dos Passivos Financeiros.

Relativamente às despesas correntes, durante o período em análise, verifica-se que tiveram como principal ónus no erário municipal, os valores despendidos com as Despesas de Pessoal (outrora relegada para segundo lugar), vindo, desde 2018 a ocupar uma posição de destaque face às demais componentes correntes, apresentando em 2019 com um total de 42.598 milhares de euros, mantendo um crescimento contínuo ao longo de todo o quadriénio, imprimindo um aumento face ao ano anterior de mais 3.166 milhares de euros, seguido pelas despesas com Aquisição de Bens e Serviços, as quais inverteram a sua evolução decrescente até 2018, expandindo-se ligeiramente, 1.759 milhares de euros, absorvendo estas duas rubricas do cômputo total da despesa corrente cerca de 46,36% e 36,32%, respetivamente.

Não menosprezando a evolução positiva ocorrida no total das despesas correntes face a 2018, em cerca de 4.006 milhares de euros, convém sublinhar que os gastos tidos com os Juros e Outros Encargos têm vindo a decrescer consideravelmente desde 2017, a par neste ano da quebra igualmente registada nos Subsídios e nas Outras Despesas Correntes 1.017 milhares de euros e 1.020 milhares de euros, respetivamente.

No que concerne às despesas de capital, caracterizadas fundamentalmente pelas despesas inerentes ao Investimento Direto, Transferências de Capital e Amortizações de Empréstimos, constata-se por análise do quadriénio em estudo que, prevalecendo até 2018 a soberania dos Passivos Financeiros (amortizações de empréstimos) sobre as demais componentes das despesas de capital, o Investimento Direto tem vindo a ganhar importância relativa desde 2015, manifestando-se no presente ano como as despesas com maior expressividade.

Em 2018, o Investimento Direto teve um impulso de 5.834 milhares de euros e em 2019, um novo crescimento face ao ano transato de mais 5.011 milhares de euros, estabelecendo-se na fasquia dos 24.949 milhares de euros, retomando a primeira posição, o que não acontecia desde 2009.

Ocupando agora a segunda posição e perdendo o protagonismo evidenciado até 2018, surgem os Passivos Financeiros, com um volume de despesa que somou 17.480 milhares de euros, preconizando o valor mais baixo desde 2010 e uma contração face ao ano anterior de 16.492 milhares de euros, fruto da liquidação, em 2018, do empréstimo PAEL junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças pelo montante de 14.694 milhares de euros, devido à possibilidade que o Orçamento de Estado deu aos Municípios de

recorrerem à realização de operações de substituição de dívida para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, como já se referiu.

Por fim, emergem as despesas com as Transferências de Capital, que se revelaram como o terceiro maior contributo entre as demais componentes da despesa de capital, registando um volume de 4.644 milhares de euros em 2019, com um acréscimo de 533 milhares de euros face a 2018 e 681 milhares de euros relativamente a 2017.

Resta referir ainda que a componente das Transferências de Capital, desde 2015, ficou marcada pela ausência das transferências, desta natureza, para as Empresas Municipais, proveniente da entrada em vigor da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, em que foram proibidos os subsídios ao investimento das Empresas Municipais.

As exceções foram o ano de 2016, cujo montante exibido foi adstrito ao pagamento de uma regularização de créditos, respeitante ao processo PROHABITA, e de 2015, cujo valor total de transferências de capital para as Empresas Municipais (8,08 milhares de euros) respeitou, unicamente, a uma transferência para Gaiurb, EM, ao abrigo de um contrato-programa de 2012 e de uma participação, no âmbito do programa Recria, pelo que se justifica assim, o diminuto volume despendido nestes gastos de capital.

Feito este enquadramento, é pertinente avaliar em moldes mais pragmáticos todas as inter-relações das variáveis destas duas grandezas orçamentais, mediante a construção dos seguintes quadros:

- ❖ Fluxos Monetários;
- ❖ Poupança Corrente;
- ❖ Fonte de Financiamento do Investimento.

Quadro 21 – Fluxos Monetários

Descrição	2013			2014			2015		
	Receita Cobrada	Despesa Efectuada	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Efectuada	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Efectuada	Diferença
Saldo Inicia	-853,81	0,00	-853,81	1 466,01	0,00	1 466,01	1 040,73	0,00	1 040,73
Corrente	102 781,56	76 551,10	26 230,46	107 675,42	82 842,12	24 833,30	110 766,99	81 493,04	29 273,94
Capital	36 925,94	60 836,57	-23 910,63	22 760,91	48 019,47	-25 258,56	13 185,85	41 598,03	-28 412,18
Total	138 853,69	137 387,67	1.466,02	131 902,34	130 861,59	1 040,75	124 993,57	123 091,07	1 902,50

Milhares de euros

Descrição	2016			2017			2018			2019		
	Receita Cobrada	Despesa Efectuada	Diferença									
Saldo Inicia	1 902,50	0,00	1 902,50	14 045,58	0,00	14 045,58	17 371,65	0,00	17 371,65	20 115,39	0,00	20 115,39
Corrente	114 034,84	92 275,29	21 759,55	124 922,28	88 368,43	36 553,85	127 059,91	87 884,85	39 175,06	136 736,62	91 890,66	44 845,96
Capital	49 480,22	59 096,69	-9 616,47	8 530,98	41 758,76	-33 227,78	22 653,93	59 085,25	-36 431,32	10 946,02	47 651,46	-36 705,44
Total	165 417,56	151 371,98	14 045,58	147 498,84	130 127,19	17 371,65	167 085,49	146 970,10	20 115,39	167 798,03	139 542,12	28 255,91

Milhares de euros

O quadro dos Fluxos Monetários ilustra bem a dicotomia gerada entre as duas principais vertentes (corrente e capital), com a formação em 2019, de um Saldo Total que transitará para 2020, consubstanciado num montante de 28.256 milhares de euros, sendo o valor mais elevado do período em análise, e que constitui um forte recurso para investimentos futuros, evidenciando um valor de mais do dobro comparativamente com o Saldo Transitado em 2016, estando todo este quadriénio em estudo, marcado pela formação de saldos francamente crescentes e com um volume considerável.

Este resultado, decorreu da receita total cobrada ter sido 167.798 milhares de euros e a sua congénere da despesa efetuada, 139.542 milhares de euros, mensurada num percentual de 83,16% ficando o remanescente 16,84%, para fazer face a investimentos futuros.

Muito embora o Saldo Final da gerência de 2019 seja o mais elevado dos últimos anos, o mesmo deveu-se essencialmente ao acentuar do fosso entre as receitas correntes com um forte impulso na ordem dos 9.677 milhares de euros face a 2018, permitindo sobrepor-se ao aumento registado de 4.006 milhares de euros da sua congénere da despesa, possibilitando assim criar um Saldo Final Corrente (prevalecendo o princípio do equilíbrio orçamental corrente), traduzido num *superavit* que, em 2019, foi de 44.846 milhares de euros.

Se se acrescentar ainda a este facto o Saldo Final transitado de 2018 de 20.115 milhares de euros, verifica-se que o Município poderá usufruir de uma situação muito mais confortável, materializada num encaixe total de 64.961 milhares de euros, sendo mais do que suficiente para fazer frente ao Saldo Final de Capital negativo de 36.705 milhares de euros, retratado pela quebra nas receitas de capital (na ordem dos 11.708 milhares de euros), embora compensada pela retração, igualmente registada na sua homóloga da despesa, possibilitando ao Município um Saldo Final sobejamente positivo que transitará para 2020, mensurado em 28.256 milhares de euros.

A formação do Saldo Corrente tem sido francamente positiva no período em estudo e bem patente em 2019, com um grau de cobertura das despesas correntes pela sua congénere da receita que se cifrou em 148,80% e a par de uma variação positiva de mais 5.671 milhares de euros entre 2018/2019, comparativamente com o aumento do volume de 2.621 milhares de euros exarado entre 2017/2018.

No que concerne à formação do Saldo de Capital, embora manifestando ao longo de todo o período valores mais ou menos negativos, resultantes da supremacia das despesas de capital sobre a sua congénere da receita, a sua evolução foi particularmente agravada no início do período, particularmente entre 2016/2017, com a formação de um diferencial negativo de 23.611 milhares de euros, devido às condições peculiares ocorridas em 2016, com reflexo no comportamento patenteado na vertente da

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large '9' at the top and several illegible signatures and scribbles.

receita (ano em que ocorreu a contração do empréstimo para saneamento financeiro) e na vertente da despesa com o registo de um conjunto de processos judiciais com impacto no orçamento da autarquia.

Em 2017/2018, o fosso entre aquelas duas componentes foi fortemente minorado, passando o Saldo de Capital a registar ainda uma variação negativa, mas francamente menor, de 3.204 milhares de euros, resultante do aumento de ambas as componentes da receita e despesa de capital, com maior ênfase desta última sobre a primeira, dado ter sido um ano caracterizado por um comportamento decorrente da prerrogativa constante no OE, na realização de operações de substituição de dívida, consubstanciada na contração de um empréstimo de MLP para exclusiva liquidação antecipada de outro já constante do endividamento municipal, desde que daqui resultasse uma diminuição nos encargos totais com o novo empréstimo a contratar, o que aconteceu.

Por fim, ressalte-se que, em 2019, o Saldo de Capital já evidenciou um agravamento muito ligeiro, na ordem dos 274 milhares de euros, advindo da quebra em ambas as componentes da receita e da despesa quase na mesma proporção em termos de valores absolutos.

Figura 13 – Evolução saldos orçamentais



9. Poupança Corrente

De acordo com o glossário de termos das Finanças Públicas, uma regra orçamental é comumente definida como uma "restrição permanente sobre a política orçamental, expressa através de um indicador resumo do desempenho orçamental". Objetiva-se, assim, ancorar as expectativas dos agentes económicos, relativamente à postura da política orçamental, à estabilização económica e à sustentabilidade das finanças públicas.

Sob a égide “Equilíbrio Orçamental”, prevê o artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo de destacar o Equilíbrio Corrente, segundo o qual a receita corrente bruta cobrada deverá ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, sendo o cálculo destas últimas o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo, de acordo com a última redação introduzida pela Lei nº 51/2018 de 16 de agosto, com reflexo para o ano económico de 2019.

Assim, fica patente a importância de se gerar um saldo corrente consistente, por forma a que deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, este seja positivo, possibilitando estabilidade e maior sustentabilidade orçamental do Município.

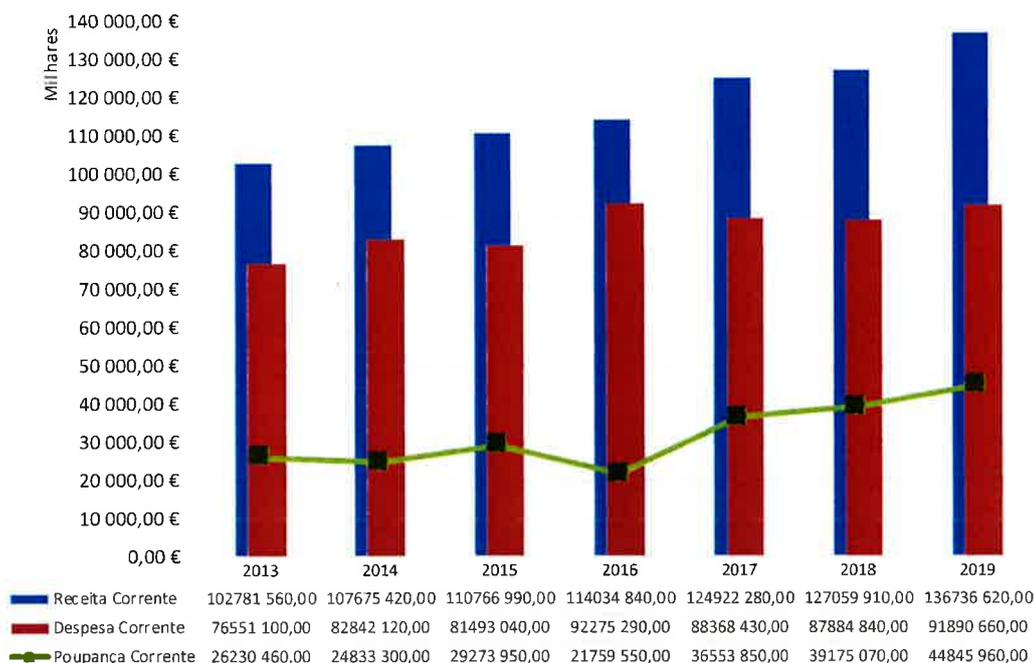
Por conseguinte, segundo a regra suprarreferida, acresce a obrigatoriedade adicional de as receitas correntes cobrirem as amortizações médias de empréstimos de MLP, além das despesas da mesma natureza, pelo que o valor resultante deste cálculo determinou para 2019, um montante de 28.949 milhares de euros, traduzindo uma melhoria deste indicador em mais 5.662 milhares de euros face a 2018, o qual somou 23.287 milhares de euros.

Destaque-se, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental deverá ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, o controlo e a demonstração, do cumprimento da referida regra não decorre, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados na Lei, ao nível da contabilidade orçamental. Deste modo, será aconselhável que a referida demonstração, pelas entidades do setor local, seja efetuada no momento da elaboração do orçamento, mediante relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes - previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI.

Na figura a seguir introduzida, pretendeu-se conjugar simultaneamente, o quadro demonstrativo da evolução da Poupança Corrente e a sua direta correspondência em termos gráficos.

Figura 14 – Poupança Corrente



Pela extrapolação dos dados anteriores, consegue-se aferir o comportamento evidenciado na formação da Poupança Corrente no período 2016/2019, consagrando-se mais uma vez a hegemonia das receitas correntes sobre a sua congénere da despesa, inculida por uma variação positiva e contínua da primeira e um decréscimo simultâneo da segunda, de forma paulatina entre 2016/2018, exceção feita na transição de 2018/2019.

Desta forma, observa-se que ao longo do intervalo temporal em análise, a poupança corrente apresentou sempre um progresso contínuo vertido em 2018/2019, numa taxa de crescimento de 14,48% e com um valor acrescido de 5.671 milhares de euros, que mais do que duplicou comparativamente ao exarado de 2.621 milhares de euros, em 2017/2018.

A possibilidade que o Município obteve do usufruto extra deste rendimento, mensurado em 44.846 milhares de euros, constitui uma prerrogativa de relevante importância possibilitando interpor uma panóplia de panoramas:

1. O binómio Poupança Corrente/Despesa de Capital revelou-se o mais elevado do intervalo 2016/2019, com um percentual de 94,11% contra 66,30% em 2018, constituindo, em si, uma importante fonte de financiamento do investimento. Note-se que este rácio tem vindo a ser influenciado basicamente pelas oscilações inculidas nas despesas de capital, uma vez que, como já se mencionou, a poupança corrente

[Handwritten signatures and notes in blue and black ink on the right margin of the page.]

tem vindo nestes quatro exercícios a demonstrar um comportamento próspero, remetendo-se a essência do resultado obtido para a contração da despesa de capital, via amortização de capital;

2. Um outro aspeto a considerar nesta avaliação, consiste na obtenção de uma taxa de financiamento da despesa total pela poupança corrente, exarada pelo binómio Poupança Corrente/Despesa Total, que se revelou como a mais elevada de todo o período, cifrando-se em 2019 em 32,14%, isto é, quase um terço dos gastos totais municipais são cobertos pela poupança gerada, face aos 26,66% registado em 2018.

Apesar de se ter manifestado o maior volume de poupança corrente arrecadada, em 2019, o seu peso relativo no total da despesa sofreu um acréscimo de 5,48 p.p., relativamente a 2018, reforçado também, pelo decréscimo da despesa total em 7.428 milhares de euros, particularmente na rubrica de Amortização de Capital (menos 16.492 milhares de euros);

3. Num outro cenário e contemplando o Investimento Global um lugar de grande envergadura no âmbito do campo de ação e intervenção municipal, aglutinando um conjunto de despesas de capital primordiais ao desenvolvimento local, o mesmo tem vindo desde 2017 a prosperar, consubstanciando-se em 2019 num volume de 30.000 milhares de euros, significando quase o dobro do investimento efetivado em 2017 (18.881 milhares de euros).

Com isto, pretende-se ilustrar que o Município de Gaia conseguiu, em 2019, obter uma poupança corrente capaz de cobrir 149,48% das despesas com o investimento global, demonstrado pelo rácio Poupança Corrente/Investimento Global, sobejando ainda uma parcela de 14.845 milhares de euros para financiamento de outros projetos ou para saldar, 84,93 % dos encargos com amortizações de capital que perfizeram um montante de 17.480 milhares de euros no presente exercício, revelando-se o mais baixo valor em todo o intervalo 2016/2019, pelas razões já enumeradas na respetiva abordagem e que se prenderam essencialmente com a liquidação total do empréstimo do PAEL junto da DGTF, no ano passado.

10. Fontes de Financiamento do Investimento

Está acometida à função financeira de uma entidade abranger as tarefas relacionadas com a gestão dos recursos financeiros, nomeadamente a obtenção eficiente de fundos e a sua utilização mais conveniente. Assim, a política de financiamento deve assegurar à entidade uma correta e eficiente combinação de fundos necessária à gestão do investimento.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the word "Crito" and other illegible scribbles.

O rácio de autonomia financeira permite avaliar o grau de compromisso do Município com as suas atribuições, no sentido de que resulta na percentagem das receitas totais geradas pela respetiva atividade que são financiadas com capitais próprios, sendo normalmente utilizado por entidades externas como um indicador de confiança.

Ao procurar fontes de financiamento viáveis para o investimento, os Municípios deverão ponderar todas possibilidades disponíveis (fundos comunitários, empréstimos, *leasing*, etc.), ponderar os respetivos custos efetivos (a taxa de juro nominal e todas as comissões e encargos adicionais), bem como a flexibilidade de gestão que manterão e escolher a forma e as condições mais favoráveis de obter os fundos que satisfaçam os seus objetivos no momento.

Com um papel crescente das ações de dinamização do empreendedorismo local, da atração de novos investimentos, da realização de projetos estratégicos e estruturantes para a inovação e desenvolvimento económico do Município, da realização de novas candidaturas cuja concretização é suscetível de causar um impacto relevante na estrutura territorial e económica do Município, as fontes de financiamento passam muitas vezes pelo autofinanciamento ou o financiamento com recurso a terceiros.

Pretende-se particularizar o estudo de cada uma das fontes de financiamento que estão, mais ou menos presentes, elaborando-se o quadro a seguir, no qual se acrescentou uma coluna intitulada de “Total por rubrica”, ilustrando qual o contributo final de cada uma das componentes das fontes de financiamento do investimento no total do quadriénio, para além da informação anual do seu contributo individual.

Quadro 22 – Fontes de Financiamento do Investimento

Descrição	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total por rubrica 2015/2018	Total por rubrica 2016/2019
	valor	%	valor	valor												
Venda de Bens de Investimen	231,39	0,68	34,89	0,17	220,37	1,55	3 812,19	7,80	204,78	0,61	322,50	0,79	467,99	0,83	4 335,84	4 107,45
Fundos Municipais de Capital	2 236,73	6,33	1 080,50	5,17	942,82	6,68	924,82	1,88	1 086,65	3,25	1 009,47	2,47	1 904,01	3,46	3 009,76	3 922,45
Out Transf Capital + Act Financeiros + Out Rec Capital	9 792,93	27,78	7 077,64	33,86	4 067,90	28,83	3 182,62	6,51	1 555,18	4,65	3 555,73	8,70	5 438,46	9,89	12 451,35	18 735,10
Empréstimos	24 647,96	69,81	14 420,16	68,99	7 946,71	58,89	41 406,88	84,71	5 618,66	16,81	17 693,72	43,31	3 000,00	5,45	72 445,97	67 713,16
Poupança Corrente - Amort Capital - Out Desp Corr	-745,58	-2,11	-3 177,35	-15,20	3 153,45	0,00	-2 349,76	-4,81	10 923,26	32,67	896,02	2,19	24 078,18	43,78	12 472,97	33 340,70
Saldo Anterior	-853,81	-2,42	1 466,02	7,01	1 040,73	7,32	1 902,50	3,89	14 045,58	42,01	17 371,65	42,53	20 115,39	36,57	31 857,46	38 435,20
Total	33 308,92	100,00	20 301,16	100,00	17 571,97	100,00	48 529,25	100,00	33 434,11	100,00	40 349,09	100,00	55 004,03	100,00	110 534,23	178 266,43

Milhares de euros

Subjacente à estrutura das Fontes de Financiamento do Investimento, está a receita de capital que no período de 2016/2019 foi marcada por uma evolução oscilante, conforme já foi analisado em capítulo próprio, nomeadamente de 2016/2017 com uma quebra generalizada das suas componentes, cifrando-se no ano de 2017 no valor de 8.531 milhares de euros.

Entre 2017/2018, verificou-se o oposto com um aumento generalizado das suas constituíntes, perfazendo um montante de 22.654 milhares de euros, enquanto que a transição de 2018/2019, é marcada pela quebra dos Passivos Financeiros a par das Outras Receitas de Capital, que se sobrepuseram ao acréscimo da Venda de Bens de Investimento e das Transferências de Capital, obtendo-se, assim, um resultado de 10.946 milhares de euros que, concomitantemente com outras opções de financiamento, constantes do quadro supra, possibilitaram que o somatório final das Fontes de Financiamento do Investimento, se configurasse no ano em estudo em 55.004 milhares de euros.

Com um avultado crescimento na ordem dos 14.155 milhares de euros face a 2018, o total arrecadado no cômputo global das subvenções ao investimento, quase que duplicou quando comparado com a variação positiva ocorrida na ordem dos 7.415 milhares de euros entre 2017/2018, relevando o mais alto encaixe de todo o período.

Por observação dos valores na coluna "Total por rubrica" para os quatro exercícios em avaliação, e atendendo à natureza da receita com maior valor contributivo como fonte de financiamento do investimento, constata-se que, apesar de serem os recursos creditícios a apresentar maior superioridade em termos absolutos sobre os demais, perfazendo um somatório de 67.720 milhares de euros, em 2019, estes perderam expressividade, passando a emergir outras formas de subvenção ao investimento.

Com efeito, quer o Saldo Transitado, quer a Poupança Corrente subtraída das Amortizações e Outras Despesas Correntes conquistaram terreno, manifestando um total de 53.435 milhares de euros e 33.548 milhares de euros, respetivamente, sendo notório o crescimento revelado face a 2018, de 20.925 milhares de euros, no primeiro caso e 19.075 milhares de euros, no segundo.

Para uma melhor apreensão da evolução de cada contributo no conjunto das Fontes de Financiamento do Investimento no intervalo de 2016/2019, analisar-se-á, individualmente, o historial de cada um dos seus inputs, passando a analisar-se, cada um *per se*, de acordo com a respetiva ordem de disposição:

1. Venda de Bens de Investimento – Vem, desde 2017, a ocupar a última posição como contributo nas Fontes de Financiamento do Investimento, embora com um crescimento ténue e contínuo exarando no presente ano um valor de 468 milhares de euros, ou seja, um encaixe de mais 145 milhares de euros face a 2018, fundamentado principalmente na alienação de terrenos que somou 302 milhares de euros, articulado com a venda de bens que arrecadou 122 milhares de euros;
2. Fundos Municipais de Capital – A Lei nº 51/2018 de 16 de agosto que veio alterar a Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, introduziu um novo cálculo dos fundos a transferir para as Autarquias Locais, provenientes do Orçamento do Estado com a inclusão de mais uma verba a distribuir pelos

Municípios, nos termos dos artigos 35.º, a qual assume natureza de transferência de capital, estando estas verbas evidenciadas na coluna 8 do Mapa XIX do Orçamento do Estado.

Assim, relativamente ao quantitativo deste recurso, o mesmo demonstrou uma conduta pouco flexível no quadriénio, com valores semelhantes, perfazendo em 2019, um montante de 1.904 milhares de euros, discriminado pela verba adstrita ao FEF de capital de 1.120 milhares de euros e 784 milhares de euros subjacente à nova verba anteriormente referida. Quando avaliado o somatório obtido nos quatro anos em estudo (4.925 milhares de euros), verifica-se um ligeiro acréscimo de 961 milhares de euros comparativamente com o total do ano transato, passando este contributo a exercer a quinta posição no cômputo do total por rubrica em 2019;

3. Outras Transferências de Capital, Ativos Financeiros e Outras Receitas de Capital – Representando este grupo de tributos, uma posição mais ou menos consistente ao longo do quadriénio, estabilizando-se na terceira posição, outrora ocupando o quarto lugar, nomeadamente na transição entre 2016/2017 em que demonstrou uma perda de importância como recurso participativo no investimento, recuperou a partir de 2018, concretizando uma verba de 5.438 milhares de euros, revelando um acréscimo de 2.001 milhares de euros e 1.883 milhares de euros, respetivamente, em 2018 e 2019.

Apesar da ausência dos Ativos Financeiros nos anos de 2018 e 2019, foram precisamente nestes exercícios económicos que se registaram os montantes mais elevados, advindos essencialmente das Outras Transferências de Capital, por um lado, via participação comunitária em projetos cofinanciados, que albergou em 2019, 4.097 milhares de euros (mais 2.013 milhares de euros face a 2018), dos quais 3.582 milhares de euros foram provenientes do FEDER e 515 milhares de euros oriundos do POSEUR e, por outro lado, via transferências da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares referente a candidaturas ao projeto Norte 2020 que somaram 274 milhares de euros, revelando um acréscimo de 254 milhares de euros relativo a 2018.

Olhando para o período 2016/2019, o total por rubrica deste recurso foi de 13.732 milhares de euros, isto é, mais 1.371 milhares de euros comparativamente com 2018, alicerçando assim, a quarta posição;

4. Empréstimos – Vários são os fatores que condicionam a opção quanto ao tipo de financiamento utilizado para fomento do investimento, passando pela avaliação do maior ou menor grau de comprometimento da autonomia financeira, pelas facilidades de acesso a essas fontes e custos inerentes.

Constituindo uma das principais fontes de recurso ao financiamento do investimento, nos anos de 2016 e 2018, perdeu fortemente a sua expressividade exibindo um peso relativo de 5,45% face aos 43,31% de 2018, emergindo no ano em estudo, na quarta posição evidenciando o mais baixo volume de todo o quadriénio consubstanciado em 3.000 milhares de euros referentes a contração de Empréstimo de Curto Prazo.

Muito embora diferente quanto à sua génese, em anos passados, os Empréstimos de Curto Prazo pesavam mais na estrutura como fonte de financiamento do investimento, a registarem valores de 6.000 milhares de euros em 2016, 5.500 milhares de euros em 2017, vindo sempre a decrescer até perfazerem 3.000 milhares de euros, tanto em 2018, como em 2019.

Por fim, face a este desenlace, e se atendermos ao contributo total deste recurso creditício, observa-se que este decresceu 4.947 milhares de euros no período 2016/2019, apresentando em termos absolutos 67.719 milhares de euros, continuando a posicionar-se neste contexto na primeira linha como fonte de financiamento do investimento;

5. Poupança corrente deduzida das amortizações de capital e outras despesas correntes – Saltando da Sexta posição ocupada em 2016 para a liderança no cômputo geral das fontes de financiamento do investimento e com um peso relativo em 2019 de 43,78%, contra os 2,19% registado em 2018, surge pela primeira vez, com um montante de 24.078 milhares de euros, sendo o mais elevado deste intervalo temporal, contrastando vigorosamente com o valor negativo do ano 2016 e demonstrando um poderoso encaixe deste recurso de mais 23.182 milhares de euros face a 2018.

Esta componente, derivada da interação de um conjunto de variáveis, já evidenciou comportamentos com um certo grau de volatilidade, marcado com um forte impulso retratado no acréscimo de 13.273 milhares de euros no período de 2016/2017, muito devido ao crescimento em 14.794 milhares de euros patente na Poupança Corrente, imputado essencialmente ao aumento das receitas correntes em 10.887 milhares de euros (via Impostos Locais e Taxas Multas e Outras Penalidades), a par da contração nas despesas correntes de 3.907 milhares de euros ilustrada na quebra acentuada dos Juros e Outros Encargos, permitindo a este Saldo Corrente suplantar os aumentos registados, quer nas Amortizações de Capital, quer ainda, nas Outras Despesas Correntes.

Na transição de 2018/2019, constatou-se um comportamento algo semelhante ao retratado no início deste período, marcado por uma Poupança Corrente a apresentar um volume consubstanciado em 44.846 milhares de euros que se sobrepõe, sobejamente, aos encargos resultante da satisfação dos gastos com as Amortizações de Capital (que totalizaram 17.480 milhares de euros, cuja forte

6

contração de 16.492 milhares de euros se deveu a amortização do empréstimo de MLP junto da DGTF), bem como às Outras Despesas Correntes (que somaram 3.288 milhares de euros em 2019, contrariando a evolução crescente que evidenciaram até 2018, revelando um decréscimo de 1.020 milhares de euros).

Assim, no presente ano, o valor de 24.078 milhares de euros exarado por esta fonte de financiamento, permitiu-lhe ascender à primeira posição. Contudo, quando avaliada esta fonte de financiamento do investimento pelo somatório total no universo dos quatro anos, sobressai na terceira posição com uma participação total de 33.548 milhares de euros milhares de euros;

6. Saldo Anterior – Com um histórico verdadeiramente empolgante, tem vindo a conquistar e a disputar os primeiros lugares no contributo como um importante recurso ao investimento desde 2017, destacando-se em 2019, pela segunda posição naquele contributo.

O Saldo Transitado de 2018, foi de 20.115 milhares de euros, com um peso relativo no total das fontes de financiamento de 36,57% e um acréscimo de 2.743,74 milhares de euros relativamente ao saldo transitado de 2017.

O ponto de viragem na evolução deste recurso ocorreu entre 2015/2016, em que se obteve um fosso muito acentuado entre o saldo corrente e o saldo de capital, materializado em 12.143 milhares de euros impelido pelo desagravamento do saldo de capital, que mais do que compensou o decréscimo ocorrido, pela primeira vez, no saldo corrente, criando-se desta forma um trampolim que tem vindo a proporcionar para os anos seguintes saldos finais relevantes.

Em consonância com o artº 104º da Lei nº 114/2017 de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado de 2018), e com o Orçamento do Estado de 2019 (Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro), o saldo da gerência anterior, deve ser integrado mediante a revisão orçamental, relevando na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita corrente que visa substituir.

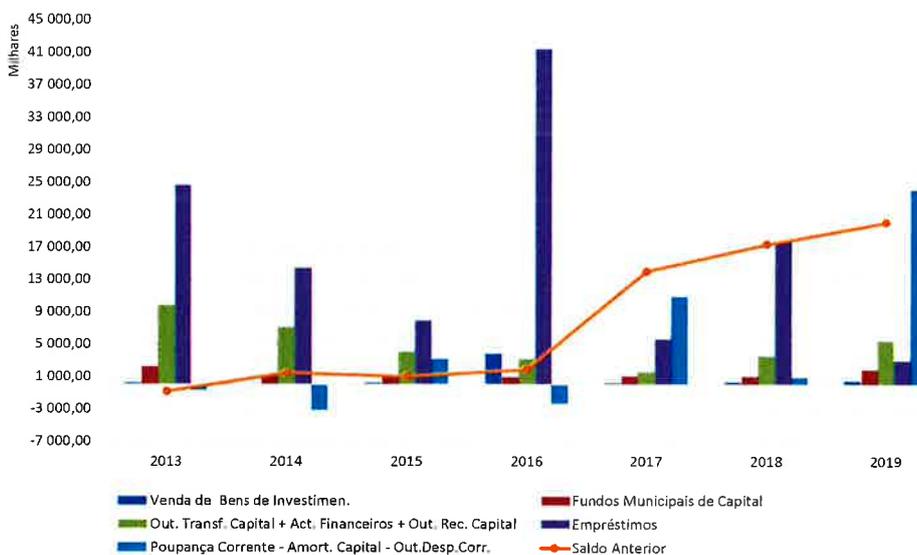
Daqui decorre que, em 2019, a segunda fonte com maior contributo no âmbito do financiamento do investimento foi o saldo transitado de 2018 com a formação de um montante de 20.115 milhares de euros, do qual 1.880 milhares de euros constituiu receita corrente que visou substituir e 8.284 milhares de euros foram adstritos a despesa corrente, sobejando ainda um valor de 9.951 milhares de euros, incorporado na receita de capital.

Para finalizar, no cômputo do total do período 2016/2019, destaque-se que esta rubrica somou um valor global de 53.435 milhares de euros, revelando um encaixe, face a 2018, de mais 19.075 milhares

de euros, demonstrando factualmente como em termos absolutos tem vindo este recurso a tomar uma dimensão cada vez mais preponderante.

Toda a anterior reflexão e explanação, torna-se facilmente apreendida, mediante a observação do gráfico infra, no qual se evidencia para cada um dos anos o comportamento de todas as variáveis componentes das Fontes de Financiamento do Investimento, denotando-se a evolução temporal de cada uma no quadriénio de 2016/2019.

Figura 15 – Fontes de Financiamento do Investimento



Numa abordagem de complementaridade de toda a informação elencada, e antes do término desta análise financeira da conta de 2019, procedeu-se à esquematização da repartição das despesas da Autarquia por áreas funcionais.

[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin of the page.]

Quadro 23 – Distribuição das Despesas por Funções

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Funções Gerais							
Serviços Gerais de Administração Pública	17 179,58	17 166,98	19.532,70	35.119,68	22.735,51	23.966,81	21.250,86
Segurança e Ordem Públicas	1 545,40	1 176,95	514,66	827,46	919,26	956,42	1.445,23
Funções Sociais							
Educação	9 142,68	12 526,50	7.870,96	11.115,31	10.674,30	9.437,80	18.779,65
Saúde	26,45	62,50	87,83	63,46	93,51	149,16	161,6
Segurança e Ação Social	770,68	240,26	293,94	564,54	1.266,50	1.775,60	1.828,06
Habituação e serviços coletivos	15 015,68	11 167,15	10.207,54	12.235,82	8.587,70	9.221,93	8.905,07
Serviços culturais, desportivos e recreativos	8 656,26	5 173,77	4.312,33	5.197,62	5.680,17	5.926,03	7.591,87
Funções Económicas							
Indústria e Energia	1 170,45	1 940,57	1.646,88	810,73	666,89	1.762,23	511,32
Transportes e Comunicações	10 357,57	6 617,80	3.917,21	6.348,79	5.641,87	5.804,26	5.576,43
Comércio e Turismo	154,12	36,12	355,87	87,35	543,59	246,61	248,94
Outras funções económicas	0,57	1,87	2.972,91	3,65	1,57	2,45	8,61
Outras Funções							
Transferências entre Administrações	5 615,25	3 130,74	2.955,58	5.884,84	3.854,72	4.405,55	4.546,99
Diversas Não Especificadas	1,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	69 636,08	59 241,21	54.668,41	78.259,25	60.665,99	63.654,85	70.854,63

Milhares de euros

Com este enquadramento pretende-se salientar quais as áreas funcionais com maior intervenção no contexto municipal. Por observação do quadro elaborado, verifica-se que, desde 2017, o total de gastos tem vindo a aumentar, consumando-se nesta gerência no valor de 70.855 milhares de euros, concorrendo com uma taxa de execução que perfez 64,51%, revelando-se no segundo valor mais alto desde 2016, salientando-se que a ordem de importância na estrutura geral quase se manteve inalterada desde 2017, destacando-se as principais:

- ❖ Serviços Gerais de Administração Pública - agrupando uma panóplia de serviços imprescindíveis ao funcionamento geral e constituindo o maior grupo de encargos, os quais em 2019 absorveram um total de cerca 21.251 milhares de euros, embora com um ligeiro decréscimo face a 2018, de 2.716 milhares de euros, exarou uma taxa de realização que chegou aos 63,29%, tendo a maior fatia sido repartida por:
 - ✓ Instalações (14.816 milhares de euros);
 - ✓ Comunicação e Relações Públicas, Institucionais e Externas (2.478 milhares de euros);
 - ✓ Informática (1.465 milhares de euros);
 - ✓ Máquinas e Viaturas (1.124 milhares de euros);
 - ✓ Recursos Humanos (714 milhares de euros);
- ❖ Educação – constitui um importante vetor no desenvolvimento concelhio, revelando-se uma área de grande impacto ao longo dos quatro anos. Ocupa a segunda posição no decurso do período 2017/2019, demonstrada nesta gerência por um forte impulso de 18.780 milhares de euros contra

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

os 9.438 milhares de euros mensurados em 2018, revelando uma taxa de execução de 80,91% e demarcando numa abrangência muito vasta e com vários níveis de intervenção, nomeadamente:

- ✓ Ensino pré-escolar - 561 milhares de euros;
 - ✓ Ensino básico - 2.003 milhares de euros;
 - ✓ Escolas E/B 2º e 3º ciclo – 7.243 milhares de euros, destacando-se as profundas requalificações das Escolas de Valadares, Sophia de Mello Breyner e Dr. Costa Matos com recurso a fundos europeus;
 - ✓ Atividades de Enriquecimento Curricular - 2.101 milhares de euros, com particular ênfase para o projeto educativo Gai@prende+ com 1.488 milhares de euros;
 - ✓ Gestão e Exploração de Cantinas – 4.481 milhares de euros;
 - ✓ Funcionamento das Instalações da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do IPP – 519 milhares de euros;
- ❖ Habitação e Serviços Coletivos - perfizeram o terceiro maior grupo na despesa municipal, mantendo esta posição desde 2017, em 2019 somaram 8.905 milhares de euros, revelando uma taxa de execução de 43,99%, aglutinando as seguintes áreas:
- ✓ Transferência inerente à atribuição à Gaiurb, E.E.M de 3.246 milhares de euros, a par das consignadas às Águas de Gaia, E.M com 300 milhares de euros para a prossecução da prestação nas suas respetivas áreas de atuação;
 - ✓ Os Parques e Jardins exararam 1.753 milhares de euros, com principal destaque para a construção e reabilitação de espaços verdes que absorveram 1.010 milhares de euros;
 - ✓ A Requalificação Urbanística somou 1.664 milhares de euros, enfatizada pelos gastos da Consolidação da Escarpa da Serra do Pilar que totalizou 1.640 milhares de euros;
 - ✓ Os Resíduos Sólidos abarcaram 554 milhares de euros adstritos a gastos com a aquisição de serviços na ordem dos 535 milhares de euros;
- ❖ Serviços Culturais, Desportivos e Recreativos – conjunto de serviços de índole transversal a todo o público, constituindo um amplo leque de atividades lúdicas essenciais, ao bem-estar, lazer e entretenimento de muitos cidadãos. Recai sobre estes serviços um conjunto de encargos com os equipamentos municipais que vêm a engrossar gradualmente, perfazendo em 2019 um total de 7.592 milhares de euros, com um acréscimo de 1.666 milhares de euros quando comparado com 2018 e uma taxa de execução de 65,56%, descrevendo em todo o quadriénio uma evolução contínua e crescente, constituindo o quarto maior grupo, integrando como exemplo:
- ✓ Dentro do âmbito cultural que totalizou 1.676 milhares de euros destacam-se: o apoio a Coletividades e Instituições (1.230 milhares de euros), os eventos culturais (154 milhares de

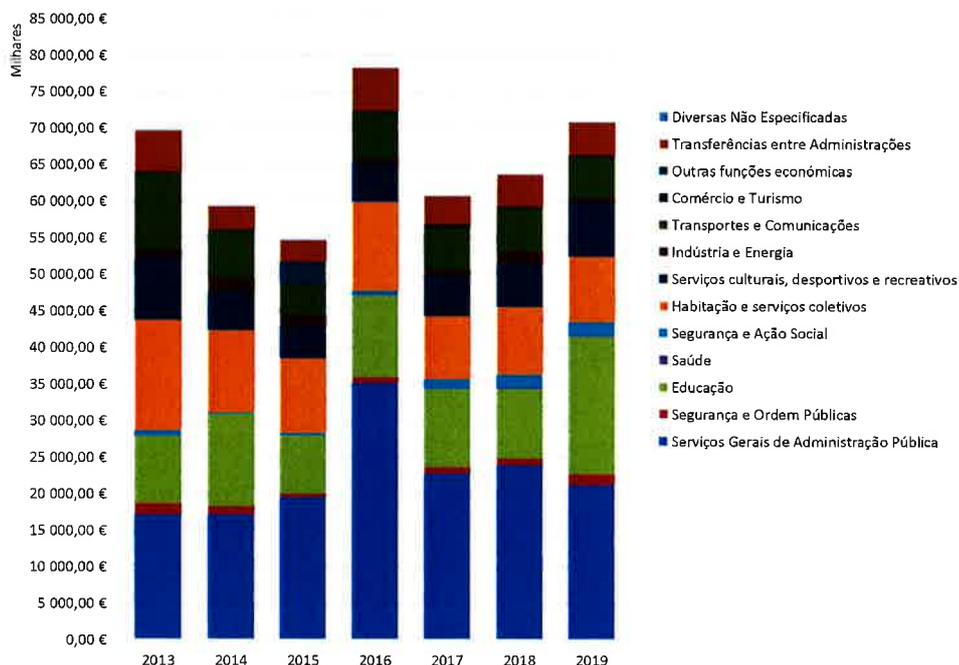
- euros), o Auditório Municipal (124 milhares de euros), o Espaço Corpus Christi (45 milhares de euros), a Casa Museu Teixeira Lopes, o Solar Conde Resende e a Biblioteca Municipal, que totalizaram 63 milhares de euros;
- ✓ A vertente do Desporto, Recreio e Lazer agrupou despesas na ordem dos 5.859 milhares de euros, adstritas ao apoio a Coletividades Desportivas/Recreativas (902 milhares de euros), Atividades na área da Juventude (459 milhares de euros), Equipamentos Desportivos (3.760 milhares de euros), destacando-se aqui o Pavilhão Municipal Carlos Resende (1.341 milhares de euros), o Estádio Jorge Sampaio (378 milhares de euros), no âmbito do acordo quadro para equipamentos municipais desportivos um total de 388 milhares de euros, os Eventos Desportivos (191 milhares de euros) e a Volta a Portugal (138 milhares de euros);
 - ❖ Transportes e Comunicações - Consubstanciadas num valor que abarcou, no presente exercício, os 5.576 milhares de euros, mantendo-se desde 2017 na quinta posição com valores próximos do registado, evidenciou uma baixa taxa de realização, ficando nos 45,75%, contemplando uma ampla variedade de intervenções desde:
 - ✓ A Rede Viária e Sinalização (4.438 milhares de euros), particularizando a empreitada por acordo quadro de Reabilitação da Rede Vária (2.518 milhares de euros), acresce os 788 milhares de euros da Manutenção de Vias Municipais e a Remodelação e Beneficiação de Diversos arruamentos (629 milhares de euros);
 - ✓ O projeto Encostas do Douro (130 milhares de euros);
 - ✓ O Projeto da Avenida do Atlântico (648 milhares de euros);
 - ✓ As transferências no âmbito da Municipalização dos serviços explorados pelos STCP (336 milhares de euros);
 - ❖ Transferências entre Administrações – surgindo como o sexto maior grupo, encaixando-se aqui, basicamente as transferências correntes e de capital para as Freguesias, que lograram um valor global de 4.547 milhares de euros, têm vindo a superar as expectativas e suplantando o valor inicialmente preconizado neste âmbito e patente na sua taxa de realização de 126,13%;
 - ❖ Segurança e Ação Social – representando uma área de crescente valor ao longo dos quatro anos, traduzido em gastos que somaram este ano cerca de 1.828 milhares de euros, ocupando o sétimo lugar, evidenciaram uma taxa de execução de 81,36%, destacando-se essencialmente pelas seguintes intervenções:
 - ✓ O apoio a Instituições Solidarietà Social (714 milhares de euros);
 - ✓ A realização de atividades de ação social no âmbito da emergência social (417 milhares de euros);

- ✓ A implementação da Autarquia Digital Metropolitana - Esta operação consiste na implementação de plataforma digital em rede para a ação social e balcão digital (314 milhares de euros);
 - ✓ O projeto GAIA+INCLUSIVA (223 milhares de euros);
 - ✓ A Inovação Gaia - consiste na congregação de quatro projetos implementados no concelho de Vila Nova de Gaia com apoios diversos em setores diferentes da sociedade com o objetivo de aproximar gerações, promoção do sucesso escolar, desenvolver competências sociais e valores solidários nas camadas jovens (111 milhares de euros);
- ❖ Segurança e Ordem Pública – a aposta nesta área funcional tem vindo a ser relevante pois é considerada vital no âmbito da segurança pública e proteção civil, atingindo este ano um valor consubstanciado em 1.445 milhares de euros, com um investimento que cresceu na ordem dos 51,15% e uma taxa de realização de 86,37%.

Destacam-se as verbas consignadas aos Bombeiros que abarcaram 1.184 milhares de euros e uma outra destinada à Proteção Civil de 259 milhares de euros, surgindo novamente na oitava posição.

Finalizando com uma ilustração gráfica, pretende-se evidenciar para cada ano e de acordo com o total de despesa realizada, qual o contributo de cada área funcional, destacando-se as funções sociais, seguidas das funções gerais, como as mais marcantes.

Figura 16 – Despesas por funções



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Luís', 'Paulo', and 'Irene'.

11. Conclusão

Delimitado pelas águas do rio Douro, cuja bacia hidrográfica ocupa o primeiro lugar em área entre as bacias dos maiores rios peninsulares, Vila Nova de Gaia é o maior Município da sub-região do Grande Porto.

Este Município, que remonta as suas origens ao século XIII, abarcando 15 Freguesias, após a Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro sobre a reorganização administrativa de território das Freguesias, integrando um Concelho de enormes contrastes, tem historicamente uma diversidade significativa na sua estrutura económica, com uma grande tradição industrial em diversas áreas como cerâmica e têxtil, empresas de vinhos do porto e do Douro, indústria automóvel, vidreira e de componentes de eletrónica, partilhando um extenso património cultural marcado no passado recente por escritores de renome com Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, pintores e escultores como Francisco Pinto da Costa, Soares dos Reis e Teixeira Lopes, Músicos como Arthur Napoleão, cientistas como Adriano de Paiva, o inventor da televisão, pedagogos como Diogo Cassels, entre muitos outros, sendo incomensurável a riqueza da sua paisagem, tradições e diversidade territorial, representando, por isso, um Concelho com responsabilidades acrescidas na conjuntura nacional.

O Município de Vila Nova de Gaia, continua a pautar-se pelo critério de mudança, mediante a praticabilidade de uma gestão na defesa da máxima "*Gaia, a City That Works*", isto é, uma Cidade onde se trabalha para todos e com todos, maximizando o bem-estar do cidadão mediante a oferta de bens e serviços de superior qualidade, onde os mais carenciados são incluídos e priorizados na sua política social, onde os mais jovens são convidados a participar como agentes positivos de mudança e no processo de decisão e definição de políticas públicas, contribuindo com esta interação para o desenvolvimento do Concelho, reforçando a governança, empenhando-se na edificação de um presente positivo e na renovação por um futuro melhor.

Gaia continuará a ser um Município de boas contas e que as dá a conhecer a todos!

12. Análise da Situação Económico-Financeira

a. Análise do Balanço

O Balanço é o instrumento contabilístico que espelha a situação económico-financeira da Autarquia, apresentando-nos a situação patrimonial (ativos, dívida e capital) em determinado momento, neste caso a 31 de dezembro de cada ano.

Balço Sintético

Unid.: Euros

ATIVO	2019	2018	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2019	2018
IMOBILIZADO			FUNDOS PRÓPRIOS		
Bens de domínio público	353.578.731,60	348.039.319,31	Património	415.028.726,43	393.028.726,43
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	Ajustamento de partes de capital em empresas	66.551.161,82	60.320.325,02
Imobilizações corpóreas	368.173.029,46	354.746.846,89	Resultados transitados	124.481.995,91	120.807.078,83
Investimentos financeiros	74.889.877,86	74.889.982,73	Resultado líquido do exercício	32.334.710,97	24.039.150,91
	796.641.638,92	777.676.148,93		638.396.595,13	598.195.281,19
CIRCULANTE			PASSIVO		
Existências	1.107.364,00	1.135.171,51	Provisões para riscos e encargos	10.034.565,87	5.457.936,21
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos	2.330.220,91	7.471.324,18	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	81.158.542,75	95.982.952,31
Dívidas de terceiros - Curto prazo	9.471.355,51	8.757.522,87	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	29.287.634,93	28.966.744,22
Títulos negociáveis	0,00	0,00	Acréscimos e Diferimentos	144.803.157,18	148.592.139,59
Depósitos em instituições financeiras e Caixa	34.718.217,59	25.060.707,86			
	47.627.158,01	42.424.726,42	TOTAL DO PASSIVO	265.283.900,73	278.999.772,33
Acréscimos e diferimentos	59.411.698,93	57.094.178,17			
TOTAL DO ATIVO	903.680.495,86	877.195.053,52	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	903.680.495,86	877.195.053,52

O balanço reportado a 31/12/2019 evidencia um total de 903.680 milhares de euros e um total de Fundos Próprios de 638.397 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 32.335 milhares de euros, destacando-se alguns aspetos.

O Ativo apresenta um acréscimo de 3,02%, em relação a 2018. O crescimento ficou a dever-se, essencialmente, ao imobilizado, que aumentou de 777.676 milhares de euros em 2018 para 796.642 milhares de euros em 2019 (variação positiva de 18.965 milhares de euros), assim como ao ativo circulante que aumentou 5.202 milhares de euros devido, maioritariamente, aos depósitos em instituições financeiras que tiveram um crescimento de 38,54%.

Quanto aos Fundos Próprios, houve um incremento de 6,72% (40.201 milhares de euros), dos quais 22.000 milhares de euros relativos ao Património, pela aplicação de parte do resultado líquido de 2018 (a restante parcela foi aplicada em Reservas Legais).

Destacamos ainda a redução de 5.141 milhares de euros verificada nas dívidas de terceiros de médio e longo prazo.

Quanto ao Passivo, que decresceu 13.716 milhares de euros (4,92%) face ao ano transato, realça-se a diminuição das dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no montante de 14.824 milhares de euros.

Verifica-se ainda, do lado do passivo, um aumento das provisões para riscos e encargos em cerca de 4.423 milhares de euros, explicada pela constituição da provisão referente à transferência para o Município (na proporção de 40%) de uma ação judicial contra a Gaipolis (após a liquidação desta Sociedade).

b. Indicadores económico-financeiros

O Município tem vindo a aumentar a capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos, no biénio 2018-2019, aumentando o seu grau de independência em relação aos credores, influenciado pelo aumento dos fundos próprios (através da afetação dos sucessivos resultados líquidos positivos).

Indicadores	2019	2018
Ativo fixo / Ativo total	88,16%	88,65%
Ativo circulante / Ativo total	11,84%	11,35%
Ativo fixo / Ativo circulante	744,25%	781%
Passivo curto prazo / Passivo de médio e longo prazo	36,09%	30,18%
Autonomia Financeira (Fundos próprios/Ativo)	70,64%	68,19%
Disponibilidades /Passivo a curto prazo	118,54%	86,52%
Solvabilidade (FP/PT)	241%	214%
Endividamento (PT/AT)	29,36%	31,81%

Em consonância com o aumento do Fundo Próprio (40.201 milhares de euros entre 2018 e 2019), o Município reduziu (no mesmo biénio) o passivo, em 13.716 milhares de euros, conseguindo, assim, melhorar a sua autonomia financeira.

Em 2018, 31,81% do ativo do Município foi financiado por capitais alheios, tendo ocorrido uma diminuição de 2,45% no peso relativo destes capitais no financiamento da atividade do Município em 2019.

Salientamos ainda que as disponibilidades cobrem o passivo de curto prazo, excedendo-o em 5.431 milhares de euros.

c. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração dos Resultados apresenta os resultados das operações económicas, isto é, mostra-nos os rendimentos (proveitos e ganhos) e os gastos (custos e perdas) durante um determinado período de tempo, normalmente, um ano.

Demonstração dos Resultados					
CUSTOS E PERDAS	2019	2018	PROVEITOS E GANHOS	2019	2018
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.606.996,62	1.584.076,13	Vendas e Prestações de Serviços:	4.064.287,99	3.978.631,65
Fornecimentos e Serviços Externos	30.909.010,16	30.236.232,15	Impostos e Taxas	91.195.260,46	80.165.263,71
Custos com o Pessoal	42.718.316,09	40.107.224,74	Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,00
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	13.634.192,56	9.584.256,33	Proveitos Suplementares	5.861.098,70	5.825.537,08
Amortizações do Exercício	16.593.072,72	15.979.812,78	Transferências e Subsídios Obtidos	36.581.842,00	33.395.788,56
Provisões do Exercício	433.593,22	545.475,34	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00
Outros Custos Operacionais	760.834,12	908.328,05	Proveitos e Ganhos Financeiros	136.827,91	323.802,24
Custos e Perdas Financeiros	1.032.090,77	2.143.739,63	Proveitos Extraordinários	9.181.618,47	10.632.436,90
Custos e Perdas Extraordinários	6.998.118,30	9.193.164,08			
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	114.686.224,56	110.282.309,23	TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	147.020.935,53	134.321.460,14
Resultado Líquido do Exercício	32.334.710,97	24.039.150,91			

O Município encerrou o ano de 2019 com um resultado líquido positivo de 32.335 milhares de euros, registando um aumento de 8.296 milhares de euros face ao resultado atingido em 2018.

Analisando o quadro anterior, constata-se que os custos e perdas sofreram um aumento de 4.404 milhares de euros. Este acréscimo deve-se, essencialmente, aos custos com pessoal (cerca de 2.611 milhares de euros) e ao acréscimo nas transferências e subsídios correntes concedidos (4.050 milhares de euros), tendo, no entanto, sido compensado através da redução dos custos e perdas extraordinários e custos e perdas financeiras.

Porém, o acréscimo nos proveitos e ganhos, que se deve em grande maioria aos impostos e taxas que passaram de 80.165 milhares de euros, em 2018, para 91.195 milhares de euros em 2019, registaram um aumento 12.699 milhares de euros, compensando o aumento dos gastos e criando excedentes.

13. Proposta de aplicação de resultados

Quanto ao resultado líquido do exercício cifrou-se, no ano de 2019, em 32.334.710,97€.

Assim, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ponto 2.7.3 do POCAL, e considerando que o ponto 2.7.3.2 se encontra já cumprido, propõe-se que o resultado líquido de 32.334.710,97 euros seja transferido, no exercício de 2020, para a conta 59 - resultados transitados e que posteriormente se proceda à seguinte aplicação:

- Constituição de reservas legais no valor de 2.334.710,97€
- Reforço do Património no valor de 30.000.000,00€

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alvaro' and other illegible marks.]

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	194.849.440,04		194.849.440,04	189.852.590,33
452	Edifícios	469.568,21	281.740,92	187.827,29	211.305,70
453	Outras construções e infra-estruturas	262.462.544,29	131.206.834,55	131.255.709,74	132.249.507,83
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	1.183.538,73	145.797,09	1.037.741,64	1.045.258,33
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	26.248.012,89		26.248.012,89	24.680.657,12
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		485.213.104,16	131.634.372,56	353.578.731,60	348.039.319,31
	Imobilizações incorpóreas				
	Despesas de instalação				
431	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas				
	Terrenos e recursos naturais	75.197.916,12		75.197.916,12	73.639.772,29
421	Edifícios e outras construções	317.804.119,97	53.349.983,42	264.454.136,55	262.970.106,30
422	Equipamento básico	12.906.594,74	10.142.931,01	2.763.663,73	2.714.602,83
423	Equipamento de transporte	7.530.442,53	5.874.696,92	1.655.745,61	1.185.136,06
424	Ferramentas e utensílios	1.486,96	698,44	788,52	574,56
425	Equipamento administrativo	11.610.858,29	9.296.573,98	2.314.284,31	1.845.039,19
426	Taras e vasilhame				
427	Outras imobilizações corpóreas	3.328.422,96	354.334,23	2.974.088,73	2.962.540,70
429	Imobilizações em curso	18.478.775,89		18.478.775,89	8.621.697,79
442	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	333.630,00		333.630,00	807.147,17
448					
		447.192.247,46	79.019.218,00	368.173.029,46	354.746.846,89
	Investimentos financeiros				
	Partes de capital	65.224.778,93		65.224.778,93	65.224.902,14
411	Obrigações e títulos de participação	3.664.908,50		3.664.908,50	3.664.908,50
412	Investimentos em imóveis				
414	Outras aplicações financeiras	6.000.229,45	39,02	6.000.190,43	6.000.172,09
415	Imobilizações em curso				
441	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
447		74.889.916,88	39,02	74.889.877,86	74.889.982,73
	Circulante:				
	Existências:				
	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	972.818,26		972.818,26	1.000.625,77
36	Produtos e trabalhos em curso				
35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
34	Produtos acabados e intermédios				
33	Mercadorias	134.545,74		134.545,74	134.545,74
32	Adiantamentos por conta de compras				
37		1.107.364,00		1.107.364,00	1.135.171,51
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos				

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	415.028.725,43	393.028.725,48
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	16.347.745,67	14.308.594,76
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	97.915,37	97.915,37
576	Doações	50.104.596,89	45.912.911,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	903,89	903,89
59	Resultados transitados	124.481.995,91	120.807.078,83
88	Resultado líquido do exercício	32.334.710,97	24.039.150,91
		638.396.595,13	598.195.281,19
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	10.034.565,87	5.457.936,21
		10.034.565,87	5.457.936,21
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos obtidos de m/l prazo	74.634.633,35	88.859.334,39
26135+2614	Fornecedores Imobilizado Locação Financeira	6.523.909,40	6.920.012,17
222+226	Fornecedores C/C Médio Longo Prazo		203.605,75
2681	Fundo de Apoio Municipal (FAM)		
		81.158.542,75	95.982.952,31
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311+2382	Empréstimos de curto prazo	14.469.553,84	14.724.701,28
259	Adiantamentos por conta de vendas		
221+223+227	Fornecedoras c/c	215.416,64	501.904,91
228	Fornecedoras - Facturas em recepção e conferência	1.495.039,00	2.074.690,13
252	Credores pela execução do orçamento		796,49
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	3.919,52	
2611+2615+26139	Fornecedores de imobilizado c/c	1.288.287,51	1.098.925,98
24	Estado e outros entes públicos	639.338,64	870.869,66
264	Administração autárquica	54.905,32	27.240,67
2612	Fornecedores de Imobilizado em Conferencia	841.630,49	1.489.460,83
26895+2689901+268	Garantias e Cauções	3.038.396,98	2.653.428,27
262+263+266+267+2	Outros Credores	7.241.146,99	5.524.726,10
		29.287.634,93	28.966.744,22
	Acréscimos e Diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	8.361.077,41	6.135.114,67
274	Proveitos Diferidos	136.442.079,77	142.457.024,92
		144.803.157,18	148.592.139,59
	Total do passivo	265.283.900,73	278.999.772,33
	Total aos fundos próprios e do passivo	903.680.495,86	877.195.053,52

ENTIDADE

M.V.N.G.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

2019/01/01 a 2019/12/31

ANO 2019
PAG. 4

ORGÃO EXECUTIVO
Em ___ de ___ de ___
eduardo nicolas

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ___ de ___ de ___
[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2019/01/01 a 2019/12/31

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

M.V.N.G.

ENTIDADE

Código de Contas	Exercício		
	N	N - 1	
61	1.606.996,62	1.606.996,62	1.584.076,13
62	33.142.247,71	30.909.010,16	30.236.232,13
641+642	33.142.247,71	42.718.316,09	40.107.224,74
643 a 648	9.576.068,38	13.634.192,56	9.584.256,33
63		16.593.072,72	15.979.812,78
66		433.593,22	545.475,34
67		760.834,12	908.328,03
65		106.656.015,49	98.945.405,52
68		1.032.090,77	2.143.739,63
69		107.688.106,26	101.089.145,15
		6.998.118,30	9.193.164,08
88		114.686.224,56	110.282.309,23
		32.334.710,97	24.039.150,91
		147.020.935,53	134.321.460,14
	6.571,59		12.020,00
7111	4.057.716,40	4.064.287,99	3.978.631,65
7112+713		91.195.260,46	80.165.263,71
72		5.861.098,70	5.825.537,08
75		36.581.842,00	33.395.788,56
73			
74			
76		137.702.489,15	123.365.221,00
78		136.827,91	323.802,24
79		137.839.317,06	123.689.023,24
		9.181.618,47	10.632.436,90
		147.020.935,53	134.321.460,14
Resumo:		31.046.473,66	24.419.815,48
		-895.262,86	-1.819.937,39
		30.151.210,80	22.599.878,09
		32.334.710,97	24.039.150,91

Em _____ de _____ de _____
ORGÃO GERENCIADOR

Em _____ de _____ de _____
ORGÃO EXECUTIVO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Janeiro - Dezembro

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

ENTIDADE M.V.N.C.

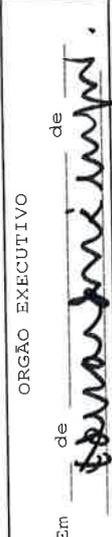
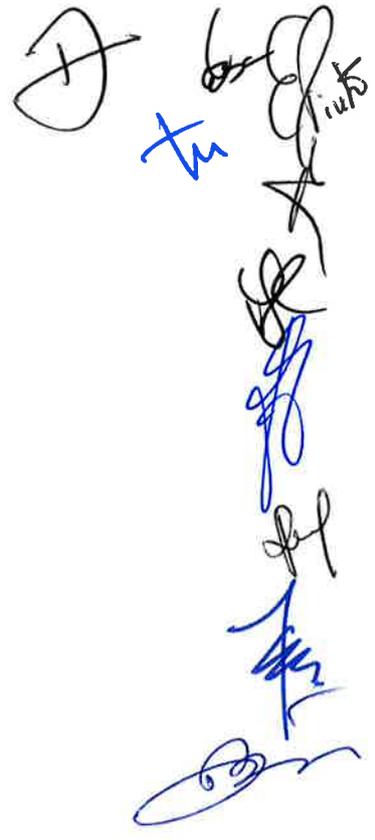
PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
781 - JUROS OBTIDOS	13,90	32,37
782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		289.642,48
784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	105.205,60	
785 - DIFERENÇAS DE CAMBIO FAVORÁVEIS		
786 - DESC. DE PRONTO PAGAMENTO OBTIDOS		
787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA	31.608,41	34.127,39
788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	136.827,91	323.802,24

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	856.048,89	1.162.021,49
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	123,21	785.738,22
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS		3,44
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	175.918,67	195.976,48
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	-899.262,86	-1.819.937,39
Total	136.827,91	323.802,24

Em _____ de _____ de _____
ORGÃO DELIBERATIVO



Em _____ de _____ de _____
ORGÃO EXECUTIVO

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		EXERCÍCIOS
	N	N - 1	
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	4.514.598,59	3.966.892,29	
692 - DÍVIDAS INCORRÁVEIS	469,37	1.212,74	1.092,73
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	1.376.339,61	2.172.161,12	1.278.773,90
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	5.546,45	15.904,37	563.388,87
695 - MULTAS E PENALIDADES			430.677,78
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES	840.628,73	2.277.991,87	90.620,68
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	260.535,55	759.001,69	2.991.616,20
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS	2.183.500,17	1.439.272,82	4.920.916,23
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS			5.528.584,68
Total	9.181.618,47	10.632.436,90	10.632.436,90

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	1.280,67	
793 - GANHOS EM EXISTÊNCIAS	832.949,89	
794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	343.234,80	
795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATAIS	90.620,68	
796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	2.991.616,20	
797 - CORREÇÕES RELAV. EXERC. ANTERIORES	4.920.916,23	
798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINARIOS		
Total	9.181.618,47	10.632.436,90

Em de Quarenta e quatro de

ORGÃO DELEGATÓRIO
Em de

[Handwritten signatures and initials]

ENTIDADE

M.V.N.G.

A C T I V O B R U T O

Ano Contabilístico : 2019

Período: Janeiro

a Dezembro

Data : 2020/05/20

Página : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	78.759.381,88				3.869.465,00	74.889.916,88
41.1	69.094.243,93				3.869.465,00	65.224.778,93
41.1.1	61.814.329,79					61.814.329,79
41.1.1.1	56.267.879,79					56.267.879,79
41.1.1.2	53.999.879,79					53.999.879,79
41.1.2.1.1	2.268.000,00					2.268.000,00
41.1.2.1.5	5.546.450,00					5.546.450,00
41.1.2.2	5.546.450,00					5.546.450,00
41.1.2.2.1						
41.1.3						
41.1.3.1	7.249.984,77				3.869.465,00	3.380.519,77
41.1.3.2	7.194.784,77				3.869.465,00	3.325.319,77
41.1.4	850.000,00					850.000,00
41.1.4.1	17.465,00				17.465,00	154.639,37
41.1.4.1.1	154.639,37					154.639,37
41.1.4.1.2	1.136.910,00					1.136.910,00
41.1.4.1.4	3.852.000,00				3.852.000,00	1.183.770,40
41.1.4.1.5	1.183.770,40					55.200,00
41.1.4.1.6	55.200,00					55.200,00
41.1.4.1.7	55.200,00					55.200,00
41.1.4.2						
41.1.4.2.4	29.929,37					29.929,37
41.1.5	4.989,48					4.989,48
41.1.5.4	24.939,89					24.939,89
41.1.5.5	3.664.908,50					3.664.908,50
41.2	3.664.903,50					3.664.903,50
41.2.2	5,00					5,00
41.2.9	5,00					5,00
41.2.9.1						
41.4						
41.4.2	6.000.229,45					6.000.229,45
41.5	6.000.000,00					6.000.000,00
41.5.4	6.000.000,00					6.000.000,00
41.5.4.1	6.000.000,00					6.000.000,00
41.5.4.1.1	6.000.000,00					6.000.000,00
41.5.9						
42	422.595.751,77		11.653.246,07	208.495,42	5.660.660,85	428.379.841,57
42.1	73.639.772,29		1.894.172,58	160.495,42	175.533,33	75.197.916,12
42.2	312.221.648,07		6.624.129,04	48.000,00	993.857,14	317.808.119,97
42.2.1	308.990.293,25		6.571.329,04		83.703,73	315.477.918,56
42.2.1.01	171.553.343,12		32.270,94			171.585.614,06
42.2.1.02	12.737.269,08		1.233.468,67		10.275,13	13.960.462,62
42.2.1.03	48.577.689,15		3.054.889,18		73.018,71	51.559.758,62
42.2.1.04	429.315,62		42.593,72			471.909,34
42.2.1.05	4.599.156,02		323.999,56		409,89	4.923.155,58
42.2.1.06	55.070.946,06		1.357.698,32			56.428.234,49
42.2.1.08	6.514.146,63		368.984,99			6.883.131,62
42.2.1.09	9.508.228,57		157.423,66			9.665.652,23
42.2.2	3.231.554,02		52.800,00	48.000,00	910.153,41	2.326.201,41
A transportar	461.389.447,42		8.465.501,62	160.495,42	4.128.702,06	465.565.751,56
Total	461.389.447,42		8.465.501,62	160.495,42	4.128.702,06	465.565.751,56

[Handwritten signature and notes]

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	461.389.447,42		8.465.501,62	160.495,42	4.128.702,06	465.565.751,56
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	288.504,70					288.504,70
Instalações Desportivas e Recreativas	606.858,10					606.858,10
Outras	2.336.192,02		52.800,00	48.000,00	910.153,41	1.430.838,61
Equipamento Básico	12.422.156,39		835.566,59		351.130,24	12.908.594,74
Aquisição de Equipamento Básico	12.044.632,31		835.566,59		351.130,24	12.529.066,66
Aquisição Eq. Básico por Locação Financeira	377.526,08					377.526,08
Equipamento de Transportes	6.890.385,95		738.836,36		98.779,78	7.530.442,53
Aquisição de Viaturas de Turismo	841.111,68		213.522,00		1.054.633,68	1.054.633,68
Aquisição de Outras Viaturas	2.605.367,64		518.255,09		3.123.622,73	3.123.622,73
Aquisição de Outro Equipamento de Transporte	59.515,21		7.059,27		49,88	66.524,60
Aquisição de Turismo por Locação Financeira	157.903,92					157.903,92
Aq. Outras Viaturas por Locação Financeira	3.226.487,50				98.729,90	3.127.757,60
Ferramentas e Utensílios	1.013,90		473,06			1.486,96
Equipamento Administrativo	14.097.080,00		1.541.161,32		4.027.383,03	11.610.858,29
Aquisição de Equipamento Administrativo	14.075.958,32		1.541.161,32		4.006.261,35	11.610.858,29
Aquisição de Equip. Administ.-Locação Financeira	21.121,68				21.121,68	21.121,68
Outras Imobilizações Corpóreas	3.323.493,17		18.907,12		13.977,33	3.328.422,96
Livros Técnicos	79.699,76		10.980,97		2.566,69	88.114,04
Outras Imobilizações Corpóreas	3.243.793,41		7.926,15		11.410,64	3.240.308,92
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	34.109.732,08		15.239.301,39		4.288.614,69	45.060.418,78
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						
Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiro	8.621.363,79		11.386.073,54		1.528.661,44	18.478.775,89
Imobil. em Curso de Imobilizações Corpóreas	1.167.284,17					1.167.284,17
Terenos e Recursos Naturais	7.330.116,46		10.949.920,80		1.432.767,86	16.847.269,40
Edifícios e Outras Construções	6.765.352,22		10.396.797,77		1.045.104,59	16.117.045,40
Edifícios	3.278.793,63		357.779,39		23.997,99	3.612.575,03
Habituação	277.610,96		197.501,78		56.442,08	418.670,66
Instalações de Serviços	444.792,35		1.207.462,72		164.360,92	1.487.894,15
Instalações Culturais, Desportivas e Recreativas	173.468,50		64.336,60		80.472,30	157.332,80
Creches	1.395.731,87		8.096.921,94		422.824,57	9.069.829,24
Escolas	1.194.954,91		472.795,34		297.006,73	1.370.743,52
Outras Construções	564.764,24		553.123,03		387.663,27	730.224,00
Outros Edifícios	58.846,10		253.976,22		30.776,52	282.045,80
Outras Construções	29.760,00		20.611,39		29.760,00	20.611,39
Equipamento Administrativo	31.809,34		144.801,61		31.809,34	144.801,61
Outras Imobilizações Corpóreas	3.547,72		16.763,52		3.547,72	16.763,52
IMOBILIZAÇÕES em Curso de Imobiliz. Incorporadas						
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	24.680.657,12		3.853.227,85		2.285.872,08	26.248.012,69
Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	6.477.035,22		38.850,64		1.295,40	6.514.590,46
Terenos e Recursos Naturais	18.203.621,90		3.814.377,21		2.284.576,68	19.733.422,43
Outras Construções e Infraestruturas	18.203.621,90		3.814.377,21		2.284.576,68	19.733.422,43
Outras Construções e Infraest. Domínio Público	14.626.266,47		1.027.922,25		1.955.012,70	13.699.176,02
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	353.125,03					353.125,03
Iluminação Pública	251.415,79		291.835,18		136.885,07	406.365,90
Parques e Jardins	1.371.411,77		51.410,15		66.809,70	1.356.012,22
Instalações Culturais, Desportivas e Recreativas	336.092,48		642.426,78		125.869,21	978.519,26
Viação Rural	376.431,24					250.562,03
Sinalização e Trânsito	888.879,12		1.800.782,85			2.689.661,97
Outras						
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	807.711,17				474.081,17	333.630,00
Outras Construções e Infraestruturas						
Outras Construções e Infraest. Domínio Público	534.657.154,56		26.892.547,46	208.495,42	13.344.659,37	547.996.547,23
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	534.657.154,56		26.892.547,46	208.495,42	13.344.659,37	547.996.547,23
Total						
A transpitar						

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	534.657.154,56		26.892.547,46	208.495,42	13.344.659,37	547.996.547,23
Terrenos e Recursos Naturais	474.081,17				474.081,17	
Edifícios e Outras Construções	333.630,00					333.630,00
Edifícios	333.630,00					333.630,00
Habituação	333.630,00					333.630,00
Equipamento de Transporte						
Adiantamentos por Conta de Imobiliz. Incorporadas						
Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	444.635.837,52		16.957.552,83		2.628.299,08	458.965.091,27
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	189.852.590,33		6.196.509,38		1.199.659,67	194.849.440,04
Terrenos e Recursos Naturais	469.568,21					469.568,21
Edifícios	253.130.140,25		10.761.043,45		1.428.639,41	262.462.544,29
Outras Construções e Infraestruturas	253.130.140,25		10.761.043,45		1.428.639,41	262.462.544,29
Outras Construções e Infraest. Domínio Público	196.766.317,30		9.672.224,53		1.428.639,41	205.009.902,42
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	3.423.243,05					3.423.243,05
Iluminação Pública	2.734.145,64		175,81			2.734.321,45
Parques e Jardins	3.755.748,31					3.755.748,31
Instalações Culturais, Desportivas e Recreativas	26.511.581,52		81.198,49			26.592.780,01
Viação Rural	35.415,15		125.869,21			161.284,36
Sinalização e Trânsito	632.207,40					632.207,40
Cemitérios	19.271.481,88		881.575,41			20.153.057,29
Outras	1.183.538,73					1.183.538,73
Bens do Património Histórico, Artist. e Cultural						
Total	980.100.703,25		43.850.100,29	208.495,42	16.447.039,62	1007.952.668,50



ENTIDADE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Data : 2020/05/20
Pagina : 1

M.V.N.G. Ano Contabilístico : 2019 Período: Janeiro a Anual

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	198.555.155,17	16.593.072,72	4.494.637,33	210.653.590,56
De Investimentos em Imóveis	77.277.979,84	6.235.875,49	4.494.637,33	79.019.218,00
Edifícios e Outras Construções	49.251.741,77	4.141.286,61	43.044,96	53.349.983,42
De Imobilizações Corpóreas	48.870.687,11	4.106.782,35	8.914,20	52.988.555,26
Edifícios e Outras Construções	24.602.015,16	2.219.156,18		26.821.171,34
Edifícios	3.707.393,64	146.297,19	6.678,85	3.847.011,98
Habitacão (Para Arrendamento)	9.128.191,06	907.892,35	1.825,46	10.034.257,95
Instalações de Serviços	7.768,21	5.012,69		12.780,90
Instalações Culturais, Desportivas e Recreativas	1.172.976,68	94.631,06		1.267.607,74
Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	9.022.262,69	606.303,79	409,89	9.628.156,59
Creches	1.230.079,67	127.489,09		1.357.568,76
Escolas	381.054,66	34.504,26	34.130,76	381.428,16
Outros Edifícios	158.677,63	14.425,19		173.102,82
Outras Construções	80.294,94	7.299,54		87.594,48
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	142.082,09	12.779,53	34.130,76	120.730,86
Instalações Desportivas e Recreativas	9.707.555,56	754.575,42	319.199,97	10.442.931,01
Outras	5.705.249,89	268.226,81	96.779,78	5.874.696,92
Equipamento Básico	439,34	259,10		698,44
Equipamento de Transporte				
Ferramentas e Utensílios				
Ferramentas Administrativas				
Equipamento Administrativo				
Outras Imobilizações Corpóreas	12.252.040,81	1.064.918,05	4.020.384,88	9.296.573,98
De Imobilizações Incorporadas	360.952,47	6.609,50	13.227,74	354.334,23
De Bens de Domínio Público				
Edifícios	121.277.175,33	10.357.197,23		131.634.372,56
Outras Construções e Infraestruturas	258.262,51	23.478,41		281.740,92
Outras Construções e Infraest.Domínio Público	120.880.632,42	10.326.202,13		131.206.834,55
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	120.880.632,42	10.326.202,13		131.206.834,55
Iluminação Pública	98.940.246,15	7.715.812,72		106.656.058,87
Fargues e Jardins	1.122.148,00	131.649,34		1.253.797,34
Instalações Culturais, Desportivas e Recreativas	1.083.090,54	52.486,61		1.135.577,15
Viagem Rural	486.795,57	62.553,84		548.949,41
Sinalização e Trânsito	10.960.568,89	1.310.003,11		12.270.572,00
Cemitérios	28.332,13	8.064,22		36.396,35
Outras	336.629,31	32.842,01		369.471,32
Bens de Património Histórico, Artístico e Cultural	7.922.821,83	1.013.190,28		8.936.012,11
PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	138.280,40	7.516,69		145.797,09
Partes de Capital	3.869.399,15		3.869.360,13	39,02
Outras Aplicações Financeiras	3.869.341,79		3.869.341,79	39,02
Participação em Fundos de Investimento	57,36		18,34	39,02
Participação em Fundos de Investimento Imobiliários				
Outras Aplicações				
Total	202.424.554,32	16.593.072,72	8.363.997,46	210.653.629,58



 A transportar